



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO E MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**O CIDADÃO COMO SUJEITO DE GOVERNO
PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA NA
BACIA DO RIO CARÁIVA**

Paulo Dimas Rocha de Menezes

**Belo Horizonte
2006**

Paulo Dimas Rocha de Menezes

**O CIDADÃO COMO SUJEITO DE GOVERNO
PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA NA
BACIA DO RIO CARAÍVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloísa Soares de Moura Costa

**Belo Horizonte
Instituto de Geociências da UFMG
2006**

Para Ju, Marília e Paulo Antônio

AGRADECIMENTOS

Muitos dos responsáveis pela existência deste trabalho não conhecem o valor de suas contribuições, muito menos o quanto lhes devo por isto. Por não alcançar muitos destes que se tornaram, mais que companheiros de caminhada, queridos amigos de fé, peço aos poucos que consigo citar que sejam depositários de toda minha gratidão a todos.

Pelas primeiras reflexões deste caminho, a Nísia Werneck, Demóstenes Romano, Sérgio Schalcher (Coelho), Antônio Carlos Maia Figueiredo (KK) e Paulo Duarte.

Por outras reflexões no rumo, a Raul Magalhães, Lúcia Capanema e Margarete Araújo (Leta).

Pelos primeiros passos e resultados, a Édina Teixeira Barbosa e os cidadãos da Vila Ouro Preto, em Belo Horizonte – China, Bené, Guilherme, Lilian e os *jovens cidadãos das águas* da Vila.

Pelos passos e reflexões de agora, a Sérgio Andrade, Patrícia Faria, Karina Nicácio, José Francisco de Azevedo Júnior, Cláudio Ambrozini, Renato Ambrozini, Geiza Bomfim, Jeane Apelfeler, Sidivaldo Oliveira (Val), Rafael Ribeiro, Carlos Alberto Mesquita, Ludmila Pugliese, Wilson Bráz Queiroz (Biriba), Vilton José Brás Queiroz (Federal), David Santos Souza (Marola), José Wagner do Santos Brás (Gamela), Jorge Geraldo da Silva (Nô), Audinei Magno (Neco), Juliana Maioli, Izabel Dias, Orlando Vignolli, Ana Elisa Brina, Eduardo Andrade, Saulo Resende, Flavia Chaves, Marcelo Ávila Chaves, Oscar Artaza, Jean François Timmers, Milene Maia e Cássia Boaventura.

Pela confiança, Luiz Paulo Pinto, Ivana Lamas, Jason Cole e Daniela Lerda, amigos da CI e CEPF.

Pelo apoio, ao IGC – UFMG e à CAPES.

Pelo apoio e guia, a Heloisa Costa e Cássio Hissa.

Pelo que foi e será, a todos os cidadãos de Caraíva, Nova Caraíva, Itabela, Barra Velha, Monte Pascoal, Porto Seguro, Trancoso, Arraial d’Ajuda, Itaporanga, Itamaraju e Ilhéus.

RESUMO

Só é cidadão aquele que efetivamente governa. A revitalização da definição aristotélica direciona esta investigação sobre *viabilidade da autonomia* em processos de *gestão pública compartilhada*. Acompanha-se a implementação de uma rede de cidadania para gestão da bacia do rio Caraíva, no Corredor Central da Mata Atlântica, extremo sul da Bahia, concomitante a uma reflexão sobre a *forma republicana de governo*. A inadequação dos modos modernos de planejamento e gestão (ou *modos de governo*) demanda crítica mais profunda que o inócuo debate entre modelos. A identificação nestes de uma *mesma ilegitimidade* direciona busca de uma *raiz comum* a todos, presumida na estrutura do *método científico*, principalmente naquilo que o caracteriza como *heteronomia*. A hipótese de *identidade do paradigma moderno de ciência e governo* permitiria aplicação da crítica epistemológica à *suposta ciência do planejamento e gestão*. Identificadas três atitudes fundadoras da heteronomia moderna (distanciamento e desnível entre sujeito e objeto; ruptura e desprezo em relação ao senso comum; fragmentação disciplinar corporativa), busca-se reversão da *dupla usurpação* de poder do cidadão pela ciência (a *autoria* dos planos e a *autoridade* na gestão), recolocando o legítimo sujeito de governo na posição que lhe cabe por direito. A possibilidade do *consenso* é defendida como *requisito* para exercício do *auto-governo*, na forma não competitiva da *democracia direta complementar*, em cooperação com as legítimas instâncias representativas. A inexistência de um lugar para o consenso na política, que corresponderia à impossibilidade lógica de existência do interesse público, comprometeria a efetiva revelação da autonomia, mas uma pequena *constelação de métodos*, na contramão da via moderna, aponta para outro rumo. Ao *empowerment* como um *meio* para um fim que lhe seria superior, se contrapõe o *empoderamento* como *fim em si mesmo*, que pressupõe existência prévia de poder original no cidadão. O princípio da *autofundação* para mobilização social serve de atalho para revelação deste poder imanente. A pesquisa ação participativa indica caminhos para o *cidadão como sujeito de conhecimento*, propiciando apropriação de instrumentos da ciência por agentes locais. A proposta de *planeação* colhe sementes destes meios para semear uma *práxis* que integra competências locais e externas em *rede pluri-protagonista de governo*. A intenção de simultaneidade entre ação e reflexão direcionou aplicação de conhecimentos investigados no experimento de planejamento e gestão pública compartilhada na bacia. Ali uma vontade comum, presente em cidadãos de diferentes culturas, reunidos em um lugar original, se revelou como óbvio interesse público consensual: repor florestas nativas para proteção das águas do rio Caraíva. A *confluência de vontades e saberes* (conhecimento do ambiente e dos proprietários rurais por agentes locais, geoprocessamento, modelos científicos de recuperação ambiental e mobilização social) propiciou desenho de um mini-corredor ecológico, além de plantios experimentais de florestas nativas em fazendas particulares da bacia, entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil, patrimônios da humanidade. Resultados iniciais animadores podem se converter no futuro em evidências da viabilidade de processos de gestão pública compartilhada protagonizados por cidadãos do lugar. Espera-se ainda consolidar formas específicas de gestão republicana com base em consensos revelados.

Palavras-chave

Cidadania. Autonomia. Governo. Teoria do Planejamento. Mobilização Social. Bacias Hidrográficas. Corredores Ecológicos. Mata Atlântica.

ABSTRACT

It is only a citizen the one that effectively governs. The revitalization of the Aristotelian definition leads this investigation about *viability of autonomy* in processes of *shared public administration*. It accompanies the implementation of a citizenship chain for administration of the Caraíva river basin, in the Atlantic Forest Central Corridor, in extreme south of the state of Bahia, concomitant to a reflection about the republican form of government. The inadequacy of the modern ways of planning and administration (or types of *government*) demands a more profound judgment than the innocuous debate between models. The identification of a *same illegitimacy* in them leads the search of a *common root* to all, presumed in the structure of the *scientific method*, especially in what is characterized as *heteronomy*. The hypothesis of common identity of the modern paradigm of science and government would allow the application of the epistemological judgment to the *supposed science of planning and administration*. After identification of three founding attitudes of modern heteronomy (distancing and differing between subject and object; rupture and contempt regarding the common sense; corporative disciplinary fragmentation), it is sought the reversion of the *double usurpation* of the citizen's power by science (the *authorship* of plans and the *authority* in administration), relocating the legitimate government subject in its position by right. The possibility of *consensus* is defended as *requisite* for exercise of the *self-government*, in the non-competitive form of the *complementary direct democracy*, in cooperation with the legitimate representative instances. The inexistence of a place for consensus in politics, which would correspond to the logical impossibility of existence of the public interest, would jeopardize the effective revelation of the autonomy, but a small *constellation* of methods, in the wrong way of the modern lane, points to another direction. To *empowerment* as a *mean* to an end that would be superior, is opposed to the empowerment as an *end in itself*, which presupposes the previous existence of the original power of the citizen. The principle of *self-foundation* for social mobilization works as a shortcut for the revelation of this immanent power. The Participatory Action-research indicates paths for the *citizen as subject of knowledge*, propitiating the appropriation of scientific instruments by local agents. The proposal of leveling harvests seeds from these means to sow a *praxis* that integrates local and external competences in a *multi-protagonist government net*. The intention of simultaneity between action and reflection directed the application of knowledge investigated in the experiment of shared public planning and administration in the basin. There, a common wish, within citizens of different cultures, gathered in an original place, revealed itself as obvious consensual public interest: to replace the native forests for protection of the waters of the river Caraíva. The *confluence of wills and knowledge* (knowledge of the environment and of the rural owners by locals agents, geo-processing, scientific models of environmental recovery and social mobilization) propitiated the planning of an ecological mini-corridor, besides the experimental plantings of native forests in private farms of the basin, between the National Parks of Monte Pascoal and Pau Brasil, patrimonies of the humanity. Exciting initial results may in the future be converted into evidence of the viability of shared public administration processes led by local citizens. It is also expected the consolidation of specific ways of republican administration based on the revealed consensus.

Key words

Citizenship. Autonomy. Government. Theory of Planning. Social Mobilization. Watersheds. Ecological Corridors. Atlantic Forest

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Vista geral do povoado de Caraíva	107
Figura 2: Caraíva, vista pelo rio	107
Figura 3: Desmatamento no extremo sul da Bahia	112
Figura 4: Domínio original da Mata Atlântica: mosaico de formações florestais	114
Figura 5: Corredor Central da Mata Atlântica	115
Figura 6: Bacia do Caraíva no Corredor Central	116
Figura 7: Áreas protegidas no Corredor Central da Mata Atlântica	117
Figura 8: Mapa da bacia do rio Caraíva	119
Figura 9: Território da RESEX Corumbau	127
Figuras 10 e 11: Ajustes na base cartográfica para reconhecimento da bacia	135
Figuras 12, 13, 14 e 15: Primeiro encontro de cidadania, primeiro mutirão de plantio.....	137
Figuras 16 e 17: Encontro preparatório em Monte Pascoal	138
Figuras 18 e 19: 2º Encontro de Cidadania e mutirão em Monte Pascoal	138
Figura 20: Alternativas para corredor	140
Figura 21: Caminho prioritário do corredor	141
Figura 22: Intenções de participação no projeto	146
Figura 23: Uso do solo nas sub-bacias do Jambreiro e Capoeira	148
Figura 24: Início da efetivação do corredor	149
Figura 25: Ponto crítico na Fazenda Palmares: transposição do divisor de águas	150
Figuras 26, 27 e 28: Conexões florestais no divisor de águas	151
Figuras 29: Fundadores, primeira diretoria e conselho fiscal da COOPLANTAR	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores do objetivo geral: <i>processo permanente de recuperação ambiental</i>	153
Tabela 2: Indicadores do produto 1: <i>movimento de cidadania – sistema de mobilização social</i> .	154
Tabela 3: Indicadores do produto 2: <i>sistema de planejamento e gestão do território</i>	155
Tabela 4: Indicadores do produto 3: <i>programa de educação ambiental para adultos</i>	156
Tabela 5: Indicadores do produto 4: <i>sistema de produção e distribuição de mudas nativas</i>	157
Tabela 6: Indicadores do produto 5: <i>sistema de plantio e manutenção de florestas nativas</i>	158
Tabela 7: Indicadores do produto 6: <i>comissão gestora da bacia – encontros de cidadania</i>	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAC	- Associação dos Nativos do Povoado de Caraíva
APA	- Área de Proteção Ambiental
APPA	- Associação Pradense de Proteção Ambiental
ASCBENC	- Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva
CEFET BA	- Centro Federal de Educação Tecnológica de Eunápolis - BA
CEPLAC	- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CI	- Conservação Internacional Brasil
COELBA	- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COOPLANTAR	- Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia
CRA	- Centro de Recursos Ambientais da Bahia
FAO	- Food and Agriculture Organization of the United Nations
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
I BIO	- Instituto BioAtlântica
IGC UFMG	- Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
PA	- Pesquisa-ação
PAP	- Pesquisa-ação participativa
PP	- Pesquisa Participativa
PPP	- Parcerias Público-privadas
PROECO	- Associação Pró Ecoturismo de Caraíva
SFC	- Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação
SOS MA	- Fundação SOS Mata Atlântica
SEMARH	- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SRH	- Superintendência de Recursos Hídricos (Governo da Bahia)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Autonomia e governo	10
1.2. Delimitação do estudo e estrutura da pesquisa	20
2. DO PRINCÍPIO: O CIDADÃO COMO SUJEITO	29
2.1. Planejamento, gestão e ciência moderna	30
2.2. Para além do moderno – rua de mão dupla	39
3. DOS MEIOS E FINS: A REVELAÇÃO DA AUTONOMIA	58
3.1. Empoderamento, mobilização social e pesquisa-ação participativa	59
3.2. Síntese e inversão: <i>planeação</i>	86
4. DA PRÁXIS: GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA NO RIO CARÁIVA	101
4.1. Para revelação de um consenso: a oportunidade da água	102
4.2. O lugar original	107
4.3. Território, lugares e organizações	114
4.4. Catalisação do movimento	125
4.5. Encontros de saberes, encontros de cidadania – <i>planeação</i>	135
4.6. Resultados parciais e continuidade	152
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
APÊNDICE	186
ANEXOS	197

1. INTRODUÇÃO

1.1. Autonomia e governo

Por maior que seja o descontentamento de planejadores com os resultados alcançados em seus trabalhos, não é comum que se traga a público a questão da pertinência e utilidade do planejamento espacial. O debate atual se direciona, preferencialmente, para diferenças entre modelos e suas matrizes ideológicas, mas não tem sido comum o questionamento da própria *noção de planejamento*. O motivo para esta ausência pode estar na crença na sobrevivência eterna das atuais categorias e formas de atuação, reflexo de uma segurança imprópria para um momento de transformação tão radical e de transição tão veloz como o que assistimos.

Planejadores devem respostas a perguntas simples e impertinentes, latentes no discurso do senso comum: para que planejar o espaço? Qual a eficácia deste esforço? Por que os planos não são cumpridos? E, ainda: se existem bons planos e leis, por que não se cuida bem do que é público? Por que a vida não melhora? Mesmo que as respostas não caibam no âmbito exclusivo do planejamento, estas perguntas endereçam uma questão radical para profissionais da área: qual o fundamento da crença que planejar é necessário, se os resultados (ou a falta deles) não se cansariam de provar o contrário? Não seria o investimento em planejamento público um enorme desperdício de recursos coletivos?

Tais perguntas não têm aparecido no debate acadêmico sobre a crise do planejamento. O embate entre matrizes teóricas de modelos supostamente concorrentes e excludentes encobre a conseqüência trágica da falta de resultados significativos para a vida da maioria dos brasileiros. Os poucos exemplos de sucesso são soterrados por tal avalanche de fracassos que poderíamos tratá-los como

exceções à regra geral de que *planejamento não compensa*, e, talvez, não apenas por aqui.¹

Por outro lado, pode ser que ainda valha a pena investir na atividade de planejamento da *coisa pública* como instrumento de consolidação da democracia. Se assim for, a construção de outro paradigma impõe-se como tarefa prioritária para o profissional que acredita, como Ermínia Maricato, que talvez seja necessário correr algum risco.

A [...] crise do planejamento urbano e a busca de uma nova matriz teórica constitui (sic) momento importante para uma produção intelectual comprometida com a democracia no Brasil. A oportunidade é a de "replantear" a questão em novas bases, através de uma militância intelectual que impeça a consolidação de uma matriz que, sob forma nova, novos rótulos, nova marca, cumpra o mesmo e antigo papel de ocultar a verdadeira orientação dos investimentos ou dos privilégios nas cidades. Trata-se também de ousar apontar caminhos, mesmo em meio à tormenta... e por isso mesmo. (MARICATO, 2000, p. 188)

Esta construção deveria, em princípio, procurar causas dos fracassos nas diversas práticas correntes de planejamento e gestão do espaço. Ermínia Maricato (2000, p. 169), no entanto, aponta outra pista quando afirma que "A construção de uma nova matriz [...] passa pela eliminação da distância entre planejamento urbano e gestão." Tal constatação amplia a profundidade de campo da observação, que ultrapassa o primeiro plano e coloca em foco uma necessidade mais ampla: a de um novo *paradigma de governo*. Delegar a diferentes agentes as principais funções de governo, planejamento e gestão, fracionando em dois o sujeito, certamente inocula enorme tensão no processo: alguém pensa para que outro execute. É uma situação que torna pertinente a dúvida: quem está no comando, afinal? Quem é *O Governo*?

Diferentes visões e interesses destes *meio sujeitos* tenderiam a direcionar planos e modelos de gestão modernos para o fracasso. A partir desta dualidade paralisante, não é difícil compreender a ineficácia da máquina estatal brasileira e os

¹ Em palestra intitulada *A Cidade Européia em 2010: networks e processos*, proferida no Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC.MINAS, o geógrafo alemão Martin Fuerstenberg, responsável pelo planejamento espacial da Siemens, em Berlim, falando sobre a crise do urbanismo, estimou que, na Alemanha, de cada 4 planos elaborados, apenas um apresenta algum resultado significativo.

motivos de frustração de gestores sinceramente comprometidos com o interesse público, soterrados pelo peso do *varejão* clientelista, e de técnicos/planejadores, a *tecnocracia de esquerda*, como diz Marcelo Souza (2002), buscando culpados pelo que Ermínia Maricato (1997) denomina *planos discurso*, por leis que não pegam, por competentes esforços técnicos encadernados em diagnósticos estéreis e documentos não lidos. Pode-se encontrar um paralelo na crítica marxiana da divisão entre teoria e prática para demandar uma *práxis* de planejamento e gestão que reintegre, *em um único sujeito*, as duas principais funções de governo: planeja quem executa, executa quem planeja.

Acima do problema da eficácia do governo, pano de fundo do embate entre modelos de planejamento e gestão, paira, no entanto, a questão de sua legitimidade. Onde se procura o sujeito do governo, olhando pela lente do paternalismo, enxerga-se, sem contestação, o ocupante do poder no Estado. Pelas mesmas lentes, o técnico especialista, detentor de conhecimento disciplinar específico, é visto na figura de *sujeito planejador*. A esta dupla visão corresponde a aceitação resignada da heteronomia extensiva a que parece ter se acostumado a sociedade brasileira, talvez, a ocidental. Há que se escolher outro caminho, quando se admite que "[...] exercer a autonomia é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que querem se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático(a)." (SOUZA, 2002, p. 335)

A busca de fonte confiável para legitimidade e autonomia do sujeito de governo no Brasil nos conduz à primeira página da constituição federal: "*Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.*" (BRASIL, 1988, art. 1º, § único) Ora, isto quer dizer que nós, cidadãos brasileiros, somos *O Governo* do país, o que, apesar de óbvio, não se configura como situação predominante, de fato, no território brasileiro, nem mesmo como situação de direito no debate acadêmico. Mas, se os brasileiros vivem hoje em um estado de direito — e não se pode negar este fato com facilidade, mesmo

admitindo que tal estado tampouco se imponha como realidade em todo território nacional —, não cabe duvidar que os cidadãos brasileiros tenham, todos, o direito constitucional de governar nos dois modos constitucionais. Têm, ainda, a sorte de encontrar na sua lei maior um modelo potencialmente inovador de democracia, que permite a adoção simultânea e complementar de duas formas legítimas de planejamento e gestão, não necessariamente excludentes ou competitivas.

Vale notar que, das duas formas democráticas — direta e representativa —, uma se encontra, aparentemente, bem consolidada e praticada, enquanto a outra carece de experimentação voltada para seu aprofundamento e ampliação. Este desequilíbrio gera uma situação de não *reconhecimento*, por parte do cidadão comum brasileiro, do seu direito de governar diretamente, pois os quinhentos e poucos anos de opressão da maioria ensinaram, antes, o *manda quem pode, obedece quem tem juízo*, do que o *nós é que somos O Governo*. Poucos compreendem que o ocupante temporário do Estado não é, de fato e de direito, o legítimo detentor do poder, ou, em outras palavras, a maioria mal compreende o sentido de *eleição*, mesmo que entenda bem o de *representação*. Uma das definições de democracia apresentadas por Marilena Chauí é especialmente esclarecedora.

Forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida não só pela presença de leis e pela divisão de várias esferas de autoridade, mas também pela existência de eleições, pois estas não significam mera alternância no poder, mas assinalam que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isso. Em outras palavras, os sujeitos políticos não são simples votantes, mas eleitores. Eleger, como já dizia a política romana, significa exercer o poder de "dar aquilo que se possui, porque ninguém pode dar o que não tem", isto é, eleger é afirmar-se soberano para escolher ocupantes temporários do governo. (CHAUI, 2005, p. 25)

É comum, na prática política brasileira, que se substitua a idéia de delegação temporária do que é *essencialmente nosso* por uma espécie de indicação temporária de um mandante soberano, supostamente responsável pela resolução de *todos* os problemas de interesse coletivo. Tal figura tenderia a ocupar, no imaginário do eleitor, o lugar do pai, patrão ou mandante, que transformaria cada representante no Estado

em um chefe de determinado território, por tempo também determinado. Com tal sistema, não se admira que, por mais consolidada que esteja a democracia representativa no Brasil, a nação brasileira se encontre longe de se constituir como *sociedade democrática*, o que exigiria, pelo menos, a superação de sua abissal desigualdade econômica e social. Passa a ser plausível, portanto, afirmar que a “[...] democracia representativa, a democracia eleitoral, tal como existe, é incapaz de sustentar a democracia como sistema, senão articulada com uma forte participação cidadã e, portanto, como uma democracia participativa [...]” (CELIBERTI, 2005, p. 56)

A tarefa de exercitar sistemas efetivamente participativos de decisão pode ser tomada como uma prioridade, não apenas para a sobrevivência do planejamento em bases mais sólidas, mas da própria experiência democrática no Brasil, e não apenas nele. Para se falar de planejamento e gestão democráticos, de modos de atuação que desobstruam as vias para a autonomia do cidadão, há de se conceber caminhos que sejam, ao mesmo tempo, práticos, teóricos e metodológicos, sem precedência cronológica ou hierarquia de valor entre os termos. Estes caminhos não poderão se desviar de uma abordagem crítica dos modelos que, atualmente, advogam a participação da sociedade na formulação de políticas públicas. Por outro lado, um modelo genuinamente participativo demanda outra forma de produção e distribuição de conhecimento, o que leva à necessidade de trazer para o debate sua raiz epistemológica.

Por sorte, nosso tempo abriga um debate pujante sobre fundamentos da era moderna, seus avanços e promessas não cumpridas, bem como propostas de superação e transição para novos modos de conhecer, refletir e agir. Entre tantas e súbitas transformações, muitas vezes se torna difícil a definição clara de rumos a seguir. Ora é possível enxergar os traços da antiga dominação por trás das máscaras e fantasias do novo, ora, ao contrário, são trazidos, para o bojo do potencialmente novo e libertador, os vícios de antigos modos, reforçando justamente o atraso que se

queria superar. Daí a necessidade de enfrentamento do medo, para que os experimentos necessários, que demandam simultaneamente risco e prudência, não se tornem, também, simulacros de transformação, tal como provavelmente pode-se estar assistindo em muitas das experiências atuais de planejamento e gestão. Em 1985, ao final de seu famoso discurso em que apontava o surgimento de outro paradigma para a ciência, Boaventura de Sousa Santos descrevia esta etapa da história, característica das últimas décadas do século XX.

A prudência é a insegurança assumida e controlada. Tal como Descartes, no limiar da ciência moderna, exerceu a dúvida em vez de a sofrer, nós, no limiar da ciência pós-moderna, devemos exercer a insegurança em vez de a sofrer. Na fase de transição e de revolução científica, esta insegurança resulta ainda do fato de a nossa reflexão epistemológica ser muito mais avançada e sofisticada que a nossa prática científica. Nenhum de nós pode neste momento visualizar projetos concretos de investigação que correspondam inteiramente ao paradigma emergente [...] precisamente por estarmos numa fase de transição. (SANTOS, 2003, p. 91-92)²

Vinte anos passados, vale perguntar se estes *projetos concretos de investigação* existem ou chegaram a existir. Que experiências e resultados efetivos — reconhecidos coletivamente como tal — podem ser relatados, passadas duas décadas?

Certo é que, da época do discurso até hoje, assistimos a outra avalanche de transformações tecnológicas, com impactos impressionantes na vida cotidiana, às novas formas de guerra e terror, à imposição do unilateralismo hegemônico em escala global, a simultâneos avanços e retrocessos colossais no campo da política e da economia planetárias. Enquanto isto, o que se pode relatar sobre o aprofundamento efetivo da democracia neste mesmo período? O que se pode dizer acerca do avanço em direção da autonomia? Que resultados foram colhidos em relação à sustentabilidade da vida humana? O que temos a apresentar em nossa defesa, os que defendemos a necessidade de outra ética em relação aos nossos irmãos de espécie,

² Todas as referências a este discurso foram retiradas da edição brasileira da Editora Cortez, de 2003. O texto é uma versão ampliada da *Oração de Sapiência*, proferida na aula inaugural do ano letivo de 1985/86, na Universidade de Coimbra. Por recomendação do autor, nesta edição brasileira foi mantida a ortografia vigente em Portugal, tal como na primeira publicação do discurso, em 1987, pelas Edições Afrontamento, na cidade do Porto. Vale dizer também que, em suas publicações mais recentes, o autor já não utiliza a expressão *pós-moderna* ao se referir à *nova ciência do paradigma emergente*.

bem como às outras formas de vida com as quais compartilhamos o planeta? O que efetivamente foi feito?

Neste tempo, acompanhamos a deterioração da capacidade do Estado brasileiro para realizar investimentos de interesse público, uma alarmante perda de biodiversidade em seus biomas e transformações climáticas que ameaçam muitas de suas cidades, sem que se vislumbre, com os meios atuais, possibilidades de reversão na velocidade demandada, trazendo o risco de irreversibilidade em alguns casos críticos. Evidências permitem afirmar que não existe, no modelo político-econômico dominante, intenção majoritária ou capacidade de enfrentamento da crise ambiental com a urgência necessária. Também se considera que, a se manter o quadro atual, o Estado Nacional pode continuar sem instrumentos de promoção da inclusão sustentável, equidade e bem estar de seus cidadãos, bem como de modelos adequados de geração e distribuição de riquezas compatíveis com a manutenção da biodiversidade em seus territórios.

Os riscos da unilateralidade colonizadora e da extensão da guerra no planeta — com conseqüente disseminação ampliada e fortalecimento do modelo civilizatório dominante — só contribuem para que se considere a *urgência* como fundamento e requisito inexorável de uma abordagem, a um tempo, crítica, criativa e mobilizadora da sociedade. Não conforta nada a constatação do pouco que resta a ser feito pelo cidadão no paradigma único da luta política e da gestão representativa. A resistência sem armas eficazes, a manifestação pública para ouvidos que, ou pouco se importam, ou pouco podem fazer, e a alternativa única do exercício da representação em estados nacionais dependentes de interesses econômicos que ultrapassam suas fronteiras, trazem a chance de um revés que pode custar caro à humanidade.

Se assim for, impõe-se como prioridade a consolidação de outro paradigma para *atuação social e gestão republicana* — aqui utilizada na sua forma original, de gestão da *coisa pública* —, capaz de contribuir para a superação dos desafios a serem enfrentados, agora, pela sociedade brasileira. Nesse sentido é que se considera a

pertinência desta pesquisa sobre a *possibilidade da autonomia em processos de compartilhamento da gestão pública*, avaliando-se a viabilidade da coexistência e complementaridade de diferentes formas de atuação social e exercício de governo. Pretende-se, assim, contribuir para a consolidação de um espaço justo e confortável para a democracia direta no Brasil, sem que isto signifique abrir mão dos papéis legítimos da representação, da luta política dos atores sociais e do próprio Estado.

É claro que a vida continua em transição, cada vez mais veloz e radical. Mas não seria assim em todos os tempos, desde o advento da era moderna? E por que, nesta mesma era, experimentos coletivos libertadores, voltados para a autonomia, e as coisas que interessam à vida parecem fadadas ao fracasso, ou andam tão devagar? Por que os que pregam o caminho da libertação, da superação da heteronomia através do *combate aos poderosos* parecem não se cansar de ser derrotados? Por que continuam a praticar as mesmas formas de luta, marchando sempre igual, nas mesmas trincheiras, na direção das mesmas armadilhas?

Em busca de respostas para tais questões, este estudo parte de uma desconfiança radical em relação a *projetos modernos* de transformação, mesmo que reconheça a boa fé de seus atores. Isto significa que, por questão *de princípio*, não se propõe qualquer desconfiança em relação às pessoas, aos sujeitos *militantes*. Desconfia-se, no entanto, das idéias e métodos que têm norteado suas práticas, semelhantes entre si, bem como dos caminhos que a ciência moderna tem oferecido para a crítica desta práxis. Pode parecer incoerente desconfiar das idéias e resguardar os sujeitos que as defendem e praticam. Não se trata de condescendência contemporizadora, mas de princípio estratégico. Não é possível imaginar que a *transformação do mundo* ou a *construção do novo paradigma* seja mais fácil através de um exército de iluminados lutando até a vitória, em uma *jihad* ideológica. Como conviver bem com inconveniente existência posterior de um bando de derrotados? E como seria possível conquistar adeptos para uma transformação tão radical sem *confiança no concidadão*, no seu poder de (auto)transformação?

Mesmo que se note algum avanço, pelos modos modernos, na direção a *um mundo mais justo, fraterno e solidário* — e agora, necessariamente, *sustentável* —, considera-se que tais *conquistas* têm exigido esforço desproporcional e, muitas vezes, desnecessário sacrifício. Defende-se, aqui, a hipótese de que mais e melhores resultados podem ser alcançados, com maior facilidade e rapidez, por outros modos, o que pressupõe atitude crítica em relação ao grande dispêndio de energia vital em estratégias exclusivas de manifestação, resistência e luta, bem como à facilidade com que se identificam supostos responsáveis, para denúncia e culpa. Questiona-se, portanto, a existência de uma *rua de mão única* para a promoção da autonomia e interesse público: a da *luta política* para a consolidação da cidadania e da democracia republicana.

Tal questionamento remete a outra suposição: a de que se encontram, nas *práticas modernas* (algumas ditas *progressistas*), sementes dormentes da dominação, da heteronomia que pretendem combater. Palavras e ações de combate ou resistência a uma ordem supostamente imposta poderiam ocultar complacência, sustentação e gozo desta mesma ordem, origem do conforto disponível no lugar da *oposição*. Uma *vontade geral de dependência* poderia ser detectada, por exemplo, no (auto)conceito de organizações declaradas *não governamentais*, o que implicaria o abrigo, nelas, de cidadãos que não querem ser *governantes*, ou *autônomos*.

No sentido oposto, pleiteia-se, aqui, a realização do princípio de *confiança incondicional no outro*, como poderoso instrumento de transformação efetiva. Esta confiança original se desdobra em outras tantas crenças, também adotadas como princípios desta pesquisa. Acredita-se, assim, que a autonomia é princípio e fim, enquanto a política, em geral, e a democracia, especificamente, são meios para alcançá-la — imprescindíveis, sem dúvida, mas submissas à primeira; que, se a política e a democracia se fundam no dissenso — ou no desentendimento, como propõe Jacques Rancière (1996) —, a autonomia, por mais ampla e profunda, permite a existência do consenso; que a busca de autonomia e descentralização do poder não

pode se dar exclusivamente por meios baseados na heteronomia e centralização; que a guerra não merece ser fonte única do paradigma da transformação social; que existem formas legítimas de transformação que não passam pelo modelo único do dissenso em todas as suas manifestações (debate, resistência, luta, militância, denúncia...), também, sem dúvida, legítimas.

Para além destas crenças iniciais, acredita-se, também, que a eficácia, ou seja, o alcance de resultados efetivos, imediatos e reconhecidos pela maioria dos interessados, é uma necessidade de qualquer ação que se queira libertadora; que existem, em todos os lugares, níveis de consciência e educação suficientes para que se estabeleça um diálogo confiante, exigido para a revelação de algum consenso, potencial fundador de uma vontade de ação coletiva; que cidadãos de qualquer lugar, tratados desde o início como *adultos*³, reconhecem a diferença de tratamento e *reagem como adultos*, com poder de decisão e seriedade correspondentes; que estes cidadãos adultos têm plenas condições de escolha e sabem exatamente o que fazer quando recebem, em regime de confiança, recursos, informações e conhecimentos que lhes interessem; que existem conhecimentos, informações, recursos, saberes e formas de organização não institucionais sofisticadas na sociedade brasileira — mutirões, jogos, festas e comemorações — que merecem maior atenção de quem queira construir outro paradigma para a produção conjunta de conhecimento, atuação social, planejamento e gestão.

Nem todas as questões até aqui levantadas merecerão o mesmo tempo e espaço nesta primeira etapa de pesquisa. Não pela falta de intenção, ou dedicação, mas pela mera dificuldade de se abordar, com o cuidado devido, todos os desafios que se apresentam no prazo determinado para uma pesquisa de mestrado. Se há neste estudo outra pretensão, que tampouco cabe no âmbito desta etapa de pós-graduação, esta é a de elaborar um dos “[...] projetos concretos de investigação que

³ Considera-se, aqui, o termo *adulto* como sinônimo de *potencialmente autônomo*, em oposição ao *infantil*, cuja ocorrência em indivíduos *biologicamente adultos*, seria uma manifestação potencial da *vontade de dependência* crônica. Não difere, assim, da noção corrente do senso comum, bem como da definição jurídica ou psicológica do termo, tal como encontradas nos dicionários.

correspondam inteiramente ao paradigma emergente”, tal como sugerido por Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 92). Se não existe, ainda, no proponente, competência teórica e prática à altura de suas vontades, confianças e desconfianças, diante de seu atual (des)conhecimento acumulado, opta-se pelo início de uma investigação que não abre mão, no entanto, da pretensão final, a ser contemplada em futuros estudos. Por isso, mira o horizonte e procura linhas de superação paradigmática, no mesmo tempo que delimita seus objetivos atuais como primeiros passos de uma busca maior.

1.2. Delimitação do estudo e estrutura da pesquisa

Nesta pesquisa, serão desenvolvidos ensaios teóricos iniciais em busca de uma compreensão mínima acerca do planejamento moderno e das formas de gestão a ele vinculadas. Busca-se, neste momento, enxergar caminhos para a superação do paradigma moderno de governo, em busca de outra *práxis* que avance na direção da autonomia do cidadão. Ao mesmo tempo, o estudo acompanha uma etapa da implementação de um sistema presumivelmente autônomo de planejamento e gestão territorial, baseado na idéia de compartilhamento da gestão pública, na bacia do rio Caraíva, no extremo sul baiano. Este projeto, elaborado a partir de intenções e objetivos definidos por agentes locais⁴, conforme descrito no capítulo 4, se propõe a praticar as confianças e desconfianças anteriormente citadas, além de experimentar, simultaneamente, diferentes formas de atuação social e governo territorial. Neste

⁴ O autor (proprietário de residência na vila de Caraíva há mais de 20 anos) se inclui como um dos agentes locais responsáveis pela elaboração do projeto e pela sua implementação (como diretor executivo do Instituto Cidade, organização sem fins lucrativos, sediada em Belo Horizonte. Ver também nota 26).

caminho, o estudo lança mão do princípio da *complementaridade*⁵ para a utilização simultânea de conhecimentos *científicos* e locais, da atuação voluntária e profissional, de instrumentos compreensivos e estratégicos, de organização informal e institucional, bem como da democracia direta e representativa como formas legítimas de governo.

Mais que praticar uma abordagem crítica dos métodos correntes de planejamento e gestão, busca-se investigar outras referências metodológicas, avaliando o potencial e os limites dos diferentes métodos para processos compartilhados de gestão republicana. Mesmo que se conheçam o teor e a amplitude do debate, entre as matrizes e formas correntes de planejamento urbano e territorial, nesta pesquisa consideram-se outras fontes que não se tão fazem presentes neste debate, procurando ir além do impasse que parece se manifestar no embate entre as diversas formas modernas de governo, sejam elas conservadoras ou progressistas.

De início, define-se, com algum rigor, sobre qual cidadão, sujeito e governo trata o título. Adota-se, como princípio e fim deste trabalho, a revalidação do conceito original de Aristóteles: “De acordo com nossa definição, a coisa é simples. Se participarem do poder público, serão cidadãos.” (ARISTÓTELES, 1998, p. 44) Nesta forma, *cidadão* seria somente aquele que detém e exerce seu direito de governar. Esta definição determina a existência de um *cidadão ativo*, que, através de sua ação, realiza o *poder como verbo*, não como substantivo. Isto quer dizer, também, que o sujeito é cidadão somente enquanto governa, deixando de sê-lo no momento em que abandona esta ação. Considera-se que aquele que abdica de governar, que espera que seus direitos sejam respeitados e que cumpre seus deveres perante a sociedade, mesmo que se faça representar em instâncias de governo, não se configura como *cidadão pleno*. A não ser que supere sua passividade a partir de uma *vontade de*

⁵ O princípio da complementaridade se expressa neste trabalho tanto em relação à questão do conhecimento como em relação à questão da atuação de governo. No primeiro caso, parte-se de um respeito incondicional ao conhecimento do outro, para se efetivar como utilização simultânea das diversas formas de saber disponíveis. No segundo caso, significa optar preferencialmente por ações que não estão sendo efetivadas por outros agentes. Em ambos os casos, a complementaridade pressupõe inexistência de hierarquia, competição ou dependência unidirecional, podendo, no entanto, ser bem traduzida como interdependência e compatibilidade. (Ver também ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 96-104).

poder sobre si mesmo — uma intenção de *autogoverno* —, não será, aqui, considerado cidadão.

Também é pertinente perguntar sobre o significado de *sujeito de governo*, por mais óbvio que possa parecer. Sujeito, aqui, também se vincula, simultaneamente, ao conceito de ação, autonomia e protagonismo, ou ao “[...] princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação [...], capacidade de iniciativa em tal mundo [...], capacidade autônoma de relações ou de iniciativas, [...] que é contraposta ao simples ser ‘objeto’ ou parte passiva de tais relações.” (ABBAGNANO, 2000, p. 929-930) Ser sujeito de governo significa, neste estudo, ser protagonista no exercício de duas das mais importantes atividades de governo: planejamento e gestão territorial. Ser sujeito de governo em um lugar significa, portanto, atuar com autonomia em processos de decisão, organização, controle e transformação dos e nos lugares em que vive.

Por último, abordam-se algumas categorias que cumprem o papel de ancorar a pesquisa no campo da práxis, avançando da teoria para a ação — e retornando, dialeticamente, por algum caminho de volta. Seria tarefa aparentemente simples alcançar a autonomia tomando-se o cidadão como sujeito de governo do único espaço com chances de ser considerado privativo absoluto — seu próprio corpo. A efetividade do conceito de autogoverno, no entanto, demanda uma extensão para fora do sujeito, na medida em que tenta alcançar um outro objeto determinado: governar o quê? Esta pesquisa exige uma espacialização desta resposta.

Inicialmente, o *lugar* se apresenta como o espaço onde a cidadania tem sua primeira chance de expressão. Abrigo da vida cotidiana, o espaço coletivamente habitado, tendo como sujeitos destes hábitos e vida os moradores/habitantes, se torna a primeira oportunidade de manifestação de cidadania, na medida em que traz, imediatamente, a questão do que é público nestes lugares. O lugar é, portanto, o abrigo de uma *res publica* de primeira instância. Governar o que há de público nos lugares: esta que poderia ser vista como a questão fundadora de toda a cidadania, é, no entanto, ainda insuficiente para este estudo.

A noção de *território* surge para provocar uma extensão necessária, uma vez que o modo de planejamento e gestão proposto pressupõe a ampliação da escala de abordagem, a partir do local, já conhecido e apropriado, para o regional, apenas parcialmente conhecido e apropriado. O projeto propõe um desafio para cidadãos desconhecidos entre si, habitantes de diferentes lugares: que se apropriem em conjunto da bacia hidrográfica em que seus lugares existem — território que, a princípio, nenhum deles conhece em sua totalidade —, para que assumam seu controle e gestão.⁶ O desafio se consolida em uma experiência autônoma de governo, em que se faz necessário, simultaneamente, o reconhecimento, a construção coletiva de decisões, a efetivação de intervenções e controle deste território para sua *transformação*. A questão do conhecimento passa a ocupar um lugar central no experimento, nas suas diversas formas: o conhecimento necessário para a ação, o conhecimento como ação e a ação como conhecimento, determinando, assim, a necessária abordagem epistemológica.

O território estudado, a bacia hidrográfica do rio Caraíva, configura oportunidade singular para esta pesquisa. Por não existir, ali, nenhuma sede municipal, núcleo urbano populoso ou atividade econômica intensiva — o que significa baixíssima densidade eleitoral —, o poder público se encontra mais distante que de costume dos cidadãos. Muitos habitantes são acostumados com práticas autogestionárias que, mesmo em meio às muitas queixas, acumulam resultados consideráveis em questões de limpeza pública, transporte, água e energia elétrica.

Não se admira, portanto, que o discurso da autogestão não tenha soado, ali, como absurdo. Ao contrário. Como também partiu de vontades locais, a proposta de se iniciar um movimento de cidadania e, simultaneamente, construir um sistema

⁶ O debate sobre a categoria *paisagem*, existente na geografia, permite a utilização da expressão *gestão de paisagem*, tal como empregada pelas instituições que apóiam e financiam a experiência descrita no capítulo 4. Sem aprofundar no debate, importante, mas não essencial a este estudo, opta-se, aqui, pelo uso do conceito de *território* (e, portanto, *gestão territorial*), mais adequado ao argumento central da dissertação, por se tratar de uma categoria que pressupõe, na essência, um *poder, controle, domínio*, uso social e econômico, enquanto a *paisagem* se vincula, originalmente, à questão da *imagem* dos lugares e territórios. (Ver, por exemplo, SANTOS, 1996, 2000).

representativo que servisse de base para o futuro comitê de bacia, tal como proposto na Lei das Águas⁷, foi muito bem recebida desde o início por cidadãos do lugar. Desde o início, também, tenta-se compatibilizar e equilibrar as idéias de autonomia, complementaridade e interdependência em relação às demais instâncias de poder presentes na região: no caso, instituições do poder público estadual, municipal e federal, incluindo autarquias e conselhos gestores de unidades de conservação, associações locais de moradores, organizações sem fins lucrativos, fóruns de diálogo, proprietários rurais e seus sindicatos⁸.

A estrutura da pesquisa reflete a intenção de simultaneidade do exercício teórico e da experimentação prática. O próximo capítulo se inicia com a crítica do planejamento disciplinar e das formas modernas de gestão, tal como majoritariamente praticados pelo poder público no Brasil. Esta abordagem, que começa pela constatação da ineficácia, termina por considerar que os modelos de planejamento e gestão praticados na modernidade, nas diferentes roupagens com que se apresentam no debate contemporâneo, possuem uma raiz comum, responsável, em última análise, pela manutenção da subordinação da maioria dos membros da sociedade em relação a outros, supostamente superiores em poder.

A identificação de uma das raízes da heteronomia no modelo da ciência moderna permite que se acompanhe um projeto de superação deste paradigma, na esperança de se enxergar caminhos para construção de modos libertadores de planejamento e gestão. Desta maneira, neste estudo, ao invés de se tomar partido no embate entre os modelos correntes, opta-se pelo uso da crítica epistemológica da ciência moderna para tentar alcançar as razões mais profundas da manutenção da forma moderna de dependência, mesmo em experiências progressistas. Por outro lado, também se recusa a abandonar conhecimentos e instrumentos de planejamento e gestão produzidos pela modernidade, em qualquer das suas formas, acreditando-se

⁷ BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

⁸ Ressalta-se que não existem sindicatos de trabalhadores na bacia.

na utilidade e eficácia dos mesmos, desde que apropriados pelo legítimo sujeito de governo.

O capítulo prossegue com uma aposta: a de que o encontro de conhecimentos da ciência moderna, de suas técnicas de planejamento e gestão disciplinar, com outros saberes e competências organizativas locais possibilita o surgimento de um *conhecimento novo*, novos saberes que transcendem o paradigma da ciência moderna e do senso comum, tal como exposto na proposta de dupla ruptura epistemológica de Boaventura de Sousa Santos (1989, 2003). Esta aposta demanda a existência de espaços adequados para a promoção destes encontros. Lugares que abriguem, assim, o nascimento de uma *sabedoria comum*. Por outro lado, novos métodos e linguagens, não baseados no paradigma da ciência moderna e do planejamento disciplinar, são chamados à participação neste projeto, o que não significa a adoção de outra referência metodológica única: um saber libertador só poderá nascer de uma multiplicidade de caminhos.

Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. (SANTOS, 2003, p. 77-78)

Estes métodos e linguagens servem de pontes para a ligação de territórios hoje isolados, tais como aqueles onde a ciência se produz e os que os cidadãos habitam. Neste sentido, é imprescindível que se considere, com maior cuidado, o(s) significado(s), para o senso comum, de palavras que representam conceitos e categorias da ciência, da mesma forma que expressões originárias do senso comum poderiam ser admitidas no processo de recriação de um novo e potente texto acadêmico. Tais pontes semânticas permitiriam a compreensão mútua, necessária ao diálogo transdisciplinar entre o conhecimento científico e os saberes locais.

No capítulo seguinte, são estudadas referências teóricas e metodológicas baseadas na autonomia, desenhando uma *constelação de métodos* para o

experimento. À idéia de *empowerment*, defendida por John Friedmann (1992) como meio para um *desenvolvimento alternativo*, se contrapõe a noção de *empoderamento* como fim em si mesmo, através da revelação do *poder imanente* do cidadão, contido na própria definição do termo. Desta forma, reforça-se o vínculo essencial entre *empoderamento* e *autonomia*, como algo que não se submete a qualquer fim superior, uma vez que se trata, ela mesma, deste fim superior.

Na investigação de métodos que serviriam como *referências de empoderamento*, o primeiro foco recai sobre a proposta de José Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004), de *mobilização social para construção da democracia e participação*. Esse trabalho serviu de norte para experimentos piloto de mobilização social pelas águas em Belo Horizonte, assim como para o projeto na bacia do rio Caraíva, descrito adiante. Através desta referência, será avaliada a possibilidade de reedição, em ambientes rurais, de experiências de sucesso no meio urbano, com a mesma intenção de *cuidar das águas*. Neste caminho, nos interessa, particularmente, o *princípio da autofundação* (TORO; WERNECK, 2004, p. 19), ou de *ordem autofundada*, que se configura como possível atalho para a autonomia pela sua revelação imediata, antes mesmo do necessário esforço de construção e posterior consolidação da democracia.

Com a mesma intenção, se estuda a referência da *pesquisa-ação participativa*, tal como proposta por Fals Borda e Rahman (1991) e William Foot White (1991)⁹. Nesta prática, ao contrário da pesquisa convencional nas ciências humanas, as questões investigadas, assim como a forma e a aplicação, são determinadas e efetivadas pelos próprios membros da comunidade pesquisada, a partir de interesses locais anteriormente definidos por eles próprios. Quando o papel de pesquisador está nas mãos de agentes locais, cabe ao cientista social, ao invés de formular as questões de *seu* interesse exclusivo e executar o *seu* estudo, cumprir o múltiplo papel de tradutor, assessor, facilitador, mediador e educador, na medida em que repassa

⁹ Ver nota 29.

instrumentos, métodos e procedimentos de pesquisa, comunicação, mobilização e organização, de acordo com a demanda em cada caso.

Ao colocar a produção do conhecimento a serviço de uma transformação efetiva e imediata, coletivamente decidida, invertendo os termos da equação moderna da ciência, a *pesquisa-ação participativa* poderia ser considerada uma forma de planejamento e gestão territorial, uma vez que a validade do conhecimento produzido se vincula a um resultado localizado e a um benefício imediato, publicamente reconhecido. A inversão paradigmática indica que tal método contém elementos para servir de base a “[...] projetos concretos de investigação que correspondam inteiramente ao paradigma emergente” (SANTOS, 2003, p. 92), qualificando-se, assim, como um precioso guia deste experimento.

Os caminhos teóricos e metodológicos estudados irrigam o experimento de mobilização social para a recuperação ambiental da bacia do rio Caraíva, abordado no capítulo 4. Este projeto, iniciado em outubro de 2004, tem como objetivo construir o alicerce de uma rede de cidadania para a gestão pública compartilhada das bacias hidrográficas da Costa do Descobrimento, começando por um *piloto* na bacia do Caraíva. A proposta da rede de cidadania prevê restauração de florestas nativas, proteção das águas e da biodiversidade deste território, em conjunto com o poder público, com a iniciativa privada e com outras organizações da região.

Tal como preconizado nas referências de empoderamento, o projeto nasceu de preocupações de moradores do povoado de Caraíva — tradicional vila de pescadores, localizada na barra do rio Caraíva — em relação à diminuição do volume de água e à mortandade crescente de peixes, verificada nos últimos anos, no rio principal e em seus afluentes. Das primeiras conversas a este respeito até as primeiras ações, se passaram cerca de oito anos, até o surgimento de uma oportunidade de financiamento internacional para projetos de proteção da biodiversidade no *bioma mata atlântica*. Na elaboração do projeto, foram incorporadas, além das intenções iniciais de habitantes e financiadores, propostas de outras instituições com alguma atuação naquela bacia —

um sindicato rural, uma associação de moradores e uma organização ambientalista —, compondo um corpo complexo de intenções e metas que demandavam maior conhecimento do território por parte dos propositores.

O conhecimento demandado pelos agentes locais foi realizado através de um *cadastro ambiental de propriedades rurais da bacia*. Ele passaria a ser, também, o instrumento da pesquisa de campo, com o objetivo principal de mapeamento de intenções de apoio à proposta de recuperação de matas nativas em propriedades privadas, além da delimitação e caracterização de áreas disponibilizadas para tal reflorestamento. O trabalho de campo, fazendo uso do método da *pesquisa-ação participativa*, teve início em duas sub-bacias, escolhidas como prioritárias pelos agentes do projeto. O roteiro das visitas e conversas, as entrevistas de campo, a manipulação e a avaliação dos dados foram feitos com participação de cidadãos da bacia. Os dados pesquisados estão disponíveis em *site* na Internet, também construído e mantido com participação efetiva de habitantes do rio Caraíva.

Por transcender os objetivos específicos de investigação, algumas características do moderno método científico deixam de fazer sentido neste modo de pesquisa. Uma delas poderia levar ao questionamento da *isenção* do pesquisador e, como consequência, ao possível falseamento dos resultados, motivado pela intenção dos pesquisadores, uma vez que aqueles que entrevistam são os mesmos interessados em que o principal resultado da pesquisa, a quantidade de áreas disponíveis para reposição de florestas nativas, seja o maior possível. Nesta proposta, ao contrário, incentiva-se a conversa em busca desta majoração, desde que ela não se revele fruto de coação. No capítulo conclusivo, este debate está novamente presente, enriquecido pelos resultados coletados e acompanhado da avaliação crítica sobre a eficácia teórica e prática dos princípios, meios e fins deste trabalho.

2. DO PRINCÍPIO: O CIDADÃO COMO SUJEITO

2.1. Planejamento, gestão e ciência moderna

Se ciência é conhecimento, pode também ser entendida como ação: produção ou revelação de conhecimentos; conhecimento aplicado. Planejamento certamente é, também, ação, mas não se relaciona da mesma forma com o conhecimento. O uso atual do termo, vinculado à organização e programação, pouco guarda de seu sentido original, que aponta, antes, para uma *transformação do conhecimento*, demandada pela sua transmissão¹⁰. Uma palavra que se colocava, portanto, a serviço da compreensão ampliada, do acesso aos saberes, da democracia, em última instância. Nada semelhante a seu uso corrente no século passado.

“Planejamento” é uma palavra que [...] vem sendo utilizada para explicitar a intenção de racionalizar operações [...] em todos os setores da vida social moderna [...]. Até os anos setenta do século XX, [...] as práticas de planejamento do pós-guerra [...] são identificadas com a intenção de modernização das instituições e da vida social. A idéia de modernizar está associada [...] à perspectiva do progresso. Portanto, independentemente da situação, das “realidades”, assim como das temáticas, planeja-se para modernizar: para crescer, para desenvolver, para que tais objetivos sejam alcançados mais rapidamente. (HISSA, 2002, p. 230)

A intenção de racionalidade e progresso faz do planejamento moderno “[...] a resposta imediata à concepção tradicional de ciência moderna.” (HISSA, 2002, p. 234) Este vínculo, se não tornou o planejamento capaz de alcançar resultados significativos, pelo menos serve para que se aplique a crítica contemporânea da ciência moderna à noção de planejamento disciplinar. Por este caminho, por exemplo, não será difícil encontrar, na prática analítica da ciência moderna, as razões para a separação entre planejamento e gestão, tampouco para transformação de ambos em disciplinas de caráter *científico*.

¹⁰ O termo *planejamento*, advindo do latim *planus* — chato, liso, plano —, também carregava a conotação de *fácil, claro, simples*. Daí vem, também, o termo *explamar* — tornar plano, aplainar dificuldades, explicar.

Também se pode buscar as causas da ineficácia na tentativa de aplicação do método científico à prática do planejamento moderno: se a ciência, por princípio, existe para a produção de conhecimento, uma forma de *planejamento científico* não poderia deixar de assumir este compromisso como prioridade, colocando-o a frente das *vontades subjetivas*. Esta, uma atitude relativamente recente, desvirtua tanto o sentido original do planejamento como aquele por ele adquirido historicamente, relacionado, antes, com o *desígnio*, vontade do sujeito expressa como num *desenho*. Mas seria esta — produção ou revelação de conhecimentos — a real função do planejamento? Mesmo deste planejamento que se faz em nome do desenvolvimento, do progresso, da eficácia moderna?¹¹ Certamente, concordaríamos, todos, com o fato de que qualquer forma de planejamento que mereça sobreviver tem que se dispor a outra função, outra atitude.

[...] os planos e as políticas deveriam refletir a vontade coletiva de transformação. Os planos e as políticas deveriam ser compreendidos como instrumentos de mudança. Deveriam ser elaborados e encaminhados por quem deseja a transformação: por quem está disponível para ela. Se não forem assim concebidos, os planos estarão destituídos de significado. (HISSA, 2002, p. 234)

No modelo compreensivo, em quem melhor caberia a carapuça do planejamento moderno, ao contrário, antecipa-se uma intenção de controle que se sobrepõe à de transformação, algo que se revela logo no nome de seu principal produto — o *plano diretor*. Denota-se a vontade, ainda que inconsciente, de *direcionamento* da sociedade pelo planejador, que desconsidera, por falta de estratégia adequada, outras vontades dos cidadãos, supostamente os contratantes do plano. No *planus* original, a *compreensividade* bem poderia se referir ao *entendimento*, sentido usual da palavra no senso comum, enquanto no plano diretor

¹¹ O foco prioritário do planejamento moderno na produção de conhecimentos resulta no que o planejador público brasileiro bem conhece na prática: a maior parte dos poucos recursos disponíveis é despendida na coleta e *análise* de dados para a elaboração do *diagnóstico*; a parte que resta fica para a geração de soluções (que utiliza uma porcentagem ínfima dos dados colhidos e *analisados*); e quase nada sobra para o que mais importa ao cidadão: os benefícios da implementação do plano. Não é de se estranhar, com tal metodologia, tanta letra morta, tanta literatura não lida, tanta ordem não cumprida.

trata antes da *abordagem extensiva*, da pretensão de inclusão total dos aspectos de um problema. A estas formas seria pertinente acrescentar ainda um terceiro uso do termo.

No uso social comum, uma expressão como “Você me compreendeu?” é uma falsa interrogação cujo conteúdo afirmativo é o seguinte: “Você não tem nada para compreender, você não precisa compreender [...]. Você só tem que obedecer”. Assim, [...] “compreender” quer dizer duas coisas diferentes, senão opostas: compreender um problema e compreender uma ordem. (RANCIÈRE, 1996, p. 56)

A inclusão deste terceiro significado, revelador de uma lógica que exigiria submissão e obediência dos cidadãos a um saber supostamente superior, onisciente e onipotente, é essencial para se entender os motivos do fracasso deste “[...] planejamento compreensivo, que tinha o saber técnico como elemento norteador e o plano como seu principal produto.” (COSTA, 2003, p. 114) Admitir-se-ia, no uso deste modelo, desenvolvido principalmente para aplicação em cidades, uma mudança na *forma* urbana, uma reordenação que não implicasse em legítima *transformação* — algo que exige mudança de *conteúdo*, ou da própria *estrutura do urbano*, incluindo, certamente, as relações de poder.

No Brasil, principalmente nos anos 70, o planejamento urbano adotado era largamente influenciado pela metodologia do Serfhau [Serviço Federal de Habitação e Urbanismo] de elaboração de planos de desenvolvimento local integrado que, em muitos casos, propiciaram abrangentes diagnósticos e propostas de difícil operacionalização. Associado a uma política altamente concentradora de recursos [...] o planejamento se institucionaliza em torno de um Estado autoritário e centralizador. [...] Neste tipo de planejamento há pouco espaço para o não formal, para o espontâneo, para o desordenado, visto então como uma distorção do ordenamento urbanístico idealizado. (COSTA, 2003, p. 114-115).

Este modelo certamente se associa com facilidade a um Estado autoritário e centralizador. A compreensividade, tal como até hoje praticada, exige a visão centralizadora como método, e parte, necessariamente, da eleição de um ponto de vista privilegiado, um lugar determinado a partir de onde se deseja que a realidade seja observada — o lugar do detentor do poder. Da centralização ao autoritarismo, a

distância sempre foi muito pequena. Não é de se estranhar que, tanto os ocupantes do Estado (contratantes do plano), como seus autores — muitas vezes especialistas vinculados ao campo político da esquerda —, tenham concordado sobre a necessidade de centralização do conhecimento, da prática dirigista, às vezes autoritária, nas decisões: sempre tomadas em nome de uma razão e de uma ordem supostamente únicas, pressupostos desta moderna *ciência do planejamento*. Tal ciência, por ser moderna, deve necessariamente se afastar do *objeto observado*. Daí, quando mira o exterior, tudo vê como objeto distante, não conseguindo enxergar, nos cidadãos observados, os verdadeiros sujeitos que, como tais, nunca deixaram de ser.

Outras formas de planejamento que se destacam após a década de 1970 parecem entender a necessidade de eficácia e efetividade, o que seus defensores julgam ser condições suficientes para que as declarem pós-modernas. É o caso do modelo *estratégico*, que, abrindo mão da *compreensividade* do conhecimento e das intenções de controle total da realidade, pretende maior eficácia ao concentrar atenção em nós ou gargalos e janelas, ameaças e oportunidades, pontos fortes e fracos dos agentes em competição, na aplicação tática e estratégica dos recursos disponíveis. No entanto, seus praticantes não parecem abrir mão do caráter disciplinar que pressupõe o conhecimento especializado, do poder concedido ao planejador em vista de uma superioridade determinada por um saber *científico*, do protagonismo, da autoria e, claro, da reserva de mercado. Como não querer ser moderno?

Mesmo quando se abrem à escuta da sociedade, os praticantes do modelo estratégico mantêm o poder de escolha sobre quem deve, ou não, ser ouvido, os que merecem participar com suas opiniões por serem importantes do ponto de vista tático ou estratégico. A esta visão parece corresponder outra idéia supostamente *pós-moderna*, que surge concomitantemente ao debate teórico, como possível sucedânea das formas de organização e produção da sociedade industrial: a chamada *sociedade do conhecimento*.

A sociedade do conhecimento é a nova forma da ideologia da competência. Esta surgiu com a chamada "organização científica" do trabalho industrial, ou "gerência científica", e se espalhou para todas as esferas da existência social. É ele (sic) que afirma que os que possuem conhecimentos técnicos e científicos têm o direito de mandar e comandar, enquanto os outros, despojados de tais conhecimentos, têm o dever de obedecer. Essa ideologia divide a sociedade em especialistas competentes e sujeitos sociais, políticos e culturais incompetentes. É uma forma de poder e dominação que se intensifica e se potencializa na nova forma de capital, isto é, quando a ciência se torna força produtiva e a informação significa poder. Não tem nada a ver com mérito ou meritocracia, mas com exercício da dominação. (CHAUI, 2006, p. 5-6).

Não bastasse a sua ilegitimidade e o seu caráter excludente, as propostas *pós-modernas*, que mal escondem suas raízes modernas, colaboram para o que Marilena Chauí chama de *autoritarismo social*, "[...] que faz com que todas as relações sociais — na família, na escola, no hospital, na rua [...] tenham a forma de uma relação entre um superior e um inferior". (CHAUI, 2006, p. 6)

Portanto, mais grave que a ruptura entre planejamento e gestão — reflexo da distância entre o técnico, especialista do planejamento *científico*, e o político profissional, especialista da *representação* no Estado — é o fato das formas *pós-modernas* de governo recolocarem, sob outra roupagem, o risco de ruptura original da própria idéia de democracia.

[...] a política passa a ser considerada uma questão de conhecimento técnico — a política se torna uma técnica — que exclui todos os que não a possuem. Os cidadãos são reduzidos à questão de votantes, apenas. Essa ideologia é, por excelência, antidemocrática, pois, desde seu nascimento na Grécia, a democracia sempre se fundou na idéia de competência política dos cidadãos para discutir, deliberar e decidir politicamente. Somente depois de tomada a decisão pelos cidadãos, os dirigentes recorriam aos técnicos [...]. *Hoje a ideologia da competência e da sociedade do conhecimento produz uma inversão: os técnicos decidem e os cidadãos acatam.* (CHAUI, 2006, p. 6, grifo do autor)

A tentativa de viabilizar a autonomia em modelos que se opõem aos anteriores no debate político-acadêmico aponta para as formas *participativas*, tal como praticadas no Brasil, nas quais se nota algum avanço: cidadãos são *chamados à participação* pelo ocupante *progressista* do Estado, que ainda se vê como detentor do poder original. Os *representantes* das comunidades e de organizações *Não*

Governamentais são convidados à participação em conselhos, audiências e assembleias, em que decidem sobre pequena fração de poder ou parte minoritária do orçamento. Ora, quem *convida* se coloca na posição de dono da casa que, neste caso, por princípio, pertence ao convidado. Não se trata de negar o avanço em relação às formas mais centralizadas ou autoritárias de planejamento e gestão, mas, tampouco, cabe a ilusão de que se caminha a passos largos rumo à autonomia.

O quadro teórico se torna mais preocupante quando assistimos à *comemoração entusiasmada* do que Marilena Chauí denomina *ideologia pós-moderna*, que “[...] torna a fragmentação econômica e social como um dado positivo e último.” (CHAUI, 2005, p. 29) Neste panorama, boa parte dos modelos participativos se baseia na formação de conselhos tutelados pelo Estado e apoiados em *ONGs*, que assumem o papel de interlocutores privilegiados do poder público, colocando-se como mediadores entre este e a sociedade. A legitimidade deste posicionamento não tem sido muito questionada, tampouco os resultados que trazem, mas a curta história destes conselhos, no Brasil, já coloca alguns dilemas.

A arquitetura atual destas novas institucionalidades criadas para a participação fragmenta nossa visão de conjunto e nossa possibilidade de intervenção coletiva. [...] a Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG) foi convidada para estar em 17 Conselhos Nacionais [...]. Existem municípios que têm 34 conselhos de gestão, alguns deles criados por leis federais, outros criados pela lei orgânica municipal. [...]. Eles dão a imagem democrática do governo, mas não limitam sua capacidade de decisão. Porque nesses conselhos não estão passando as decisões, não está passando o orçamento. (BAVA, 2005, p. 37)

A dúvida colocada pelo modelo participativo apoiado em *ONGs* já se anuncia neste rótulo: qual a razão de se nomear como *não governamentais* organizações que, em tantas instâncias, participam do governo, da gestão pública ou do Estado? E, ainda: se não participam efetivamente, o que estariam fazendo lá? Muitas destas situações expõem organizações sérias a suspeitas, às vezes fundadas, de participação no bônus do poder — acesso a informações estratégicas, recursos públicos e privados, possibilidades de intervenção em empreendimentos, elaboração de projetos de leis

etc. —, sem querer arcar com o ônus — afinal, na hora do aperto, não ser *governo* e ter a quem culpar pode ser muito conveniente. Mais conveniente ainda se mostra nas horas em que conquistam uma chance real de atuação republicana, após uma vitória eleitoral de partidos em princípio comprometidos com *setores populares* da sociedade, levando, caso haja interesse, ao compartilhamento do poder e das responsabilidades da gestão pública.

[...] quando Luiza Erundina ganhou as eleições para a prefeitura municipal [...] movimentos populares, as ONGs, todo um conjunto de forças que era a base de sustentação da sua candidatura e eleição parou para ver o governo fazer. “Agora nós já estamos lá”, diziam. “Agora eles que façam, agora nós vamos nos beneficiar disso”. De alguma maneira isto ocorre hoje outra vez, na relação com o governo federal. [...] Essa omissão reforça as políticas que identificamos como políticas de exclusão social, de aumento de desigualdade. (BAVA, 2005, p. 37)

Se algumas *ONGs*, apesar do nome, se dispõem a *participar* no Estado, é plausível pensar que usurpam um poder representativo para o qual não houve delegação popular, ou seja, *eleição*. Desta forma, poderiam se prestar mais à cooptação pelo ocupante do Estado, para consecução de seus (ou de outros) interesses, em detrimento do interesse público, de um governo efetivamente republicano. Daí ser bem-vindo um questionamento radical sobre a legitimidade e pertinência do modelo *não governamental* de participação.

A pergunta que deixamos aqui é: as *ONGs* são a retomada dos movimentos sociais em novos termos, em consonância com as novas condições históricas ou são a substituição dos movimentos e, tornando-se interlocutoras (sic) exclusivas do poder público e canalizadoras exclusivas dos fundos públicos, estão comprometidas com a despolitização contemporânea? São um obstáculo real à participação e à democracia? (CHAUI, 2005, p. 30)

A resposta positiva é plausível, mas o benefício da dúvida e o fato de vivermos uma transição paradigmática aconselham maior tolerância. Talvez não seja justo duvidar da boa fé de muitos dos que assumem a tarefa de *não governar*, mas não podemos deixar de questionar princípios e meios usados para se colocarem como

intermediários entre os detentores legítimos do poder público e seus representantes no Estado. Mais adequado seria o aproveitamento deste potencial, das altas doses de boa vontade e espírito público, para engendrar outro modelo de participação, que não se envergonhasse de *ser Governo*, com todas as implicações e responsabilidades advindas, sem os vícios e artimanhas típicas do paternalismo e do clientelismo, que sobrevivem intactos nas práticas representativas.

Não que a representação seja ilegítima, ao contrário. Não é, nem pode ser, modelo único para ação política. Mesmo com o benefício da dúvida, passam a ser bem-vindas outras propostas de organização social, que sejam capazes de somar esforços e complementar a atuação do Estado para melhores resultados de interesse público.

O grande veículo da participação popular, no Brasil de hoje, são as redes. Por várias razões, mas principalmente por duas: as redes baseiam-se em dois princípios, o da horizontalidade e o da informação plena de todos os integrantes. Nas redes não há hierarquia de um grupo sobre o outro; não há centralismo democrático, não se “filtra” a informação. Vale a força dos argumentos. Isto é um avanço em relação aos modelos de democracia do passado. Construir redes de participação democrática do povo é o desafio que está posto para os que desejam transformar nossa sociedade em uma nação justa, próspera e fraterna. (SAMPAIO, 2005, p. 50)

A consolidação de *redes de cidadania* pode gerar um efeito colateral muito positivo, caso fomentem a readequação de papéis dos representantes, organizações e conselhos participativos. Estes podem, muito bem, cumprir importante papel em processos *de Governo*, desde que não se disponham a *substituir os cidadãos* no exercício do poder. O surgimento de instâncias *informais* de democracia direta (eventualmente baseadas em formas tradicionais/não institucionais de organização social), de amplos movimentos de cidadania focados em alguma forma de consenso revelado na sociedade e de redes de organizações que consigam manter o princípio fundador da horizontalidade, abre caminho para uma possível complementação virtuosa do sistema representativo. Já os sistemas correntes de planejamento e gestão parecem não se cansar de acumular fracassos, o que não quer dizer que

devam ser totalmente abandonados, uma vez que ainda possuem instrumentos poderosos para intervenção e transformação da realidade.

Em qualquer das formas praticadas — *compreensiva, estratégica* ou *participativa* —, as raízes da heteronomia moderna continuam expostas a olhos vistos. O caráter disciplinar e corporativo, a centralização da autoria e a efetivação dos planos nas mãos de protagonistas não habitantes são, todos, aspectos do planejamento e gestão modernos que continuam vivos, por trás da estratégia pós-moderna ou da fragmentação participativa. Não fosse este motivo suficiente para sairmos do debate formal que se refere às correntes do planejamento, outra razão nos leva de volta à crítica radical da ciência moderna como instrumento de abordagem do planejamento e gestão. A consolidação de outro paradigma de reflexão e ação, a ser posto a serviço da transformação pelo interesse público, sem abrir mão do conhecimento adquirido e dos instrumentos modernos de intervenção no espaço, não pode ser feita sem o enfrentamento da questão epistemológica.

Hoje as bases epistêmicas sobre as quais se assenta o planejamento — o paradigma da ciência moderna — continuam expostas a intenso bombardeio. Nesta guerra, não interessa a destruição das estruturas, antes o seu resgate, tanto do que foi perdido do sentido original do planejamento quanto do conhecimento que se alcançou pelo caminho da ciência, para que, juntos, participem da construção de *um futuro mais decente*. Nesta rota, o projeto de Boaventura de Sousa Santos (1989, 2003), que antevê a possibilidade de uma outra ciência, se mostra adequado ao papel de bússola. Sua crítica à ciência moderna permite, aqui, uma proposta de jogo com o leitor, em que a substituição, no texto, do termo *ciência moderna* por *planejamento e gestão modernos*, revela paralelos que apontam para o surgimento de um novo paradigma de governo, ao mesmo tempo em que se erige o novo da ciência.

2.2. Para além do moderno – rua de mão dupla

Aristóteles distingue quatro tipos de causa: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final. As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas. É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum. É que, enquanto no senso comum, e portanto no conhecimento prático em que ele se traduz, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção. É este tipo de causa formal que permite prever e, portanto, intervir no real [...]. (SANTOS, 2003, p. 29-30)

Nas formas modernas de governo, à *expulsão da intenção* se somaria o desprezo por outras vontades. Quem é o *agente*, o sujeito de governo? Pouco importa para um especialista que não se dispõe a questionar o seu próprio papel. A partir das referências da ciência moderna, seria de se esperar que qualquer especialista, porque portador de instrumental técnico e verdade científica a respeito dos lugares, pudesse produzir as mesmas respostas em qualquer situação. Não se admira que o planejamento disciplinar seja um tipo de intervenção que privilegia o conhecimento sobre o passado dos lugares. Um instrumento de organização conservadora que, geralmente, não pergunta a quem esta ordem interessa ou qual o futuro que o outro deseja. Tampouco causa espanto que o senso comum possa pleitear terreno mais firme para uma prática de governo cuja intenção coletiva de transformação se revele, desde o início, com clareza suficiente para se fazer compreendida por todo cidadão.

Exclusões e escolhas da ciência moderna explicam, em parte, o teor do debate sobre o planejamento *científico*: por não ser objeto de interesse, o questionamento sobre o sujeito — *qual o agente* — e sobre as intenções do plano — *qual o fim* — perde importância em relação à questão dos métodos. A ruptura da ciência moderna com o senso comum, por outro lado, tem como paralelo o apartamento sistemático do cidadão das decisões sobre o destino de seus lugares. O desinteresse que a ciência moderna demonstra pelo agente tem, ainda, outro desdobramento trágico: a

desconfiança crônica em relação ao outro. Esta se coloca sobre o cidadão-objeto, tratado como *ignorante generalizado* (SANTOS, 2003, p. 88), incapaz de dizer uma palavra sobre seu mundo ou, pior, sobre si mesmo.

As causas do aumento da taxa de suicídio na Europa no final do século não são procuradas nos motivos invocados pelos suicidas e deixados em cartas, [...] mas antes a partir da verificação de regularidades em função de condições tais como o sexo, o estado civil, a existência ou não de filho, a religião dos suicidas. (DURKHEIM¹², citado por SANTOS, 2003, p. 35)

É estranho que a desconfiança moderna não reconheça validade no que diz um agente tão certo de sua verdade, que não mereceria a menor suspeita sobre seu rigor. A busca de um rigor *científico*, desde que baseado em números, que “[...] quantifica e que, ao quantificar, desqualifica” (SANTOS, 2003, p. 54), faz com que tanto o espaço quanto o seu habitante, e as relações por eles determinadas, não possam ser compreendidos em toda sua riqueza, complexidade e beleza. Daí, para o planejamento e gestão se transformarem em atividade fria, inacessível, mistificada, cada vez mais distante do habitante e dos lugares, vai uma distância curta. Pelo menos, aqui, não estão sozinhos os planejadores do espaço:

[...] a economia, que legitimara o reducionismo quantitativo e tecnocrático com o pretendido êxito das previsões econômicas, é forçada a reconhecer, perante a pobreza dos resultados, que a qualidade humana e sociológica dos agentes e processos econômicos entra pela janela depois de ter sido expulsa pela porta; [...] (SANTOS, 2003, p. 74-75).

Se a desconfiança do planejamento e da ciência moderna se manifesta em relação aos agentes humanos, entes da mesma espécie de planejadores e cientistas, que atitude pode-se esperar em relação ao mundo que nos cerca e às diversas formas de vida com as quais compartilhamos o planeta (incluindo, quem sabe, o próprio)? Da indiferença à brutalidade, todas as atitudes são plausíveis para quem não reconhece

¹² DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. Lisboa: Presença, 1973.

nenhuma relação possível de conhecimento que não implique em controle, dominação e violência.

O segundo grande tema de reflexão epistemológica versa mais sobre o conteúdo do conhecimento científico do que sobre a sua forma. Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato, ou, como diz Prigogine, num interlocutor terrivelmente estúpido. Este aviltamento da natureza acaba por aviltar o próprio cientista na medida em que reduz o suposto diálogo experimental ao exercício de uma prepotência sobre a natureza. (SANTOS, 2003, p 53-54)

Mesmo que se admita que a ciência moderna tome o humano como portador de uma superioridade ontológica a ser ainda demonstrada, o aviltamento da natureza tem sua origem em um desprezo ou em uma opressão injustificáveis, mesmo contra evidências produzidas pela própria ciência a respeito de outras formas de inteligência no planeta: não seríamos parte, mas *senhores* da natureza. O problema não está exatamente na validade da diferenciação, mas na sua conseqüência *ética*. Fazer desta determinação um direito de exploração das outras formas de vida, como se fossem meros *recursos*, ou de erradicação de outras espécies, como se estivessem no planeta apenas esperando para servir e alimentar seus carrascos, não pode levar a qualquer paraíso. A transformação da natureza no *outro*, aplicando a ela toda a violência que tem caracterizado a relação de nossa espécie com a alteridade, só pode levar à situação trágica em que se encontra a humanidade, frente às incertezas do presente e do futuro.

À distinção natureza/ser humano, adotada de início pela ciência moderna, “[...] vão se sobrepor nos séculos seguintes outras, tal como a distinção natureza/cultura e a distinção ser humano/animal.” (SANTOS, 2003, p. 39) Nesta trilha, encontra-se, ainda mais próxima, a distinção habitante/lugar. Em uma visão pré-moderna, que sobrevive no senso comum, os habitantes se identificam com seus lugares a tal ponto que fazem deles o principal componente de sua identidade, enquanto os lugares se encontram de tal forma impregnados pelos hábitos de seus moradores, que deles não

conseguem se distinguir. Esta união primordial, feita de experiência e afeto, é rompida pelo olhar analítico da ciência que fragmenta a vida do lugar e de seus habitantes em objetos distintos, abordados por ciências distintas. Desta distinção, resulta um espaço vazio, abstrato, aparentemente desabitado. O que era *habitante* se transforma em *usuário* — o que mais poderia a razão moderna imaginar fazer nos lugares, se não *usá-los*? Se o habitante é usuário, seus *hábitos*, as relações vivas que desenvolve *com os seus*, nos *seus lugares*, são reduzidos a meras *funções*. Daí, para o funcionalismo, urbano ou sociológico, para uma visão mecanicista, que enxerga na cidade uma máquina, cujo motivo de existência é a produção de bens, não chega a haver um passo.

Não pode haver causa mais forte para o desenraizamento das pessoas em relação aos *seus lugares*, aqueles mesmos que antes mereciam amor e cuidado, porque componentes da própria identidade. A ruptura do sentimento de pertinência mútua traz, como conseqüência trágica, o fato de que este espaço vazio à ninguém pertence — o que, absurdamente, passa a significar que pertence ao Estado e seus ocupantes, para seu desígnio, ou ao especialista, para seu desenho. Por mais que carreguem as lembranças de prazeres vividos por *seus habitantes*, os rios, matas, praças e parques abandonados, agora, deveriam ser cuidados por este *alguém que tem que fazer alguma coisa*, a quem culpamos pelo desleixo, pela falta de segurança, pelos cheiros que sentimos quando por eles passamos, sem mais habitá-los. Estes ex-lugares, desertos de habitantes ocupados por *usuários e produtores*, se tornam a manifestação real, em nossa vida, do espaço abstrato com que os planejadores, geralmente, se acostumaram a lidar à *distância*. São o fruto maduro de “[...] uma relação que interioriza o sujeito à custa da exteriorização do objeto, tornando-os estanques e incomunicáveis.” (SANTOS, 2003, p. 54)

Ao se concordar que “[...] a distinção sujeito objeto é muito mais complexa do que a primeira vista pode parecer” (SANTOS, 2003, p. 45), chegando ao ponto de que “[...] perde os seus contornos e assume a forma de um *continuum*” (SANTOS, 2003, p.

45), poder-se-ia avançar para uma concepção de planejamento do espaço que considera a totalidade da vida. O habitante, aquele que se cria e vive nos lugares impregnando-os com seus hábitos e sentimentos, não pode ser visto, porque assim não se vê, como indivíduo separado do lugar, tampouco do conhecimento sobre o lugar que habita: deles faz parte. Também o lugar se entranha na vida de seu habitante, justamente através de seus hábitos, sentimentos e conhecimentos, a tal ponto que dele também passa a fazer parte. Pode-se afirmar, a partir do ponto de vista afetivo do habitante, portanto, que aquele que mira as relações entre lugares e os que neles vivem encontra-se diante de um *continuum*.

Não é difícil perceber esta unidade na forma do sentimento de pertencimento mútuo quando se conversa com moradores de bairros, cidades, regiões ou país. Isto significa que suas identidades ainda se vinculam aos lugares em que nascem ou vivem — a *hybris* desta unidade ganha, inclusive, o nome de *bairrismo*, a paixão extremada pelos lugares de origem.

Esta forma de saber vivido, que mesmo a maioria dos sujeitos modernos experimenta antes de se tornarem profissionais, é anterior à existência dos conhecimentos disciplinares, tal como proposto pela ciência moderna. Pode-se, mesmo, demonstrar que as relações de habitantes com alguns lugares evidenciam a sobrevivência e a permanência de formas arcaicas de conhecimento, pré-modernas, anteriores à fragmentação do conhecimento em disciplinas, bem como à separação entre sujeito e objeto. Esta abordagem propicia outra compreensão do objeto do planejamento espacial como uma unidade indivisível entre habitante e lugar, suas relações mútuas — íntimas — e o (auto)conhecimento sobre ambos. Se assim for, poderíamos entrar por quaisquer das portas que encontraríamos o mesmo objeto unificado.

Hoje é possível ir muito além da mecânica quântica. Enquanto esta introduziu a consciência no ato do conhecimento, nós temos hoje de a introduzir no próprio objeto do conhecimento, sabendo que com isso a distinção sujeito/objeto sofrerá uma transformação radical. (SANTOS, 2003, p. 62)

Não é necessário ir tão longe (mesmo concordando com a proposição) e assumir “[...] uma dimensão psíquica na natureza, ‘a mente mais ampla’ [...] da qual a mente humana é apenas uma parte, uma mente imanente ao sistema social global e à ecologia planetária que alguns chamam Deus.” (SANTOS, 2003, p. 63) Basta considerar que os habitantes continuam sendo portadores de desejos, intenções, necessidades, paixões, planos, projetos e outras vontades — que os lugares, pelo menos aparentemente, não têm —, para que se defenda o habitante como síntese do objeto unificado, sem que este deixe de ser potencialmente um sujeito. Também, aqui, pode ser encontrado um paralelo com a proposta de *rehumanização* daquelas ciências sociais que se queiram livres do paradigma da modernidade.

A concepção humanística das ciências sociais [...] coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana. (SANTOS, 2003, p. 71-72).

Até aqui, talvez, não haja dificuldades intransponíveis para defender tal posição frente aos especialistas do planejamento disciplinar. Mas, certamente, não se encontrará qualquer facilidade ao se abordar a questão da definição do sujeito, o *autor* dos planos, projetos e demais ações de governo. A própria existência de planejadores profissionais pressupõe um agente que se insinua na relação habitante-lugar, trazendo como argumento o fato de possuir/ser uma autoridade, portadora do conhecimento autorizado da ciência, que, a princípio, lhe garantiria a autoria do plano. No entanto, quando o modelo de ciência moderna se vê sob fogo cerrado no pensamento contemporâneo, o especialista no planejamento disciplinar passa a ter fortes motivos para se preocupar com sua sobrevivência.

A crise da fragmentação começa por uma ilusão [...] que é a separação entre sujeito e objeto. Antes dessa ilusão, há uma não-separatividade ou mesmo uma identidade entre o conhecedor, o conhecimento e o

conhecido, ou seja, entre sujeito, conhecimento e objeto [...]. (WEIL¹³, citado por HISSA, 2002, p. 258)

À separação entre sujeito e objeto no planejamento moderno corresponde a crença na existência de um especialista externo, neutro e desapaixonado, distante da realidade objetiva da qual se aproxima com os monóculos da ciência, percebendo habitante e lugar como objetos, na maior parte das vezes separados, e sempre passivos.

O eu distancia-se do mundo sob sua investigação [...] posto que no mundo nada pode estar isolado, separado. O distanciamento torna "possível" o isolamento da disciplina pura. É um erro que justifica o outro, se sustentam mutuamente, mas não conseguem se firmar como verdade. (HISSA, 2002, p. 257-258)

Se assim for, basta um tiro certo, seja na separação entre sujeito e objeto, seja na separação dos conhecimentos compartimentados nas disciplinas, para derrubar o castelo de cartas em que se apóiam as certezas do especialista. Na prática, pode estar ocorrendo que, no momento mesmo em que este planejamento disciplinar *coisifica*, divide e classifica usuários e espaços, não sendo capaz de convencer os que vivem nos lugares da sua importância e necessidade, os planos passem a ser solenemente ignorados, não apenas pela maioria dos moradores, proprietários e empreendedores, mas pelas próprias autoridades, a quem caberiam, em tese, implementar seus controles e diretrizes. Assim como não se conforma à disciplina que o trata como mero objeto, o habitante não se conforma com a submissão a uma disciplina que lhe tentam impor, logo no *seu lugar*, naquilo que é parte dele mesmo. O erro de buscar, nos modelos, razões do fracasso do planejamento só contribui para ocultar a verdadeira origem do problema, e esta não pode deixar de ser encontrada no lugar onde se esconde a questão da legitimidade.

Alternativas que apontam para "[...] um ambiente de não 'separatividade' entre o sujeito e o objeto sob sua interpretação" (HISSA, 2002, p. 258), apresentadas no

¹³ WEIL, Pierre. Axiomática transdisciplinar para um novo paradigma holístico. In: WEIL, Pierre *et al.* *Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento*. São Paulo: Summus, 1993.

debate epistemológico, poderiam também se aplicar ao planejamento e à gestão. Neste caso, que outro sujeito poderia incorporar em si o objeto, senão o habitante? Que outro planejador pode pleitear o lugar de sujeito com maior legitimidade? O *cidadão do lugar* se apresenta, talvez, como único sujeito capaz de reivindicar a unidade e a legitimidade necessárias à sobrevivência de uma noção de planejamento que se sustente em um novo paradigma. Por outro lado, quando disciplina é sinônimo de lei externa a que deve se submeter o indivíduo, um cidadão indisciplinado seria este sujeito que não aceita se submeter a qualquer ordem que ele mesmo não tenha dado ou criado.

Não se trata aqui de defender, em nome do cidadão, a ausência da ordem, uma vez que esta é claramente demandada por habitantes de todos os lugares e territórios: trata-se de perguntar pela *autoria* da mesma. A clara demanda pela ordem nos lugares traz a necessidade de alguma forma de autodisciplina ou, em termos mais próprios, de autonomia. No momento em que formula suas próprias leis, modos de ordenação e planos, o habitante se converte na verdadeira e legítima autoridade, o *cidadão autor* de seu mundo, no seu lugar, no seu território. Por outro lado, ao indivíduo *disciplinado* por outros, submisso ao conhecimento fragmentado e hermético do especialista, corresponderia a sobrevivência da ordem heterônoma no campo do planejamento e da gestão do espaço. Este usuário passivo, homem-objeto que não ascende à condição de sujeito, não se dá o direito de ser cidadão: manipulável na política como massa, enquanto indivíduo não passa de mero autômato.

A insubmissão a uma disciplina que lhe é externa ainda não transforma o habitante em cidadão, sujeito de governo. Apenas cria condições mínimas para que se recupere a vontade perdida da ação e a posse afetiva sobre o lugar habitado. A esta *indisciplina fundamental* se somaria a *vontade* de agir e o *amor* pelo lugar, requisitos para a existência de um novo sujeito de planejamento, *voluntário* e *amador*: um planejador que refuta a distância que transforma lugares plenos de histórias, vontades

e amores nos modernos espaços esvaziados de significados, próprios apenas para a manipulação por parte de quem neles não vive.

A existência de um novo sujeito, capaz de pleitear com legitimidade o lugar de protagonista no planejamento e gestão, traz de volta a questão da sobrevivência do planejador especializado. Não se pode imaginar que seu conhecimento seja inútil em uma nova ordem. Se há realmente a necessidade de uma readequação de papéis, isto não quer dizer que não haja lugar para o saber produzido pelo planejamento moderno. Por outro lado, o fato do habitante assumir o papel de protagonista não significa que ao especialista em planejamento caiba apenas o de coadjuvante. Não se propõe, aqui, a pobreza de uma mera troca de papéis.

A substituição de modelos centralizados, fragmentados e hierarquizados das formas modernas por *redes horizontais de governo*, em que centralização e hierarquia não fariam sentido, abre a oportunidade para o *pluriprotagonismo* nos sistemas de planejamento e gestão territorial. Em tal rede, utópica apenas porque ainda não vigente em lugar que se conheça, a horizontalidade das relações e a disponibilidade máxima das informações promoveriam, em tese, a complementaridade entre diferentes formas de conhecimento, bem como a própria transformação destes, demandando, para isto, um diálogo respeitoso e confiante entre as diversas formas vivas de saber. Para tecer esta rede, o cidadão que não reconhece a autoridade do conhecimento disciplinar sobre o seu lugar demanda a cooperação de *outro sujeito da ciência* que, reconhecendo o valor de conteúdos nas disciplinas fragmentadas, não reconhece a validade da fragmentação em si, tampouco a *usurpação do governo pela ciência*. Na rede, estes sujeitos podem se encontrar, mas não podem abrir mão da transformação autogerida dos lugares, territórios e da própria vida de cada um, algo que talvez não se encaixe em qualquer modo moderno, exigindo outro paradigma.

[...] a crise do paradigma da ciência moderna não constitui um pântano cinzento de ceticismo ou de irracionalismo. É antes o retrato de uma família intelectual [...] no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceituais, teóricos, e epistemológicos, ancestrais e íntimos, [...] uma despedida em busca de uma vida

melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada. (SANTOS, 2003, p. 58)

A oportunidade de reencantamento do conhecimento exige um outro olhar interessado nos conhecimentos e saberes vivos nos lugares. A recolocação do habitante como sujeito legítimo de conhecimento e governo demanda reconsideração, pela ciência, dos valores próprios e transformadores dos saberes locais, ou seja, o reconhecimento da *potência libertária* contida no senso comum para a transformação da realidade, a partir da perspectiva de autonomia do cidadão.

O senso comum faz coincidir causa e intenção, subjaz-lhe uma visão de mundo assente na ação e no princípio de criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um determinado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência lingüística. O senso comum é superficial [...] mas, por isto mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre coisas e pessoas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (SANTOS, 2003, p. 89-90)

Por outro lado, para que se transforme em ato a enorme potência do senso comum, faz-se necessário um outro paradigma para a ciência, outra(s) forma(s) de produção de conhecimento que aponte(m) para o mesmo caminho de libertação e autonomia dos sujeitos. Tal caminho exige o reencontro criativo entre a ciência e os diversos outros saberes, um movimento inverso àquele revelado por Gaston Bachelard (1978) — que identifica a origem da ciência moderna exatamente no salto epistemológico a partir da ruptura com o senso comum —, tal como na rota proposta por Boaventura de Sousa Santos em seu projeto de *dupla ruptura epistemológica*.

A condição teórica mais importante é que o senso comum só poderá desenvolver em pleno a sua positividade no interior de uma *configuração cognitiva* em que tanto ele como a ciência moderna se superem a si mesmos para dar lugar a uma outra forma de conhecimento. Daí, o conceito de dupla *ruptura epistemológica*: uma vez feita a ruptura com o senso comum, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica. [...] a dupla ruptura não significa que a segunda neutralize a primeira e que, assim, se regresse ao *status quo* ante, à situação anterior à primeira ruptura. Se esse fosse o caso regressar-se-ia ao senso comum e todo trabalho epistemológico seria em vão. Pelo contrário, a dupla ruptura procede a um trabalho de transformação *tanto* do senso comum *como* da ciência. (SANTOS, 1989, p. 41)

O autor identifica algumas condições de existência deste projeto, por ele denominados *topoi de orientação*, três lugares lógicos — ou *atitudes*, talvez — necessários para o surgimento de uma nova ciência: em primeiro lugar, a necessidade de *atenuação do desnivelamento entre os discursos da ciência e do senso comum*, que demanda um diálogo mais equilibrado entre as diferentes formas de saber; em segundo lugar, a *superação da dicotomia contemplação/ação*, que aponta para a possibilidade de existência de um conhecimento socialmente ativo e transformador e, ao mesmo tempo, de uma *atuação social ilustrada*; em terceiro e último lugar, a busca de *um novo equilíbrio entre adaptação e criatividade*, que aponta para a inversão da “[...] nossa renúncia à liberdade de agir, o fruir com autonomia”, para além do conforto permitido pela sociedade do consumo. (SANTOS, 1989, p. 44) No entanto, para que seja efetivamente *tópica*, a *dupla ruptura* demandaria, ainda, a existência de outro *topoi* — outros *lugares de encontros*, espaços de diálogo e, para além da tolerância, respeito, atenção e confiança entre as partes.

Hoje, a cada cidadão justificadamente desconfiado do conhecimento acadêmico — porque o desconsidera como sujeito merecedor de maior atenção que a dispensada a um objeto qualquer — corresponde um especialista portador de justas desconfianças em relação ao senso comum, ao seu caráter opressor, moralista e conservador. Mesmo que ambos não tolerem a limitação das disciplinas e a concentração ilegítima do poder, eles ainda não encontraram um lugar adequado, seguro, aberto e confortável, capaz de abrigar um encontro em que a confiança supere o

estranhamento. Este estranhamento se revela claramente, mesmo no projeto que propõe a aproximação e a libertação do antigo paradigma.

É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser mistificado e mistificador mas, apesar disso, [...] tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. [...] Deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode levar a prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades. (SANTOS, 2003, p. 89-90)

Mistificado, mistificador, conservador, prepotente. Não se pode dizer o mesmo em relação à ciência moderna? Não seriam adjetivos adequados para caracterizá-la, pelo próprio pensamento do autor? E não é assim que o portador dos *saberes vulgares* enxerga a ciência, seus lugares e conhecimentos? Tal afirmação não soaria estranha a este cidadão, ele que possivelmente enxerga *o outro* da ciência da mesma forma, com a mesma desconfiança? Como poderia ser entendida e recebida tal proposta de *interpenetração* envolvendo o conhecimento científico e o senso comum? Como iniciar um diálogo respeitoso sobre estas bases e com esta linguagem?

Mais certo é que este cidadão conheça experiências em que os portadores do conhecimento autorizado da ciência moderna se apresentem *generosamente* para audição de queixas e resolução de problemas dos *nativos, pobres, excluídos, pacientes* ou qualquer que seja o nome dado aos habitantes dos lugares, estes *coitados*¹⁴. Estas experiências, carentes dos princípios éticos que norteiam a crítica da ciência moderna, terminam por reproduzir o modelo dominante de conhecimento, organização e gestão dos espaços onde vivem seus *objetos humanos*. Nestes casos, os saberes da ciência vão se desenrolando em *via de mão única*, como se não houvesse, *do lado de lá*, nada que merecesse uma atenção não interessada no pitoresco, folclórico, *popular*, a forma mistificada do senso comum. Instala-se nestas experiências um processo de *infantilização do outro*, que encontra eco imediato na vontade deste outro de se *portar*

¹⁴ *Coitar*, na origem: desgraçar, magoar, açoitar.

como criança, a espera de um chefe, ou um pai, que, afinal de contas, é aquele que teria a obrigação de trazer a solução para todos os problemas do lugar. Se a ciência moderna quando vai ao campo não abre mão de seus monóculos disciplinares, de suas soluções especializadas, de sua linguagem mistificada, o habitante não abre mão de se vitimizar em troca de um pouco de atenção, de alguma informação que lhe possa ser útil e, quem sabe, ainda, de algum troco.

Nada disso se assemelha ao respeito mútuo demandado por um diálogo produtivo entre sujeitos adultos, merecedores de confiança mútua incondicional, a partir do momento em que uma situação de igualdade mínima é colocada: uma *vontade comum*. O que aqui se chama de *vontade comum* é, simultaneamente, uma vontade *em comum*, isto é, presente *de fato* nos sujeitos que se encontram, e uma vontade que possa ser reflexo de um interesse potencialmente comum, um *interesse público*, reflexo de uma situação *de direito*. Em um momento de transição paradigmática como o que vivemos, quando uma vontade comum se soma a uma oportunidade de atuação conjunta, uma chance de intervenção para transformação efetiva de algum lugar, pelo menos duas possibilidades se abrem: a repetição do mesmo — a aplicação do modo moderno de produzir conhecimento e governar os lugares — ou a experimentação, o risco da invenção de outra moda.

Na primeira alternativa, qualquer dos sujeitos pode se apropriar do conhecimento alheio e, sem retribuição correspondente, centralizar a decisão sobre os desígnios daquele lugar, muitas vezes em nome das melhores intenções. É mais comum, neste caso, que o portador do *conhecimento autorizado*, o especialista que detém instrumentos adequados para a função, seja aquele que se apropria da maior parte das informações e conhecimentos alheios, através de suas entrevistas, questionários e reuniões. Mesmo que não perceba os saberes do outro — porque não o considera adulto, muito menos sábio —, o especialista retorna carregando na bagagem a ilusão de que retirou do objeto tudo o que necessitava para seu desenho. Pode acontecer, também, que o habitante do lugar, *se fazendo de criança*, só

transmita as informações e conhecimentos que possam trazer algum tipo de benefício imediato, sonhando a riqueza de sua sabedoria e a ciência sobre o lugar que vive e a sua vida. O mais provável é que, instalada uma situação desta, as duas coisas aconteçam simultaneamente — e que se tenha perdido mais uma oportunidade de transformação imediata da realidade. O resultado quase certo é mais um diagnóstico para as prateleiras, mais um plano desenhado para não ser cumprido, mais uma ordem designada para ser desobedecida: indisciplina sem resultado, impotência que reforça a desesperança do *planejador* e a descrença do *planejado*.

Na segunda alternativa, à identificação de uma *vontade comum* segue-se a transformação deste fato em oportunidade única e imperdível. É de se esperar, no entanto, que esta seja precedida de outro jeito de perceber o *outro*, que parte da identificação de uma semelhança original por trás de toda aparente diversidade — semelhança que geralmente se revela pelo afeto. A possibilidade de amizade, a vontade de aproximação e identificação mútua, que supera qualquer dessemelhança social, cultural, religiosa ou profissional, viabilizando disponibilidade e confiança suficientes para ultrapassar a barreira de idéias e juízos que originam a segregação. Esta é, talvez, a primeira e mais importante atitude revolucionária na busca de um outro paradigma, mas ainda insuficiente para que se instale um novo processo de governo, mesmo que gere boas amizades e cores para a vida. Não basta a confiança: uma prévia *vontade consensual* deverá ser identificada no interior do sujeito.

Esta vontade anterior identifica-se pela coerência interna entre quatro potências: o que *se sente*, o que *se pensa*, em que *se acredita* e pelo que *se interessa*.¹⁵ Verificado este consenso interno no sujeito, a busca pela *vontade comum* demandaria uma ponte intermediária na direção do *outro*, lançada na forma de perguntas simples: será que esta *minha vontade* (a coerência entre uma razão, uma paixão, uma crença e

¹⁵ A coerência interna desta equação de potências, talvez despercebida pelos modernos, poderia ser representada por uma aliança arquetípica entre Dionísio, Apolo, Deus e o diabo. Basta que um deles não se faça presente ou que haja dissenso entre duas ou mais potências, e todo o projeto de movimento do sujeito se encontra sob ameaça: no sentimento, estaria a semente do desejo, da vontade e da ação; no pensamento, a semente da organização, da ponderação, da previsão; na fé, a raiz da confiança, da doação e dedicação; no interesse, a semente da sustentação, da riqueza e eficácia.

um interesse) pode ser já encontrada em *outro sujeito*, sem que haja necessidade de *convencimento*, ou seja, será que já poderia ser revelada uma vontade *em comum*? Se a primeira extensão se realiza, é plausível pensar no potencial de identificação desta vontade compartilhada em outros *outros*, cujo resultado seria a revelação de um consenso maior, uma *vontade comum*, já compartilhada por cidadãos em um lugar determinado. Uma última etapa de verificação seria a identificação de alguma oposição visível no lugar, perguntando se algum cidadão não concordaria com aquela vontade comum. Caso constatada a efetividade desta extensão sem oposição visível, já se estaria diante de um *interesse público compartilhado*, fundamento da república, a ser sintetizado com tal clareza e simplicidade que se exigiria, aqui, a idéia do *óbvio*.

Satisfeitas estas condições, busca-se o reconhecimento destes sujeitos que possuem conhecimentos e saberes necessários e complementares, sem os quais qualquer possibilidade de transformação correria o risco de se frustrar. Este reconhecimento é a base para que se construa uma relação de *interdependência* entre cidadãos, outro elo de confiança mútua, *via de mão dupla* responsável pela sustentação e continuidade de um diálogo cordial e produtivo voltado para a ação, para o exercício do *verbo poder* (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 140). Tal proposta de diálogo demanda outros métodos e linguagens, adequados às interseções entre conhecimentos, já desacostumados do encontro. Para isso se faz necessário o lançamento de novas pontes: tradução de categorias da ciência para o senso comum e concomitante consolidação conceitual de expressões e conhecimentos vulgares.

A ciência do paradigma emergente, sendo [...] assumidamente analógica, é também assumidamente tradutora, ou seja, incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidos localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem. Este procedimento [...] será normal numa forma de conhecimento que concebe através da imaginação e generaliza através da qualidade e exemplaridade. (SANTOS, 2003, p. 77)

Se o primeiro *topos* é o lugar onde se encontra a *vontade em comum*, o próprio interior de cada sujeito, o segundo *topos* não pode deixar de ser um espaço determinado, vivo e habitado, o *lugar original* que abriga o primeiro encontro ampliado, gerador da *vontade comum*. Esse espaço, animado pela vida do habitante, exige abordagem transdisciplinar daquele que chega, pois sua complexidade não cabe em qualquer disciplina moderna. Da mesma forma, o sujeito da ciência potencializa o encontro ao se incluir, fazendo desse um *seu lugar*, parte de *sua vida*. Quando assim for, estes novos sujeitos de governo que se encontram poderão se descobrir, enfim, no mesmo plano.

Este *plano comum*, terceiro *topos de encontro*, pode se voltar, agora, para a reinvenção do próprio *lugar original*, ou se estender para inclusão de outros lugares de um território. Tal como os lugares e seus habitantes, não pode deixar de ser um *plano vivo*, animado, sempre recriado, na medida em que se efetiva pela *ação* dos cidadãos, nos seus lugares.

Mesmo que registrado e documentado em qualquer meio, escrito, calculado ou desenhado, o *plano comum* só será vivo quando se transformar em ação, senão é letra morta. Tampouco pode aspirar ser *diretor* — este plano que tenta disciplinar os sujeitos do futuro, usurpando seus poderes, vontades e potencial criativo —, pois não passa de suporte para os sujeitos que o dirigem. Um *plano dirigido* pelos cidadãos, em constante implementação nos seus *lugares originais*, pode se converter em instrumento poderoso para a transformação do presente e dos futuros da vida, nos lugares e territórios que também passam a animar.

Reconhecidos os novos lugares para *encontros de cidadania*, a proposta de dupla ruptura epistemológica ganha maiores condições de viabilidade tópica. Mesmo assim, ainda não se tem garantia de eficácia — efetividade e qualidade dos resultados deste encontro. Ao perigo de se construir um emaranhado impotente de vontades e conhecimentos, deve se contrapor um sentido, uma direção coletivamente decidida,

suficientemente clara para que cada agente envolvido saiba o que fazer e, para isso, o que conhecer.

[...] confluem sentidos e constelações de sentidos vindos, tal qual rios, das nascentes das nossas práticas locais e arrastando consigo as areias dos nossos percursos moleculares, individuais, comunitários, sociais e planetários. Não se trata de uma amálgama de sentido (o que não seria sentido, mas ruído), mas antes de interações e de intertextualidades organizadas em torno de projetos locais de conhecimento indiviso. (SANTOS, 2003, p. 79)

A demanda por uma *práxis* transformadora, no entanto, implica no avanço para além de *projetos locais de conhecimento indiviso*, na direção de *projetos regionais de transformação direcionados pelos cidadãos*. Uma vez que o método da ciência moderna tem se mostrado inadequado para dar conta, sozinho, de qualquer projeto de transformação, mesmo quando ancorados em potências e amplos consensos na sociedade, o desafio passa a ser o *como fazer*, qual o meio, ou método que será capaz de fazer fluir a ação, dando vazão à vontade comum dos cidadãos. Talvez não exista uma resposta no singular para a questão, pois, em vista da diversidade das fontes, “[...] só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta.” (SANTOS, 2003, p. 77-78)

A pluralidade de métodos já determina a dificuldade, se não a impossibilidade, do alcance de um *conhecimento rigoroso*, tal como entendido pela ciência ou pela filosofia. A vantagem da *idéia-imagem de constelação de métodos*: ela explicita o caráter de *criação*, de um *desenho* determinado pelo olhar do sujeito, que, guiado pela intenção, seleciona os objetos, cria um traçado e gera um significado da coisa *re-vista*, o que aproxima o modo de fazer ciência da forma corrente de produção da arte, por sua vez muito presente nas práticas e saberes do senso comum.

A criação científica no paradigma emergente assume-se como próxima da criação literária ou artística, porque, a semelhança destas, pretende que a dimensão ativa da transformação do real (o escultor a trabalhar a pedra) seja subordinada à contemplação do resultado (a obra de arte). (SANTOS, 2003, p. 86-87)

A subordinação da *transformação do real à contemplação do resultado* implica em nova inversão em relação às práticas correntes, não mais da ciência, mas da política representativa. Mesmo tendo-se em vista que a “[...] palavra arte origina-se de *ágere* e significa agir” (HISSA, 2002, p. 201), no novo paradigma, o *compromisso com o resultado* das ações tem a missão de substituir, com vantagens, o *compromisso com a ação* propriamente dita (a *militância* ou o *ativismo*), bem como o compromisso com os *meios* da atuação — partidos, movimentos, instituições, teorias e métodos.

Talvez coubesse, inicialmente, a acusação de que esta proposta não passaria de atualização mascarada da perigosa fórmula de *fins que justificam os meios* — a não ser que se incluía na equação seu termo principal, com ascendência sobre ambos: *os princípios*. Mais correto seria equacionar de outra forma: *os princípios guiam os meios para fins* desejados por todos. Se há, portanto, uma hierarquia entre os elementos, estes deveriam ser listados, por ordem de importância, na seqüência *princípio, fim e meio* e, também, nesta ordem decrescente, haveria de ser cobrado um *rigor ético da sabedoria comum* no novo paradigma. Guiado por princípios, o compromisso inicialmente aventado passaria a ser, como propõe Demóstenes Romano (*et al.*, 2002, p. 132), *compromisso ético com resultados*.

Os métodos, portanto, não podem ser considerados com a autonomia que gozam no embate acadêmico entre as formas de planejamento e gestão, mas antes se sujeitariam, sem qualquer chance de proeminência, primeiro aos princípios, depois aos fins. Daí que tenham a chance de se tornarem cada vez mais flexíveis, abertos, complementares e interpenetrantes, capazes de abrigar a multiplicidade de saberes em diálogo e de se adaptarem a realidades locais irreduzíveis a qualquer modelo ou disciplina. Se tal “[...] pluralidade de métodos só é possível mediante transgressão metodológica [,] [...] a inovação científica consiste em inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação dos métodos fora do seu habitat natural.” (SANTOS, 2003, p. 78) No novo paradigma, por mais de um caminho, a ciência deverá aprender com as artes, que sempre trouxeram para o convívio em seu *habitat*, sem julgamento,

preconceito ou vontade de dominação, todas as manifestações do espírito humano — a filosofia, a política, a religião, o trabalho, a ciência, a guerra, o senso comum — para recriação livre e transformadora de seu próprio universo.

Se, talvez, no caso das ciências seja necessária uma aproximação com o campo das artes, para as atividades de planejamento e gestão, talvez, seja o caso de uma *rememoração*, uma volta às origens. No ato de *designare*, desenho e desígnio — de lugares, territórios, cidades, batalhas, acordos, estratégias, políticas — nasceram e se mantiveram coesos, desde o princípio da história, como uma forma de arte. Caso se resolva a questão da legitimidade, de reconhecimento do verdadeiro sujeito de governo, revela-se para o cidadão um novo e imenso universo, através da arte e do direito de *auto-desígnio*. Enquanto redesenha seus lugares e territórios, transforma sua própria vida em obra de arte, na qual trabalha para sua própria contemplação. Neste mundo, *re-encantado* pelos novos saberes comuns, é possível que se perca a capacidade de previsão, de controle, de dominação, mas em troca de outra arte, a de fruição da vida.

Em vez da eternidade a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente. (SANTOS, 2003, p. 48)

3. DOS MEIOS E FINS: A REVELAÇÃO DA AUTONOMIA

3.1. Empoderamento, mobilização social e pesquisa-ação participativa

Neste ponto do estudo são considerados alguns meios passíveis de utilização pelo sujeito de governo, modos de ação que servem de guia para a *práxis* descrita no quarto capítulo. A princípio, identifica-se uma pequena constelação de métodos, a partir da observação de três abordagens sobre experiências de atuação coletiva na sociedade, visando compor um desenho final para aplicação imediata. Os processos de empoderamento (*empowerment*), mobilização social e pesquisa-ação participativa (*participatory action research*) se apresentaram com potencial e vocação para o atendimento do cidadão em processos de governo. Como seria de se imaginar, a tarefa não se mostrou simples, requerendo, ainda, alguma reflexão anterior e um exercício de síntese ao final. O desenho passa, inicialmente, pelo conceito de *empoderamento*, tal como proposto por John Friedmann, em sua obra *Empowerment: the politics of alternative development* (1992), que coloca explicitamente a questão da autonomia, às vezes como ponto de partida, outras vezes como ponto de chegada. A falta de um acordo anterior sobre os termos da proposta impede, no entanto, que se avance sem a crítica de alguns fundamentos.

Já no prefácio, Friedmann (1992, p. VI-IX) esclarece o verdadeiro sentido do pensamento exposto no título. O *empoderamento* é colocado como *meio*, para que se alcance outro resultado desejado: um outro modelo de desenvolvimento. A estrutura teleológica do pensamento marxista, que mira no futuro a sociedade sem classes, se reproduz com uma *troca de alvo*. Reduz-se, logo de início, a pretensão de abordagem radical do primeiro conceito do título e o foco se desloca, ao longo de toda a obra, para o fim proposto — o *desenvolvimento alternativo* — o que traz o problema de uma submissão indevida de uma categoria à outra. Nem seria necessário questionar a validade e eficácia do conceito de *desenvolvimento* para advogar outra posição em relação à de Friedmann.

Primeiro, questiona-se a colocação do *desenvolvimento alternativo* como um fim absoluto, suposto *desejo universal*. Cabe uma pergunta sobre o sujeito dessa decisão: quem elegeu a meta do empoderamento? A se respeitar radicalmente o primeiro termo do título, deveria ser admitido o respeito às vontades *empoderadas* que, eventualmente, poderiam decidir pelo engajamento em processos de desenvolvimento clássico, capitalista e liberal, ou optarem pelo *não desenvolvimento*, pelo culto à tradição, autodestruição ou qualquer outra situação plausível, ainda que absurda. A contradição permite advogar, aqui, que o respeito radical à opinião, vontade e desejo de ação do *outro*, em seu lugar, seja requisito de qualquer processo que tenha como fim a autonomia.

A segunda questão surge da ambigüidade própria da expressão: o *empoderamento* permite a interpretação de que existem as pessoas que detêm um *poder original*, as que, por exemplo, definem o *fim*, e as outras que não o têm — pobres, excluídos e oprimidos, os *coitados* de sempre. Estes, supostamente carentes de algo que não possuiriam, deveriam *ser empoderados* para atuar com maior eficiência em busca de algo previamente decidido. Do ponto de vista destes *empoderados*, o poder seria algo recebido de outros, como se isso fosse possível através de uma *outorga* generosa, algo parecido com uma *benção*, outra vez pela via de mão única. Estamos, claramente, diante de um conceito de *empoderamento passivo*, em que ainda resta uma *sujeição*, ou *dependência original* de um suposto objeto em relação a um sujeito. Este modo de *empoderar*, tal como praticado nos modelos participativos de planejamento e gestão correntes no Brasil, diga-se de passagem, ainda que legítimo ou eficaz, não consegue se colocar como alternativa adequada à idéia de autonomia do cidadão. Mesmo que eventualmente admitido em caráter provisório, tal *empoderamento passivo* deveria avançar para uma situação em que o cidadão finalmente se reconheça como a fonte original de poder, para seu livre exercício *de fato*, e não o contrário.

Um *conceito ativo de empoderamento*, por outro lado, demanda a possibilidade de existência de um *poder imanente* no cidadão, o que apontaria para a redefinição do empoderamento não como *benção*, mas como *revelação*. Tal conceito requer uma inversão lógica no pensamento dominante, partindo de uma relação de *igualdade original*, tal como preconizada por Aristóteles: todo cidadão tem poder, e, por isto, é cidadão. Para isso, deveria ser considerada, primeiro, não a *ambiência de fato* — a exclusão, a injustiça, a opressão — mas a *de direito*: a revelação do poder efetivo na própria essência da cidadania, o que se configura como primeiro desafio para métodos que tenham a autonomia como objetivo.

À *ambiência de fato* corresponde uma situação de fato — pobreza, ignorância, desqualificação, dependência — que, geralmente, é tomada como a *realidade material única* do indivíduo ou de suas comunidades, algo que deveria ser superado através do esforço, do trabalho e da luta política coletiva pela transformação desta realidade. Esta suposta realidade única se configura, no entanto, como uma grosseira redução, correspondente à *persona do coitado*. Uma aproximação mais atenta dos cidadãos nos lugares em que vivem revelaria outros aspectos desta mesma realidade material: sagacidade, acuidade, humor, inteligência, vontade, perseverança, cooperação — que tanto podem se converter em gentileza, amabilidade, hospitalidade, solidariedade, como em esperteza, violência, opressão, dominação e submissão. Todas estas capacidades não se verificam apenas em potência, mas se realizam em ações e obtêm resultados, individual ou coletivamente produzidos e colhidos. Como não reconhecer, aqui, uma ou mais formas de *poder*?

Grandes porções de cidades latino-americanas foram e são construídas por este poder, bem como as maiores festas do mundo, a enorme economia informal, uma rede de atividades lícitas e ilícitas que inclui processos de resistência e luta, interesses coletivos e particulares, tanto legítimos quanto escusos. Como olhar para o cidadão criador deste mundo e não enxergar seu poder? Como justificar a visão infantilizadora que coloca todos estes cidadãos na posição de crianças, supostos menores

abandonados à espera de um pai redentor, seja na figura do Estado, do patrão ou do *militante conscientizador*?

A explicitação da situação de direito, do *poder imanente do cidadão* que já exerce algum poder de fato, é caminho pouco ou nada explorado nos modos modernos de governo ou na atuação política e social. Se houver concordância a partir deste ponto, poderíamos tentar encontrar na obra de Friedmann, para além de sua postulação e defesa do *desenvolvimento alternativo* (que pouco interessa para este estudo), alguma possibilidade de salto nesta direção, algo que permita a consideração do empoderamento não como um meio para outro fim que lhe seria superior, mas como meio para sua auto-realização, um *fim em si mesmo*.

A abordagem do empoderamento, fundamental para um desenvolvimento alternativo, coloca a ênfase na autonomia da tomada de decisão, de comunidades territorialmente organizadas, na auto-sustentação local (mas não autarquia), na democracia direta (participativa) e na aprendizagem social experimental. Seu ponto de partida é a localidade, porque a sociedade civil é mais facilmente mobilizada em torno de questões locais. (FRIEDMANN, 1992, p. VII–VIII, tradução do autor)¹⁶

Pode-se, facilmente, concordar com o *local* como ponto de partida, mas não pelo motivo alegado, nem sempre verificado. Antes seria pelo fato mais simples de que todo cidadão vive em algum lugar, que se confunde com sua própria vida, um abrigo incontornável de suas ações. Mesmo que o motivo da mobilização muitas vezes tenha sua origem em universo mais amplo — maio de 1968, movimento pelas *diretas já*, queda do muro de Berlim, Movimento dos Sem Terra —, a vivência do empoderamento efetivo, a fruição do exercício de *poder cidadão* sempre será experimentada em algum lugar determinado, pelo menos por enquanto.¹⁷ Uma vez garantido o caráter local da origem, interessa mais coletar elementos para

¹⁶ “The empowerment approach, which is fundamental to an alternative development, places the emphasis on autonomy in the decision-making, of territorially organized communities, local self-reliance (but not autarchy), direct (participatory) democracy, and experimental social learning. Its starting point is locality, because civil society is most readily mobilized around local issues.”

¹⁷ Mesmo que seja possível que se consiga, em breve, derrubar determinado sistema político à distância, pela Internet, certamente, pelo menos em nossa geração, não deixaremos de descer à rua para comemorar.

consolidação de uma *referência* metodológica, visando o *empoderamento revelador*. Neste caminho, a ênfase colocada pelo autor na *autonomia para decisões*, na *democracia participativa* e na *aprendizagem social experimental* aponta para aqueles que seriam, provavelmente, os principais pilares desta construção.

Pode-se, também, concordar com o pressuposto de manutenção da importância, em nossos sistemas de poder, tanto do Estado como do Mercado. A definição do Estado como inimigo, a partir de uma pauta anarquista presente ainda em vários autores do século XX citados pelo autor — Sanyal, Campero e Kropotkin, principalmente — que levaria, ainda, a uma crença na bondade inerente da comunidade e à negação da política em prol da ação direta na comunidade não é compartilhada pelo autor. Para Friedmann (1992), um Estado Forte e colaborativo é parte fundamental para sua pauta alternativa de desenvolvimento. Poder-se-ia inferir postura semelhante em relação ao mercado, quando o autor afirma que “O desenvolvimento alternativo deste ensaio aceita o sistema existente de acumulação global como um fato. Ele não se propõe a virar as costas a ele e fechar a porta [...]”

¹⁸ (FRIEDMANN, 1992, p. 12, tradução do autor)

Quanto à questão da cidadania, a concepção de Friedmann parece não se diferenciar das noções modernas correntes, inclusive a do senso comum: a cidadania seria *determinada pelo Estado*, que deveria reconhecer o cidadão como seu membro, promovendo a igualdade de direitos e deveres estendida a todos, além de reconhecer a própria autonomia de cada cidadão frente ao próprio Estado. O autor não parece se incomodar com o perigo inerente à noção de anterioridade do Estado. Se está claro que o que vem *antes* tem maiores chances de se colocar *acima*, não há como deduzir, deste modelo, qualquer possibilidade que não seja a de um Estado superior ao cidadão, o que implica a vinculação necessária da cidadania efetiva à existência anterior de um *Estado justo*. Por este modelo, a cidadania plena de fato só poderia

¹⁸ “The alternative development of this essay accepts the existing system of global accumulation as a fact. It does not propose to turn away from it and shut the door [...]”.

estar garantida através do *controle* do Estado pelo cidadão, o que termina por justificar todo o edifício que se constrói em torno do monopólio da luta política como única forma de atuação social transformadora plausível. A noção de autonomia, no entanto, não deveria surgir de uma relação de dependência, e parece exigir a antecedência e superioridade do cidadão em relação ao Estado, compatíveis com a definição de Aristóteles, mas pouco viável nos conceitos modernos correntes. Para a autonomia, pode-se tentar, no máximo, um acordo mínimo, na afirmação de que a “[...] cidadania é categórica: ninguém pode ser meio cidadão”¹⁹ (FRIEDMANN, 1992, p. 11, tradução do autor), desde que haja antes o reconhecimento do cidadão como fundador do Estado, e não o contrário.

A pergunta pelo modo como este processo de autonomia se efetivaria traz problemas cuja solução não parece ser simples. O campo marxiano, ocupado pelo chamado pensamento de esquerda, a partir da estrutura lógica da dialética aplicada no conceito de luta de classes, acaba por privilegiar a *disputa* não apenas como principal estratégia de atuação social, o que poderia ser defensável, mas como a *única* capaz de trazer como resultado um mundo melhor. Cabe perguntar que evidências podem apoiar esta constatação. Em cada frase engajada dos militantes, por mais que se fale de outro assunto, a *luta* ou a *resistência* deve ser reiterada como se fosse a principal (senão única válida) componente da vida. Não ocorre diferente no campo liberal, da chamada direita, que elege a *competição* econômica, quando não a guerra explícita, como essências da experiência humana, também com argumentos supostamente irrefutáveis.

Cada qual em sua trincheira, no Estado ou no Mercado, militantes dos dois lados não conseguem enxergar a semelhança que os une na redução empobrecedora (moderna) da vida, de simplificação de sua multiplicidade exuberante, em favor da estrutura de pensamento da política ou da economia. Tal visão não resiste a um olhar que se volte com honestidade para a beleza e complexidade dos lugares vivos. Não se

¹⁹ “Citizenship is categorical: one cannot be half a citizen”.

trata de uma visão ingênua que mira a benevolência do bom selvagem ou a suposta harmonia das comunidades em oposição a um mundo externo feroz²⁰, apenas se advoga o reconhecimento da diversidade, irreduzível a dois ou três termos de uma equação dialética, ou aos poucos participantes do jogo estratégico da política representativa e do mercado capitalista. Luta e cooperação, solidariedade e traição, construção e destruição, criação e repetição, trabalho e ócio, prazer, medo, amor, luto e alegria convivem, simultaneamente, em um sistema extremamente complexo, e não existem evidências de que a luta, a batalha, a resistência sejam as mais proeminentes das atividades humanas que assistimos nos lugares. Não seria legítimo, ou eficaz, dar início a qualquer processo de atuação coletiva pelo prazer da criação, da ética ou do amor pela vida? O estudo de Friedmann sobre os modos alternativos de desenvolvimento volta e meia dá pistas de um caminho também alternativo de ação.

No caso das organizações econômicas populares baseadas em comunidades locais, a *resistência* é muito menos confrontativa do que com o trabalho informal. Antes, se apóia na descoberta por participantes dos *poderes da ajuda mútua e cooperação* [...]. A maior contribuição delas é que trazem esperança, ensina habilidades, e, ao transformarem problemas individuais em coletivos, oferecem possibilidades para solução. Também são veículos essenciais de *autoempoderamento*. (FRIEDMANN, 1992, p. 23-24, tradução do autor, grifo do autor)²¹

Então, por que se falar de *resistência*? Não se trataria de um vício de pensamento? Por que não considerar todo cidadão como *essencialmente poderoso*, capaz de construir um mundo novo que não tenha como referência a dominação e a guerra? Se a obra humana tivesse sido edificada apenas com luta e resistência, a maior parte das cidades não estaria em pé, e as poucas existentes, cercadas por muros, continuariam constantemente expostas à destruição, tal como nos tempos e terras bíblicas. Para o indivíduo que só enxerga guerra no mundo, seja econômica ou

²⁰ Cf. FRIEDMANN, 1992, p. 148-149, nota 7.

²¹ "In the case of popular economic organizations with their base in local communities, resistance is far less confrontational than with informal work. Rather, it lies in the discovery by participants of the powers of mutual aid and cooperation [...]. Their major contribution is that they bring hope, teach skills, and, by turning individual problems into collective ones, offer new possibilities for solution. They are also essential vehicles for self-empowerment."

política, não resta outra saída a não ser jogar fora uma quantidade absurda de energia em supostas batalhas, militâncias e outras conversas de soldado.

Ao invés de *desenvolvimento alternativo*, o empoderamento demandaria, isto sim, uma *atuação social alternativa*: novos meios — teorias e métodos, outros jeitos de pensar e agir. Neste sentido, a observação atenta e sem preconceitos dos supostos excluídos nos seus lugares traria à luz formas de atuação *pré-modernas*, que passam longe do monopólio da luta. Apesar de baseadas em alguma forma de consenso histórico e em modelos canônicos de ação coletiva, estas formas antigas muito se assemelham às intenções de solidariedade e equidade presentes nos projetos utópicos da esquerda moderna. Passa a interessar, portanto, todas as coisas que *dão certo* na cultura popular fora da política, como modelos de ação coletiva, não baseados no *paradigma da guerra*.

As festas e comemorações, o mutirão, até mesmo a simbolização da guerra através do futebol e demais esportes, assim como todas as experiências latino-americanas de construção democrática descritas na obra de Friedmann, experimentos de uma porção da humanidade *materialmente* pobre são ricas manifestações de poder que não merecem ser descritas como mera *resistência* a um mundo do qual não fariam parte. Para além do compromisso com a verdade, o principal motivo desta consideração é o respeito ao pensamento do outro, já que os cidadãos, nos seus lugares, geralmente não se vêem, sentem, pensam ou agem desta maneira, e tampouco se reconhecem como excluídos ou meros soldados em posição de defesa frente ao ataque dos poderosos. Do ponto de vista de uma intenção mobilizadora da sociedade, é mais honesto, fácil e útil enxergá-los como muitos deles se vêem — pessoas repletas de vontades, cientes de suas capacidades e em busca de oportunidades de realizá-las — do que *convencê-las* de que estão em guerra.

Outro equívoco que pode ser evitado é o de se apoiar em dicotomias que não se sustentam à primeira contestação lógica. Quando afirma que “[...] um desenvolvimento alternativo é centrado antes nas pessoas e nos ambientes em que se

inserir do que na produção e lucro”²² (FRIEDMANN, 1992, p. 31, tradução do autor), o autor fragmenta o universo das pessoas de uma maneira que elas mesmas não fazem, como se a produção e a lucratividade, ou seja, a economia, não fizessem parte do ambiente, ou mesmo das próprias pessoas. Esta separação, que até encontra justificativa na perspectiva analítica do pensamento moderno, não encontra sustentação firme nem na teoria nem nas práticas vividas nos lugares, além de criar uma oposição empobrecedora (pessoas + ambiente x produção + lucro, ou ecologia x economia), ineficaz e indesejada. Por que abrir mão da riqueza, da produção e da lucratividade, desde que associadas a uma distribuição minimamente justa dos resultados? Por que não almejar, simultaneamente, a transformação das pessoas para melhor, de suas relações, do ambiente onde vivem e das demais condições de sobrevivência das demais formas de vida, sem abrir mão da complexidade, ou seja, incluindo na *natureza*, a economia, a cultura, os interesses privados, a vida plena das pessoas?

O empoderamento efetivo deveria, portanto, se iniciar pela ruptura com este jeito de pensar, com a promoção de um *choque* capaz de *revelar imediatamente* o poder do cidadão, sua condição de *sujeito governante*, sua potencial insubmissão à ordem dominante, bem como as oportunidades que se abrem com esta nova perspectiva, para a possibilidade de uma outra forma de atuação para transformação do mundo: *atuar em espaço fora do alcance da dominação*. Isto significaria atuar, também, *fora* do espaço da política (lugar legítimo do dissenso, do embate, da luta e da resistência, da competição pelo poder político substantivo, o controle do Estado), do mercado (lugar também legítimo da acumulação, da exploração, da mais valia, da competição pelo poder de dominação econômica), sem negá-los, como concordaria Friedmann, mas, tampouco, sem colocá-los em falsa oposição. Este espaço não é uma utopia, um *não lugar*, mas existe nos interstícios dos espaços ocupados pela

²² “An alternative development is centered on people and their environment rather than production and profits.”

dominação, à espera de ser habitado por um outro jeito, uma outra forma de atuação na sociedade. Este seria o *lugar do consenso*, um espaço para o abrigo da *cidadania ativa*.

Mesmo quando se toma a estrutura do pensamento dialético como forma de equacionar a questão da autonomia, caberia uma pergunta: um dos termos em oposição teria, necessariamente, que se sobrepor ao outro para vencer? A equação hegeliana, redesenhada por Marx, pressupõe a possibilidade de superação através da geração de um terceiro termo, a síntese dialética que incorporaria os opostos quando superada a dualidade original. A consideração de uma *cidadania essencial e imanente*, que revela, logo na origem (como em uma *teleologia do presente*, se assim pode ser dito), a igualdade potencial de todo cidadão em seu posicionamento como autoridade máxima perante o Estado (*todo poder emana do povo*) ou frente ao Mercado (*o cliente é o rei*), parece ser um caminho viável para que se promova a síntese dialética exigida pelo *empoderamento como fim*, não como meio. Este caminho permitiria a extensão de uma afirmação já adiantada, garantida no Brasil por um preceito constitucional (*nós somos O Governo*), para a constatação de que também *somos o Estado e somos o Mercado* — já que não haveria a necessidade de dizer que *somos o mundo*.

O cidadão governante traz, desde sua origem, todas as contradições dialéticas da política e da economia internalizadas, evidência de uma possível síntese não redutora destas em relação à vida. Não se proporia, por este caminho, a imposição de um mundo novo a partir da resistência ao atual, visando sua substituição. Tratar-se-ia, antes, como nas palavras de Demóstenes Romano Filho, Patrícia Sartini e Margarida Ferreira (2002, p. 85), de “[...] *outro jeito de ver, sentir*”, pensar e agir, para a construção de *outra ordem* que, ao invés de combater e substituir a ordem corrente, se proponha a complementá-la e, desta forma, recriá-la com liberdade. Não se trata de abrir mão da transformação, mas de apostar em uma estratégia que tenha maiores chances de sucesso, quem sabe, através da *contaminação e infestação* na sociedade. Esta poderia ser uma descrição sumária da idéia apresentada por José

Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004)²³, na obra intitulada *Mobilização Social: um Modo de Construir a Democracia e a Participação*. Aqui, a *democracia* não se coloca como um fim a ser *alcançado* no futuro através da luta, mas produzida cotidianamente por um meio determinado no presente.

A democracia não pode ser comprada, não pode ser decretada, não pode ser imposta. A democracia só pode ser construída. Ninguém pode nos dar a democracia. Ela é uma decisão [...] de construir uma ordem social onde os direitos humanos e a vida digna sejam possíveis para todos. [...] A democracia é uma forma de construir a liberdade e a autonomia de uma sociedade, aceitando como seu fundamento a diversidade e a diferença. (TORO; WERNECK, 2004, p. 9)

A democracia é aqui colocada, simultaneamente, no nível dos fins e dos meios, uma vez que ao mesmo tempo é *construída* (pela mobilização social) e *construtora* (da liberdade e da autonomia). Este parece ser um posicionamento justo, que faz da democracia uma *obra intermediária*, plataforma para alcance de um fim superior e unificado.

Por outro lado, seria lícito supor que a liberdade e a autonomia (que poderiam ser consideradas sinônimas do ponto de vista do cidadão) se encontrariam, simultaneamente, na categoria dos fins e dos princípios, fechando um círculo lógico que, ao mesmo tempo em que reflete uma desejada consistência e coerência metodológica, se distancia da idéia daqueles *fins superiores que justificariam meios injustos*, numa troca indevida de um presente inconsistente em nome de um futuro perfeito (tal como na proposta de *ditadura do proletariado*). Aqui, vale mais a simplicidade da construção clássica: “[...] são os costumes democráticos que fazem a

²³ Tal proposta se baseia na experiência da *Fundación Social de Colômbia*, reeditada no Brasil nos *Pactos pela Educação* de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Ceará, após 1993. A proposta serviu de alicerce para a referência metodológica de *mobilização social para gestão pública compartilhada* (em parte consolidada nesta dissertação), coletivamente desenvolvida em 1997 por agentes do Instituto Cidade, através de convênio com o Ministério do Meio Ambiente, Amazônia Legal e Recursos Hídricos (MMA), visando à divulgação da lei federal das águas (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997) e ao lançamento do Movimento de Cidadania pelas Águas em Minas Gerais, no mesmo ano. Esta referência continua a ser aprofundada, ampliada, recriada e aplicada em diversos experimentos sociais, inclusive o descrito nesta dissertação, com destaque para o projeto *Gente Cuidando das Águas*, cujos princípios são apresentados na obra de mesmo nome (ROMANO; SARTINI; FERREIRA, 2002), e a cujos autores este trabalho muito deve.

democracia e os costumes oligárquicos que fazem a oligarquia.” (ARISTÓTELES, 2002, p. 77)

Se a democracia é um *requisito para a autonomia*, ao mesmo tempo em que é construída por outro meio, a mobilização social seria sua origem, um *pré-requisito da autonomia*, portanto. É plausível, aqui, desenhar a imagem da autonomia-liberdade como categoria unificada que se eleva sobre os dois meios de construção, concomitantemente como princípio e fim, como sol e farol que iluminam o caminho e guiam as ações de cidadania, enquanto a mobilização social e a democracia são dirigidas pela e para ela. A colocação da autonomia-liberdade no nível dos fins (como um farol que guia a navegação a partir do horizonte), mas com função de princípio (como luz que também clareia o percurso), faz com que possa ser considerada como um conceito do campo da *ética*, de tal forma que se poderia afirmar que seria o principal *fundamento ético* da democracia, ao mesmo tempo em que o seu fim maior. Enquanto *projeto ético*, tal como ela pode se apresentar nas leis constituintes de uma nação, ela poderia se desdobrar em novos princípios, constituindo o fundamento de uma práxis mobilizadora da sociedade.

A criação de uma cultura e uma ética democráticas requer a mobilização social, entendida como a convocação livre de vontades. A mobilização social é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na constituição brasileira: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. (TORO; WERNECK, 2004, p. 10)

A mobilização social, portanto, poderia ser considerada como *manifestação livre da autonomia-liberdade do cidadão*, de forma que não se confundiria, tal como se dá na sua correspondente moderna, com *campanhas* políticas e publicitárias, com *eventos*, tais como manifestações, passeatas e outras concentrações para a participação temporária de indivíduos-objeto (as *massas*, ou *público alvo*), dirigidas pelos sujeitos do poder e da representação (os protagonistas da mensagem e das ações) pela mesma via de mão única. Seria, antes, fruto de uma *decisão coletiva* que se converte em *ação cotidiana*, a partir de *resultados coletivamente determinados*. A

decisão sobre a participação em tal processo tem como fundamento necessário a liberdade da opção e a vontade da ação.

Participar de um processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças. Convocar vontades significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamine todo o cotidiano. [...] A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. (TORO; WERNECK, 2004, p. 14)

Parece, no entanto, que aqui a via de mão única ainda não está superada, uma vez que continua a haver a necessidade do sujeito *convocador* e dos *convocados*. Talvez, aqui, esteja o limite do que se pode abandonar no modo moderno, mesmo que uma diferença fundamental se estabeleça: no caso da mobilização social, ao contrário da convocação política militante ou profissional publicitária para campanhas e eventos, aquele que convoca chama o outro para o início de uma *criação coletiva*, não para algo já dado antes, em *prato feito*. Para que seja legítimo, neste modo de mobilização social, o compartilhamento proposto exige um diálogo confiante para possibilitar a criação coletiva do discurso, aberta ao encontro das vontades, interesses e conhecimentos presentes — uma exigência que demanda princípios poderosos.

Os autores tentam suprir esta demanda ao abordar o *conceito de cidadania* e os *princípios da democracia*. Sobre o primeiro conceito, apesar de servir de título para uma seção do trabalho, pouco se encontra explicitamente, a não ser numa única afirmação: *cidadão* não seria apenas a pessoa que vota, mas aquela “[...] capaz de criar ou transformar, com os outros, a ordem social, a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar.” (TORO; WERNECK, 2004, p. 21) O conceito de cidadania, no entanto, permanece subjacente e aflora ao longo de todo o texto sobre os princípios da democracia.

Os gregos se tornaram capazes de criar a democracia quando descobriram que a ordem social não era ditada pelos deuses, mas construída pelos homens. [...] Como a ordem social é criada por nós, o agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o caos que estamos atravessando não surgiu espontaneamente. A desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto — e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidades —, se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. No Brasil, [...] já não temos um ditador e cada vez fica mais impessoal o “eles” a quem responsabilizamos pela nossa realidade. Mas ainda insistimos em pensar e agir como se a situação que vivemos fosse obra do outro. (TORO; WERNECK, 2004, p. 16-17)

Não seria este cidadão, sujeito criador da ordem social, responsável último pela realidade em que vive, o mesmo *sujeito de governo* de Aristóteles? Ao considerar que se trata, aqui, exatamente da construção de uma ordem social *democrática*, de um regime na qual o criador da ordem social é simultaneamente o responsável pela manutenção e transformação da mesma, a resposta só pode ser positiva. Esta definição de cidadania surge como reflexo imediato daquele que seria o primeiro princípio original da democracia: o *princípio da autofundação*.

Na democracia a ordem social se produz a partir da própria sociedade. As leis são criadas, direta ou indiretamente, pelos mesmos que as vão cumprir e proteger. A convivência democrática começa quando uma sociedade aprende a autofundar a ordem social. (TORO; WERNECK, 2004, p. 20)

Três outros princípios são apresentados para balizar a noção de democracia. O *princípio da cosmovisão* se refere a um *jeito compartilhado de perceber o mundo*, que acredita na possibilidade de criar a ordem social “[...] a partir de uma unidade de propósito e do respeito pelas diferenças” (TORO; WERNECK, 2004, p. 20), fruto de “[...] uma decisão que se fundamenta em aceitar o *outro como igual* em direitos e oportunidades.” (TORO; WERNECK, 2004, p. 20, grifo do autor) O *princípio da incerteza* considera como dado a inexistência de *um modelo ideal de democracia*, a ser copiado ou alcançado. Daí a incerteza do resultado e a responsabilidade de cada cidadão criar, em seu lugar, a sua própria democracia, em oposição à tradição de “[...] ser como os outros.” (TORO; WERNECK, 2004, p. 20) O *princípio do público* partiria da

constatação da existência do conflito de interesses e da necessidade de convivência entre opostos, de se criar “[...] regras para dirimir conflitos, sem eliminar o outro nem física, nem social, nem psicologicamente.” (TORO; WERNECK, 2004, p. 21) O público seria constituído na sociedade civil, manifestando-se prioritariamente nas *instituições públicas*, capazes de sintetizar e representar os interesses em conflito na sociedade. Dentre os três últimos princípios, interessa especialmente a consideração do *outro como igual*, não apenas em função de direitos e oportunidades, mas também no que se refere ao potencial para criação e transformação da ordem social — o outro como *potencialmente igual em poder*.

Nota-se, também, uma precedência inequívoca do princípio da *autofundação* sobre os demais, a ponto de se poder afirmar que a democracia poderia se apoiar, exclusivamente, neste pilar central, sendo os outros princípios assessórios, como escoras que garantiriam o equilíbrio da obra. A idéia de *autofundação*, além de densa e forte o suficiente para suportar todo peso da construção democrática, revela, ainda, outro poder: quando comunicada com a devida confiança, clareza e paixão, ela se converte em potentíssima ferramenta de empoderamento, de promoção de autoconfiança, de segurança para a ação. Ao ser utilizado na origem de um discurso mobilizador, o conceito de *autofundação* cumpre bem o papel de ponte entre a teoria e prática de mobilização social em processos de gestão pública compartilhada. O conceito de *ordem autofundada* contribui para sustentar o que já foi antes afirmado: não somos apenas o Governo, somos também o Estado e o Mercado, ordens que construímos como sujeitos individuais e coletivos.

A aceitação do princípio da *autofundação* implica numa mudança radical do discurso e das atitudes do cidadão. Tal decisão joga por terra qualquer argumento que tente lançar, sobre ombros alheios, supostas responsabilidades e culpas pelos resultados coletivamente construídos. Torna difícil, por exemplo, que se leve a sério a indignação daqueles que continuam a comprar produtos de madeira nativa enquanto denunciam a destruição das florestas, ou que, escolhendo morar em apartamentos,

desaprovam a verticalização das cidades, ou ainda que comprem e prestam serviços sem nota fiscal e reclamam da falta de investimentos públicos ou corrupção dos *governantes*. A esta atitude ingênua, reflexo da *infantilização do outro* auto-assumida, corresponderia o conceito de *cidadania passiva*, dominante na cultura moderna, responsável, em última instância, pela manutenção do paternalismo e da heteronomia em nossa sociedade. A explicitação da autofundação, portanto, se torna uma poderosa ferramenta *de revelação* da autonomia, de *empoderamento imediato*, um atalho curto para a consolidação de um conceito de *cidadania ativa*, imprescindível para a consideração do *cidadão como sujeito de governo*.

Restaria, ainda, a questão da viabilidade de exercício deste poder, de como transformar o *direito potencial de governar* em *exercício efetivo de governo*. Se a democracia representativa brasileira vai se consolidando através de suas instituições (firmes, apesar dos potentes abalos a que têm sido submetidas na história recente), o exercício direto do poder do cidadão, também garantido pela constituição, não vem sendo exercitado com a mesma eficácia para a realização do interesse público.²⁴ A dificuldade prática da revelação da autonomia não se encontraria, portanto, no exercício inadequado da representação, mas na ausência ou inexpressão da forma direta de governar. Se a *autonomia de direito* já estaria garantida, logo na sua revelação, a *autonomia de fato*, a partir da ordem autofundada, demanda seu afloramento em experiências práticas de democracia direta, ou de *cidadania como forma de governo*.

A promoção do interesse público torna mais complexa uma questão que poderia ser colocada da seguinte forma: como governar de forma direta, dentro da lei, sem que haja colisão ou superposição com a forma representativa de governo, consolidada e operada pelas instituições públicas do Estado? Não se conseguirá nem um passo adiante se não for reconsiderada, agora do ponto de vista operacional, a

²⁴ Não se quer dizer que a forma direta de exercício de poder não esteja sendo praticada: a cultura popular, as festas, a economia informal e as invasões de terra no campo, por exemplo, continuam a se reproduzir com a mesma pujança.

questão do consenso. Se a democracia atualmente praticada, quase exclusivamente, em sua forma representativa já se funda e se identifica com o dissenso, através da legítima disputa por interesses conflitantes na sociedade, a incipiente democracia direta poderia muito bem florescer baseada no consenso e na complementaridade. Governar-se-ia, diretamente e com legitimidade, a partir de duas condições: primeiro, *fazer o que é consensual*, isto é, aquilo que não encontra qualquer opositor no local e no tempo presentes; depois, *fazer o que é complementar*, ou seja, governar onde o Estado não tem dado conta de atuar ou alcançar.

Para que houvesse rigorosa coerência interna em relação à complementaridade, seria justo que se pleiteasse, também, uma terceira condição: a *não competição* por recursos públicos, aqui entendidos no sentido estrito de recursos financeiros advindos do Estado. Isto porque o benefício da dúvida e o princípio da confiança colocam como causa principal da eventual ausência ou ineficácia do poder público o rigoroso contingenciamento financeiro do Estado brasileiro e a conseqüente impossibilidade de atendimento de todas as demandas essenciais da sociedade, com a urgência que se faz necessária. Em tal situação, a exacerbação da competição pelos recursos públicos pode ser substituída, com vantagens, pela captação de recursos externos complementares, uma situação que traria a vantagem adicional de reforçar a autonomia do cidadão em relação a seus representantes — condição adequada e desejável em processos compartilhados da gestão pública.

A intenção de complementaridade não deixa de exigir que as instituições públicas sejam incluídas, através dos cidadãos que delas fazem parte, com os recursos (humanos, financeiros, organizacionais) que dispuserem a oferecer, sem que, com isto, o protagonismo, a autonomia da iniciativa, saia das mãos dos cidadãos. Seria desejável, a partir desta inclusão, que se instaurasse uma relação de *interdependência* entre os diversos agentes, promovendo o que seria uma integração de *recursos efetivamente públicos*, não porque advindos inteiramente do Estado, mas porque

integrados para a promoção de um interesse público coletivamente determinado, cuja gestão seria compartilhada por cidadãos de dentro e de fora do Estado.

Outro desafio que se coloca é o de se alavancar um processo de gestão pública compartilhada. A forma de atuação proposta no modelo de mobilização social de Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004) parte da existência prévia de um *produtor social*, talvez cumprindo a mesma função que John Friedmann (1992) chama de *catalisação*, imaginando, para isto, a necessidade de um agente externo como requisito²⁵.

Entende-se por Produtor Social a pessoa ou instituição que tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. [...] O Produtor Social é responsável por viabilizar o movimento, por conduzir as negociações que vão lhe dar legitimidade política e social. (TORO; WERNECK, 2004, p. 41)

O papel exercido pelo produtor, portanto, demanda um consenso anterior sobre o *propósito* da mobilização, algo que os autores chamam de “[...] um horizonte atrativo, um imaginário ‘convocante’ [...]” (TORO; WERNECK, 2004, p. 37), algo que sintetize as razões e objetivos em uma idéia simples e bela, capaz de “[...] expressar o sentido e a finalidade da mobilização, tocar a emoção das pessoas [...] despertar a paixão.” (TORO; WERNECK, 2004, p. 37) Este *desejo impregnado de razão* deve, necessariamente, ser fruto de um consenso revelado, pré-existente e coletivamente construído nos *lugares originais*, para que o produtor social possa ser visto “[...] não como dono, mas como precursor de um movimento que reflete uma preocupação e um desejo de mudança compartilhado.” (TORO; WERNECK, 2004, p. 42) Ao produtor social se somariam agentes locais, identificados a partir da busca inicial por *pessoas chave* entre os habitantes (moradores, proprietários, empreendedores, trabalhadores, representantes de instituições públicas, privadas e de organizações da sociedade civil). Estas pessoas, por se mostrarem capazes de abrir as portas de comunicação com a

²⁵ As chamadas *assessorias* de comunidades e movimentos sociais brasileiros poderiam também ser consideradas como exemplos ou, se não, vir a cumprir o papel do produtor social em processos de mobilização.

coletividade, assumiriam a função de um *recriador* de conteúdos, a que os autores denominam de *reeditor social*:

Este termo, cunhado por Juan Camilo Jaramillo, designa uma pessoa que, por seu papel social, ocupação ou trabalho, tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade. Dito de outra forma, é uma "pessoa que tem público próprio", que é reconhecida socialmente, tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo para modificar as formas de pensar, sentir e atuar. (TORO; WERNECK, 2004, p. 45)

O *reeditor social* não poderia ser confundido com o *militante* tradicional, cuja atuação se funda em objetivos e pressupostos determinados (sem, necessariamente, sua participação), em *obediência* semelhante à da disciplina *militar*. Se o militante tomaria o *mundo* como campo de sua atuação, o *reeditor* recusaria o *heroísmo* como modelo, para atuar nos seus lugares cotidianos, através do contato pessoal com cada um dos membros de *seu público*. Tampouco se confunde com o chamado *multiplicador*, responsável pela mera *reprodução* de conhecimentos e informações recebidas. A *reedição* implica em transformar, ampliar e adequar conteúdos para recepção de um público específico.

A qualidade de seu trabalho não é medida pela fidelidade ao conteúdo original, mas pelo enriquecimento da sua mensagem, pela sua adequação, através do uso de códigos, valores e experiências próprios daquele grupo, pelo correto entendimento dos propósitos e dos sentidos e pela participação que gerou. (TORO; WERNECK, 2004, p. 46)

O terceiro agente demandado seria o *editor* das mensagens, a pessoa ou organização responsável pela *conversão*, "[...] em formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação do reeditor" (TORO; WERNECK, 2004, p. 47), dos conteúdos apresentados pelo produtor social. O *editor* seria, portanto, um profissional *tradutor*, capaz de criar pontes comunicativas entre o *produtor* e o *reeditor* da mobilização social.

Como estruturar mensagens. Que códigos são necessários para que a mensagem seja compreendida e absorvida pelo reeditor e para que ele possa convertê-la em uma forma de sentir, de atuar e de decidir em função do imaginário? Essas são as perguntas às quais o Editor deve dar respostas. É evidente que, quanto mais o seu conhecimento sobre o campo de atuação do reeditor, maiores serão as possibilidades de êxito no seu trabalho. (TORO; WERNECK, 2004, p. 47)

Nota-se que os autores não trabalham, necessariamente, com a possibilidade ou requisito de participação de agentes locais na formulação do *imaginário convocante*, do que se deduz que este seria construído fora dos lugares habitados pelos reeditores. A questão da *autoria* é aqui tratada, portanto, da mesma forma que nos processos modernos de conhecimento, planejamento e gestão. Desta forma, a estrutura operacional proposta se aplicaria com maior legitimidade à *reedição* de movimentos em curso do que à *geração* de processos originais de mobilização social.

A ocorrência desta *participação original* na determinação do objeto pelos agentes locais é, no entanto, defendida como essencial pela terceira referência metodológica a ser utilizada neste estudo: a *pesquisa-ação participativa*.²⁶ Entre as contestações do método científico moderno, originárias da própria ciência, a *pesquisa-ação participativa* poderia ser listada com uma das mais radicais. Primeiro porque o seu termo *participativo* propõe a superação da dicotomia sujeito/objeto, a partir da transformação do *suposto objeto* em *sujeito* do conhecimento de si mesmo: o pesquisador é o agente local que pesquisa a sua própria realidade, estuda sua própria vida. Isto colocaria a *pesquisa participativa* entre os métodos fundadores de um novo paradigma científico, como defende Peter Park (1992). Depois, porque o termo que se refere à *ação* submete o conhecimento a uma intenção que lhe é, ao mesmo tempo, anterior e superior: um interesse e uma vontade de transformação que guiam o autoconhecimento. Desta forma, se produz um *conhecimento interessado*, que não se

²⁶ *Participatory action-research*, ou PAR. A formulação original do termo é objeto de disputa entre os partidários da dupla Orlando Falls Borda e M. Anisur Rahman — que, embebidos do experimentalismo *terceiro-mundista* da década de 1960, participaram ativamente de *movimentos populares* na periferia do capitalismo na década de 1970 — e os de William Foot White, vindo do campo supostamente menos *politicado* do estudo de relações organizacionais nos Estados Unidos. No ano de 1991, estes autores lançam, simultaneamente, os dois primeiros livros que utilizam o novo termo no título, sendo que, no caso de Foot White, sem o devido crédito em relação a trabalhos anteriores desenvolvidos sob os rótulos de *pesquisa participante*, *pesquisa-ação* e similares. (Ver Budd Hall, 1992).

encaixa bem com conceitos e procedimentos da ciência moderna — tal como no caso de eliminação de viéses —, uma vez que a isenção requerida do observador, no paradigma moderno da ciência, cuja existência seria colocada em dúvida em qualquer experimento das ciências sociais disciplinares, aqui se torna claramente uma impossibilidade assumida.

No próprio universo da ciência moderna, mas fora do campo das chamadas ciências humanas, já se encontraria o argumento lógico que explicita a impossibilidade de isenção e de não interferência do pesquisador frente ao objeto observado, quando do surgimento da mecânica quântica, identificada por Boaventura de Sousa Santos como uma das condições teóricas da crise do paradigma dominante da ciência.

[...] Heisemberg e Bohr²⁷ demonstram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar, e a tal ponto que o objeto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou. [...] A idéia de que conhecemos do real senão o que nele introduzimos, ou seja [...] nossa intervenção nele, está bem expressa no princípio da incerteza de Heisemberg [...] a demonstração da interferência estrutural do sujeito no objeto observado tem implicações de vulto. (SANTOS, 2003, p. 43-44)

Esta reflexão no campo da física encontraria um paralelo na pré-história da pesquisa participante, segundo Carlos Rodrigues Brandão (1984), que identifica duas posturas ou atitudes da ciência moderna que serviriam de norte para os criadores da *pesquisa participante*. Uma delas surgiria quando Malinowsky desembarca sozinho nas ilhas de Trobriand, na primeira década do século XX.

[...] não era apenas um método que ia ser reinventado ali; era uma atitude. [...] Ir conviver com o *outro* no seu mundo; aprender a sua língua; viver sua vida; pensar através de sua lógica; sentir com ele. [...] o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu, o de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem. Estava inventada a *observação participante*. (BRANDÃO, 1984, p. 11-12)

Por outro lado, prossegue o autor, nem por isso a antropologia e a sociologia se tornariam envolvidas e ativas, social e politicamente, em favor dos *outros* observados.

²⁷ Sem referências bibliográficas em SANTOS (2003).

Antes de Malinowsky, foi preciso que Marx operasse outra inversão lógica para formular e defender a submissão do saber a uma *intenção*, um compromisso que lhe seria superior. Já, aqui, se encontraria um dos princípios não apenas da *pesquisa participante*, como quer o autor, mas, também, da *pesquisa-ação*.

Não é necessário que o pesquisador se faça operário ou como ele, para conhecê-lo. É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do *outro*, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. [...] Estava inventada a *participação da pesquisa*. (BRANDÃO, 1984, p. 12)

Budd Hall (1992) identifica, junto com as propostas educacionais de John Dewey e as associativistas de Saul Alinsky, a obra de Paulo Freire como uma das mais importantes fontes originais dos modos e processos da pesquisa participativa. Segundo o autor, a visita de Paulo Freire a Tanzânia, em 1971, quando expôs os avanços de suas investigações na educação de adultos no Brasil, na década de 1960, teria causado impacto considerável na geração de educadores e pesquisadores sociais, responsáveis por experimentos de *pesquisa participativa, investigação e ação, observação militante* — seja qual o nome tenham tomado as formas alternativas de produzir conhecimento, nas décadas de 1970 e 1980, que se espalharam pela América Latina, África e Ásia, principalmente, mas, também, nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Suécia, Suíça, Holanda e Inglaterra. Destas vertentes beberiam as gerações posteriores de educadores e pesquisadores sociais, responsáveis por conciliar as diversas correntes em uma nova síntese, cujo resultado teórico mais importante talvez seja a própria redefinição da alteridade.

Quando o *outro* se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe da sua vida, de sua cultura. Quando o *outro* me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe da sua história. [...] Mas o limite da redefinição da alteridade tem acontecido [...] quando o *outro*, próximo, enquanto um sujeito vivo mas provisório da “minha pesquisa”, torna-se o companheiro de um compromisso cuja trajetória, traduzida em trabalho político e luta popular, obriga o pesquisador a repensar não só a posição de sua pesquisa, mas também a de sua própria pessoa. A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais

classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas quanto a partir de um trabalho social e político *de classe* que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa. Está inventada a *pesquisa participante*. Não porque [...] uma fração obediente de sujeitos populares participa subalternamente da pesquisa do pesquisador, mas porque uma pesquisa coletiva participa organicamente de momentos do trabalho de classe, quando ela precisa se reconhecer no conhecimento da ciência. (BRANDÃO, 1984, p. 12-13)

Por conta de certa confusão de termos ainda existente na década de 1980, Michel Thiollent (1985) se adianta para explicitar as distinções fundamentais entre as duas formas de nomeação que se consolidaram com maior presença, muitas vezes tomadas como métodos equivalentes ou como expressões sinônimas: a *pesquisa participante* (PP) e a *pesquisa-ação* (PA). Para ele toda “[...] PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA.” (THIOLLENT, 1984, p. 83) Da forma como colocada, portanto, não haveria distinção entre a PA e a própria *pesquisa-ação participativa* (PAP), tal como encontramos nos autores da década de 1990. A PP manteria seu foco concentrado na questão da *qualidade da informação* a partir da inserção, como sujeitos da investigação, de agentes que, nos métodos convencionais, só apareceriam como objeto. Enquanto a investigação se concentraria, aqui, no ambiente do pesquisador/pesquisado, a intenção participativa da PP se mantém concentrada no pólo do *pesquisador*, com pouca ou nenhuma preocupação em relação a uma eventual experiência participativa por parte de outros *pesquisados*. Já para a PA, como experiência centrada essencialmente no *agir*, o interesse de participação se estende, em virtude do objetivo implícito de *transformação*, também ao pólo *pesquisado*, transformando todos os *supostos objetos* em *agentes potenciais*.

Pois, além da participação dos investigadores, a PA supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação. Que tipo de ação? Em geral, trata-se de uma ação planejada, de uma intervenção com mudanças dentro da situação investigada. (THIOLLENT, 1984, p. 83)

Aqui, é ampliado o interesse focado na questão de governo, na medida em que se explicita a ligação primordial entre a prática investigativa da *pesquisa-ação* e o

planejamento da ação a que se vincula a pesquisa, ou seja, entre o que seria propriamente *ciência* e o que seria essencialmente *governo*. Poder-se-ia adiantar, inclusive, a consideração da PA, de Thiollent (1984), e a PAP, de Fals Borda e Rahman (1991) ou White (1991), como *métodos de planejamento e gestão*, vinculados à possibilidade de uma *ciência não moderna* e, ligados, senão a uma noção *compreensiva*, mais próxima da *visão estratégica*.

Deste ponto de vista, a investigação dirigida por agentes locais, com intenção clara de transformação, focada em aspectos por eles eleitos como relevantes, pode ser vista como um passo à frente em relação aos diagnósticos modernos, e um salto paradigmático em relação aos modelos disciplinares do planejamento. Da mesma forma, as transformações ensejadas pelos agentes geralmente se concentram em temas eleitos a partir de uma priorização guiada, antes, pela *experiência própria*, que de uma *problematização*, anterior no tempo e exterior no espaço, distante da vida dos lugares.

Se existe alguma mudança paradigmática nas formas participativas de pesquisa, a transformação que originaria esta suposição, no entanto, não é encontrada na questão específica do método. Quando buscamos nos aproximar da questão da organização dos procedimentos, da parte *operacional* dos novos modos propostos, encontramos um *quase consenso* entre os autores de que não existe, propriamente, um modelo único a ser aplicado em processos de PP, PA ou PAP.

A literatura sobre pesquisa participativa tem sido sempre vaga na questão do método. Isto porque [...] os fatores mais importantes são as origens dos temas, os papéis que os envolvidos com o tema desempenham no processo, o potencial para mobilização e aprendizado coletivo, o elo com a ligação com a ação [...]. Isto significa que para a pesquisa participativa não existe ortodoxia metodológica, nenhum livro de receitas a seguir. [...] Na prática uma criativa e ampla variedade de abordagens tem sido usada. Todas as abordagens têm sido selecionadas pelo potencial de geração de conhecimento e análise coletiva ou social. ²⁸ (HALL, 1992, p. 20)

²⁸ The literature on participatory research has always been vague on the question of methods. This is because [...] the most important factors are the origins of the issues, the roles that those concerned with the issue play in the process, the emersion of the process in the context of the movement, the potential for mobilizing and collective learning, the links to action [...]. This means that for participatory research there

Mesmo assim, identificam-se, naqueles métodos que ultrapassam a mera participação, alguns procedimentos presentes em vários dos experimentos descritos, que interessariam a qualquer processo democrático de governo: a participação dos agentes locais, desde o início, na definição de objetivos, metas e rumos da ação transformadora, na determinação de temas que demandam novas informações e conhecimentos, no direcionamento de novos estudos e questões a serem investigadas, bem como das formas como estes novos conhecimentos produzidos deveriam ser utilizados para a transformação de determinada realidade. Nota-se, particularmente, uma atenção especial com a questão ética na produção do conhecimento, que se reflete na importância atribuída à atividade de *retro-alimentação (feedback)*, em que os conhecimentos produzidos são *devolvidos* para os agentes das comunidades locais, pesquisados ou pesquisadores, seja para *irrigar* as ações transformadoras a serem iniciadas ou em andamento, seja para a disponibilização em processos educacionais mais aprofundados. Ainda assim, nota-se a preocupação de alguns autores com a questão da autoria, da publicidade do conhecimento gerado ou do papel das instituições de pesquisa e financiamento.

Marcela Gajardo (1984, p. 47) aponta, por exemplo, “[...] um grande vazio [configurado pela] [...] ausência de testemunhos e opiniões de operários, camponeses e indígenas que tenham participado deste tipo de experiência.” Budd Hall (1992), por sua vez, aborda o risco da cooptação, por parte da academia, das experiências sociais e do uso de seus resultados para autofinanciamento, sem que haja correspondência econômica do conceito de *feedback*. Poderiam dizer, também, que percebem a sombra dos modos modernos rondando os lugares para usurpação de saber e poder alheios.

O conhecimento dentro da academia [...] é uma *commodity* pela qual os intelectuais fazem muito mais que apenas trocar idéias; é a

are no methodological orthodoxies, no cookbook approaches to follow. [...] In practice a creative and very wide variety of approaches have been used. All approaches have been selected because of their potential for drawing out knowledge and analysis in a social or collective way.

verdadeira moeda de troca na economia política acadêmica. [...] Não é comum a colaboração em pesquisas com pessoas não consideradas acadêmicas pelos padrões da academia. E, enquanto os acadêmicos de fato ganham financeiramente através da acumulação de publicações de conhecimento apropriado, os colaboradores comunitários raramente se beneficiam financeiramente através destas colaborações.²⁹ (HALL, 1992, p. 25)

Indo além, o autor questiona profundamente o papel da Universidade nestes processos sociais, uma vez que não haveria, a princípio, qualquer demanda ou real necessidade de pesquisadores universitários para *animar* os movimentos em momento algum. A conclusão a que chega é a de que os processos de pesquisa participativa, pelo potencial que representam para a ciência acadêmica, deveriam ser crescentemente ensinados e adotados em pesquisas universitárias, sem que estas se apresentem para assumir o controle de tais processos, o que caracteriza uma situação em que a Universidade necessitaria muito mais dos movimentos sociais do que o contrário. Pode-se até concordar com esta visão, desde que não se vislumbre qualquer possibilidade de transformação dos próprios acadêmicos, e mesmo da academia, através do contato com as experiências participativas de produção de conhecimento. Por outro lado, da mesma forma que se advoga um sistema de governo cidadão, *complementar* à democracia representativa e ao Estado, a aproximação cooperativa de atividades de pesquisa e extensão, sem que se descuide de princípios éticos básicos na relação com agentes não acadêmicos — o que significaria, talvez, a possibilidade de uma *Universidade cidadã* —, não parece ser uma impossibilidade incontornável.

Pode-se mesmo concluir que os princípios e procedimentos da PAP se adequam, com facilidade, ao projeto de *dupla ruptura epistemológica*, exposto anteriormente, na medida em que não promove nenhum tipo de impedimento em relação aos dispositivos modernos de investigação, admitidos sem censura prévia.

²⁹ Knowledge within the academy [...] is a commodity by which academics do far more than exchange ideas; it is the very means of exchange for the academic political economy. [...] Collaborative research with persons who are not academics by the standards of the academy is not common. And while academics in fact gain financially through accumulated publications of appropriate knowledge, community collaborators seldom benefit from such collaboration in financial terms.

Repassados para agentes locais, tornam-se *instrumentos de libertação*, sem que percam sua função de instrumentos de conhecimento (ou vice versa). Na PAP, as chances do reencontro da ciência com outras formas de conhecimento produzidas no campo do senso comum se tornam consideravelmente maiores, na medida em que ao mesmo tempo em que se supera a distância entre teoria e prática, se possibilita a utilização de modos de organização e meios existentes nos lugares para produção e disseminação de conhecimentos, enquanto se resolvem simultaneamente questões de *legitimidade do sujeito* e de *intencionalidade do conhecimento* produzido, numa aproximação benigna com o espírito dos *saberes comuns*.

Parece claro que as referências metodológicas de participação e ação podem servir como veículo nos novos caminhos da ciência. Como métodos de educação, pesquisa social ou organizacional, campos em que são mais praticadas, apesar das críticas a que são submetidas,³⁰ cumprem bem o papel revolucionário a que se propõem, ao ampliar e fortalecer possibilidades de autonomia, de consolidação da cidadania e democratização dos saberes. A questão de considerá-las como método de planejamento e gestão, no entanto, demanda maior cuidado. Recupera-se, aqui, uma dúvida levantada no capítulo anterior: teriam as funções de planejamento e a gestão o mesmo objetivo fundador da ciência — a produção de conhecimento — ou, colocada de outra forma, seria possível uma *ciência de governo*?

Não parece que a resposta positiva seja possível sem que haja uma brutal redução em um ou ambos os termos. Um deslocamento tão brusco que impediria que *ciência* e *governo* pudessem sair inteiros de tal operação: para a intenção deste estudo, *governar é mais que conhecer*.³¹ É óbvio que, assim como a ciência lança mão de procedimentos do planejamento e gestão, as ações de governo se apropriam de

³⁰ Encontramos questionamentos pertinentes sobre a inconsistência teórica, sobre a validade dos conhecimentos produzidos, sobre a presença de *ideologismos* ou *misticismos* dos procedimentos, aos quais também poderiam ser dadas respostas consistentes na defesa dos métodos colocados. Não interessa, no entanto, aprofundar, aqui, as questões epistemológicas e metodológicas específicas, uma vez que o interesse se direciona, antes, para a *possibilidade da Pesquisa Ação Participativa como instrumento de governo*, e não especificamente como instrumento de produção de *conhecimento validado*.

³¹ De outro ponto de vista, é mais que lícito, também, afirmar: *conhecer é mais que governar*, ou, ainda, *saber é mais que conhecer*.

diversos procedimentos da ciência, mas daí a se transformarem em uma mesma coisa, vai uma distância impossível de ser vencida sem mutilações que os deformariam na essência. Uma integração cooperativa entre os dois campos, no entanto, parece ser um caminho seguro e, neste sentido, a pesquisa-ação participativa surge como excelente alternativa para integração em processos de empoderamento, de revelação de consensos, de mobilização social, de desenho e construção da ordem social democrática, tal como poderia ser definida uma pauta genérica de *governo cidadão*. A efetivação de tal pauta demandaria ainda um (ou vários) exercício(s) de síntese, capaz(es) de trazer para o nível do chão o desenho da constelação de métodos que guiaria o cidadão no rumo da autonomia.

3.2 Síntese e inversão: *planeação*

Um sistema de planejamento e gestão adequado ao exercício pleno da cidadania demandaria, ainda, um esforço de simplificação e algumas inversões. Poder-se-ia tomar, como ponto de partida, a idéia dos *quatro D's*, conforme proposto por Bernie Jones (1990): *desprofissionalização, descentralização, democratização e desmistificação*. Se as três primeiras já estariam suficientemente defendidas neste trabalho, restaria abordar a *desmistificação*, segundo a qual toda a *mágica* da atividade deveria ser desvendada, as dificuldades *aplainadas*, os processos elucidados, os instrumentos repassados, tal como em um resgate das origens etimológicas do planejamento. Poder-se-ia adotar, como pressuposto, também, a possibilidade de partir, de imediato, de uma situação em que planejamento e gestão sejam praticados concomitantemente, assim como praticados em modos de produção social e comunitária pré-modernos, tais como a organização coletiva de festas e mutirões.

A observação destas formas canônicas de atuação parece ter inspirado boa parte do trabalho de Demóstenes Romano Filho, Patrícia Sartini e Margarida Ferreira, do qual poderiam ser pinçados “[...] *jeitos diferentes de fazer bem feito.*” (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 85) Para o processo de *desmistificação* desejado por Bernie Jones (1990), interessariam, particularmente, as diretrizes de *intencionalidade*, de *compromisso ético com resultados*, da *informalidade organizada ou organização informal*, e de *naturalidade e simplicidade como princípios de gestão*. Seria possível organizar estas diretrizes em pares que se auto-referenciam. No primeiro pólo, integrando *intencionalidade e compromisso ético com resultados*, defende-se o foco da ação centrado nos fins, nos objetivos e metas. Neste caminho, não seriam admitidas ações que não tivessem resultados claramente definidos, não se gastariam tempo e recursos para se mover sem que se soubesse o *para onde* e o *para que*. O caminho mais curto e menos dispendioso seria sempre desejado e qualquer ação que não gerasse *resultado imediato* seria menos considerada. A intencionalidade e o compromisso com resultados, portanto, apelam tanto para a *necessidade de eficácia* nas ações sociais quanto para a *urgência* das transformações demandadas.

O segundo par integra a *naturalidade e simplicidade* como fatores essenciais nos processos de gestão, características da *organização informal* ou da *informalidade organizada* presente nas organizações populares mais eficazes. Tomando como exemplo a produção de uma festa junina, a formalização ou institucionalização de procedimentos e relações humanas, responsáveis pela existência da festa, nada traria de valor agregado ao resultado, podendo, no entanto, impedir ou dificultar o fluxo de informações e o desenrolar das ações comprometidas com os objetivos e metas a serem alcançados. A adoção da *naturalidade* e da *simplicidade* não significa uma simplificação de termos, a tal ponto que se caminhasse na direção da *simploriedade*. Da mesma forma, a admissão da *complexidade* das questões abordadas não pode ser confundida com a *complicação da realidade*. A complexidade exigiria, antes, um esforço de síntese no enfrentamento de questões, cujo resultado desejado seria a

solução simples, *elegante*, tanto nos termos das artes como nos termos da ciência, integradas, de tal forma que tendesse a se aproximar uma vez mais da idéia de *óbvio*. A *solução mais elegante* revelaria o caminho mais curto, a potencialização máxima dos recursos disponíveis, a menor quantidade de tempo e energia a ser gasta para se construir qualquer resultado: *fazer o máximo com o mínimo*.

Desta forma, à diferença dos modos modernos de planejamento e gestão, os processos não se iniciam pela produção de conhecimentos via diagnóstico, tal como é preconizado pela lógica da ciência moderna aplicada. Se *cidadãos adultos* são encontrados nos lugares em que habitam, deve-se supor que tenham conhecimento suficiente para iniciar um processo de governo pelas resoluções, pelas vontades, pelo *que se quer* naqueles lugares. É exatamente a partir do *que se quer*, do *sonho possível* (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 120), ou do “[...] imaginário convocante [que se expressa no] [...] consenso coletivo, entendido como *a escolha e construção de um interesse compartilhado*” (TORO; WERNECK, 2004, p. 37-39), que seria definido *o que pode ser feito* imediatamente e, se para isto, seria necessário algum tipo de informação ou conhecimento ainda inexistente. Pode ser que os conhecimentos e recursos disponíveis já permitam que se alcancem alguns resultados com ações simples, e estes (não os *mais importantes*) deveriam merecer antecedência. Enquanto isso, iniciativas voltadas para outros resultados, que demandem novos recursos e conhecimentos, poderiam correr em paralelo: elaboração de projetos, captação de recursos, investigações e estudos, articulação com outras organizações etc. Este processo simultâneo de plano e ação (ou gestão) encontra, no substantivo *planeação* (correspondente ao verbo *planear*), a sua expressão mais adequada e seu sentido mais preciso.

Se é possível descrever a trajetória convencional do planejamento moderno, em seu *modo compreensivo*, como uma linha seqüencial — decisão do poder público > diagnóstico > levantamento de problemas > estudo de alternativas > soluções > orçamento > priorização > projetos > levantamento de recursos > implementação >

resultados — pode-se perceber que, mesmo se resolvida a questão da legitimidade do sujeito, parece inadequada sua utilização para a gestão pública compartilhada. A estrutura coloca o alcance de *resultados* efetivos no final de um longo processo, em que os agentes locais assistem passivamente ou participam em papéis secundários, como se não estivessem em jogo o interesse e a vida deles próprios. Tal processo se apóia inteiramente no conhecimento do passado de um determinado lugar, levantado em um *diagnóstico* que parte da idéia implícita de uma *realidade doente*, carregada de *problemas* a serem *sanados* a partir da ação centralizada nas mãos de agentes externos, geralmente especialistas e representantes do poder público. A idéia de esperar o final do plano para, então, elaborar projetos, captar recursos e implementar ações, faz com que todos os agentes e recursos locais permaneçam imobilizados até a definição, por outros, do que deve ser feito, geralmente sem que se considere todo o potencial mobilizador e realizador do lugar. Nada pode ser mais incompreensível para a forma de produção do senso comum, do saber local, acostumado a produzir e alcançar resultados coletivamente desejados de modo muito mais eficaz.

Um modo elegante de *planeação*, no entanto, não poderia ser representado com a mesma facilidade em uma linha clara. O primeiro motivo é o de que não haveria um modelo único a se seguir, uma vez que se deveria, por princípio, incorporar os modos já existentes no lugar — saberes, informações, organizações, talentos e capacidades —, tomados como recursos *já disponíveis* para ação imediata. Mesmo assim, seria possível definir uma mínima seqüência de procedimentos, aberta e flexível, capaz de se adaptar à situação de cada lugar. Nesta estrutura, algumas inversões lógicas e temporais cumpririam papel fundamental, a começar pela definição prévia de resultados a partir da revelação de consensos existentes, além da explicitação dos conhecimentos e recursos já disponíveis. Neste processo, a *ação intencional* com *resultados imediatos* cumpre os papéis fundamentais de revelação de saberes e competências, de *animação coletiva* para atração de novos agentes e recursos, além de multiplicação do potencial de realização do processo de governo que

se inicia. Tal processo se apoiaria em um *conhecimento do futuro*, ou seja, *daquilo que se quer*, em que interessa muito menos o passado, o *como era* (ou *é*), uma vez que, do ponto de vista da *planeação*, trata-se, antes, de uma realidade que deve ser transformada, não necessariamente estudada. A necessidade de novos conhecimentos seria determinada por este *algo que se quer no futuro*, o que não é uma demanda absoluta, tal como crê um modo de planejamento que se quer científico. As primeiras inversões, que caracterizariam este jeito de governar *de trás para frente*, demandam, ainda, a resolução simultânea de algumas questões operacionais.

É importante ressaltar outra inversão fundamental para um processo de planejamento e gestão que inclua o *sucesso* como um de seus objetivos: o requisito obrigatório de efetiva mobilização social antes do início de qualquer plano. Desta forma, os processos de promoção do interesse público se apoiariam em sólida base social, alicerce que se manifestaria na forma de um *movimento de cidadania* capaz de *fazer fluir e deixar fluir*³² ações planejadas com o menor atrito possível. É de se esperar que este movimento possibilite a difícil integração de ações das diversas instituições do Estado — já que seus representantes estariam também incluídos como cidadãos do movimento —, bem como destas com as da iniciativa privada e organizações do chamado terceiro setor. Ao papel integrador do movimento de cidadania, se soma a possibilidade de servir, ao mesmo tempo, de combustível e lubrificante para a máquina do Estado, uma vez que se apresenta como alternativa de efetivação também de ações do Estado que sejam consideradas consensuais.

Apesar de tomar como referência roteiros já existentes, tanto de mobilização social quanto de pesquisa-ação participativa, o que se descreve a seguir é uma rota experimental, aplicada para gestão pública compartilhada, que pode servir como referência para outras experiências, desde que adaptada às condições de cada lugar. Mesmo para o experimento descrito no próximo capítulo, o roteiro proposto cumpre papel de *referência*, nem sempre seguida à risca, em respeito ao princípio de

³² Ver ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 93.

protagonismo dos agentes locais. Os momentos descritos se referem à consolidação de práticas exercidas em experiências anteriores de mobilização social pelas águas,³³ e dirigem o foco para o momento crítico de início da experiência, quando quebrar resistências e iniciar de fato o movimento se impõem como prioridade.

Esta referência metodológica parte do encontro de vontades já tratado no capítulo anterior. Este pode expressar uma *preocupação*, um *desejo* de criação ou de transformação, desde que tenha potencial para se tornar *interesse público*. É de se esperar que, deste encontro, surjam *peessoas animadas*, dispostas a conversar para *transmissão* de seus sentimentos e idéias, em um processo de *contaminação*. O momento seguinte seria o de *catalisação*, para usar o termo proposto por John Friedmann (1992). Segundo o autor, a “[...] ação comunitária espontânea tem escopo limitado. Agentes externos são necessários como catalisadores para mudanças, para canalizar idéias e recursos para a comunidade, além de servir como intermediários com o mundo exterior.”³⁴ (FRIEDMANN, 1992, p. 158, tradução do autor) Trata-se, portanto, da mesma função do *produtor social* de José Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004).³⁵

No momento da catalisação, o movimento está dirigido prioritariamente pela emoção, pela potência e vitalidade de um *discurso apaixonado*. Este tipo de discurso revela sua eficácia quando se buscam as *peessoas chave*, os potenciais *reeditores sociais*, na linguagem de Toro e Werneck (2004). Estas *peessoas que abrem portas*, que têm potencial de apresentar idéias para seus próprios públicos, são as que geralmente são encontradas em organizações locais — associações, igrejas, clubes, grupos de produção cultural. Apesar da procura nas instituições, a conversa sempre

³³ Especialmente no trabalho de *mobilização social pelas águas da Pampulha*, desenvolvido pelo Instituto Cidade em conjunto com cidadãos da Vila Ouro Preto — favela localizada nas cabeceiras do córrego da Cidadania, na bacia da Pampulha, em Belo Horizonte. (Ver também nota 23).

³⁴ “Spontaneous community action is limited in scope. External agents are needed as catalysts for change to channel ideas and resources to the community and to serve as intermediaries to the outside world.”

³⁵ Talvez, fosse imprescindível, aqui, levantar a necessidade de se identificar e capacitar um ou mais agentes locais com vocação para o papel de catalisador, sob o risco de manutenção, por longo tempo, de uma dependência indesejada. Apesar de crucial, esta é uma questão de difícil resolução, tanto pela eventual inexistência de agentes locais com tal perfil quanto pela validade do dito popular: *santo de casa não faz milagre*.

será dirigida para o cidadão, não para a instituição ou seu representante. É de extrema importância o caráter informal destas conversas, bem como a demonstração de confiança incondicional no interlocutor, independentemente de quem seja ou tenha sido.

À identificação de *reeditores* se seguiria uma *comunicação de oportunidade*, a explicitação da viabilidade, das condições de sustentação, dos resultados e benefícios que poderiam ser alcançados através do movimento, para cada um de seus participantes e para a própria coletividade. Aos agentes mais *animados* seriam, inicialmente, disponibilizados os princípios, conceitos e conteúdos da referência metodológica de mobilização social, de forma que se tornariam *reeditores* de um movimento que já lhes pertenceria. Já nos primeiros encontros, evitam-se qualquer semelhança com campanhas políticas ou publicitárias, eventos em que o espetáculo cumpre papel fundamental. Também a utilização de *dinâmicas* semelhantes a brincadeiras, que permite a interpretação de infantilização dos participantes, seria evitada neste momento. O primeiro desafio é o de transformar estes *encontros de cidadania* em *reuniões de governo*, quando seriam criadas as oportunidades para o diálogo informal, sem que se perca a chance para comunicação de conteúdos e combinações de movimentos imediatos.

Nesta referência metodológica, desde os primeiros encontros, adota-se o *discurso de choque* como tática para revelação imediata do poder do cidadão. Este choque permite que se esboce, já no primeiro encontro, uma agenda de atuação que inclui ações individuais e coletivas, além de resultados a serem construídos imediatamente, consolidando o que seria uma primeira *agenda de governo*. Após uma hora de apresentação de conceitos originais da mobilização, como a *ordem autofundada*, o princípio constitucional da origem de todo poder, as formas direta e participativa de governo, com suas formas de poder correspondentes — como *verbo* e

como *substantivo*³⁶ —, revela-se o fato de que todos os cidadãos têm o direito e a oportunidade de governar diretamente, desde que não haja ninguém contrário ao que será feito. Também deve ser explicitado que temos o direito e a oportunidade de cooperar com o Estado na promoção do interesse público, de complementar sua atuação, assumindo, como cidadãos, tarefas que o poder público não tem dado conta de cumprir *sozinho*, deixando claro ainda que ninguém tem o direito, na forma direta de governar, de excluir quem quer que seja, incluindo o próprio Estado e os representantes dos cidadãos no poder público.

A esta primeira revelação se segue uma conversa sobre o tema anteriormente identificado como oportunidade de consenso. Tal conversa deve se dar sob a forma de um *diálogo dirigido*, no qual são combinadas algumas regras que reforcem, simultaneamente, a informalidade das participações e a organização dos discursos, voltadas para conclusões rápidas: a) esquecer a idéia de representação: cada um fala por si, apenas; b) valorizar a presença: só interessam os que estão ali e agora (só eles podem decidir imediatamente e não faltarão outras oportunidades de decisão); não se fala dos ausentes (a não ser ao final, se for para inclusão no movimento); c) valorizar o presente e o futuro, não se falar do passado (*o passado não existe*): não se gasta tempo com o que não deu certo; o passado só serve se o exemplo e o resultado forem positivos, algo com potencial de ser reeditado; d) nenhum debate ou discussão deve durar mais que 5 minutos; se não houver consenso imediato, deve-se mudar de assunto, em busca de algo de que ninguém discorde, sendo que todos os presentes têm direito a veto; e) não se falar em problemas: quem se lembrar de um, deve pensar um pouco mais acerca das soluções, para, então, começar o discurso por elas. Desta forma, pode-se afirmar que *problemas não existem*, uma vez que, se há solução, o problema deixa de existir quando elas são alcançadas; se não há solução,

³⁶ O Estado ou o chamado *poder público* seria a manifestação efetiva do *poder substantivo*: substância ou espaço passível de disputa, ocupação, divisão e repartição, *instrumento* de determinação dos interesses particulares e coletivos em conflito na sociedade. Enquanto verbo, o poder é ação, movimento, transformação, sempre vinculada a um resultado futuro. Como toda ação, não se presta ser disputado, ocupado ou dividido, sendo um poder que deixa de existir imediatamente na ausência de movimento. Ver, também, ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 162.

então não se trata de um problema, mas de uma impossibilidade, sobre as quais não se há o que fazer.

Após as combinações iniciais, propõe-se uma dinâmica de *planeação*, que se inicia com perguntas cujas respostas são anotadas para que todos possam acompanhar, sendo a primeira delas: *se somos o governo, o que devemos e podemos fazer imediatamente?* Segue-se uma *tempestade cerebral*, sem qualquer tipo de censura, reforçando-se o momento de coleta de tudo aquilo que as pessoas desejariam fazer como governantes. No segundo momento, explicita-se o direito de veto universal: quem não concorda que alguma das propostas seja prioridade absoluta tem direito de eliminá-la, de preferência sem discussão. Esperam-se algumas poucas propostas, ou pelo menos uma consensual e, se não restar nenhuma, não haverá ação (a não ser que se aceite retirar algum veto). A existência de um resultado consensual (e uma ou mais ações a ele vinculadas) demanda seu detalhamento e organização, para se transformar em uma agenda para atuação integrada — ou um *plano de governo*. Em caso de se encontrar mais de uma ação/resultado consensual, divide-se o trabalho, de acordo com as vontades de cada um dos presentes. Em caso negativo, em que não se encontre nem uma alternativa de consenso, se interrompe o processo: o *poder verbo* não se manifesta, não há nada que possa ser feito diretamente e volta-se apenas para o campo da democracia representativa — até que alguma questão suficientemente madura venha a surgir como consensual em outra oportunidade.

Outro movimento que se iniciaria em paralelo ao de catalisação (sem necessária seqüência temporal) seria o de *inclusão*. Aqui, o discurso e a atitude se voltam para a *confiança incondicional no outro*, com o objetivo de *desarmar espíritos* e conquistar novos agentes para o novo modo de governo que se pretende propor. É fundamental que, desta forma, o movimento perca qualquer vinculação com determinados grupos ou tendências existentes nos lugares, ganhando em multiplicidade, na mesma medida que perde em centralidade. Evita-se, desta forma, atitudes de *posse, controle* dos processos decisórios e das ações, ou qualquer outro

procedimento que venha a caracterizar um(a) ou mais *cabeças* do movimento. Neste momento, haverá a oportunidade de se consolidar o primeiro encontro de vontades e de testar seu potencial para se tornar *vontade comum ampliada*, ou *interesse público*. O objetivo fundamental é iniciar a *tessitura* de uma rede de cidadania — difusa, informal, não institucionalizada, sem deixar de ser efetiva, organizada e poderosa na ação. Tal rede permitiria a ruptura de limites e o cruzamento de fronteiras entre grupos, lugares e organizações, a ponto de se estender por um domínio territorial ainda *sem dono*, mas que possa, ao mesmo tempo, ser enxergado como pertencente a todos.

O movimento de inclusão se complementa com a *articulação institucional*, quando são feitas visitas a todas as organizações públicas, privadas e da sociedade civil organizada, que tenham alguma atuação nos lugares ou na região onde se dará o movimento, para contato com lideranças e representantes institucionais. No momento de articulação, a ênfase se coloca na *linguagem diplomática*, sem que se deixe de comunicar, com clareza, os princípios, conceitos e diretrizes do exercício direto de governo. Ao objetivo de conquista do *apoio político* dos representantes, lideranças e instituições às ações do movimento deve se somar o de prover *segurança* para *inclusão não representativa* de cada um que se disponha a entrar no movimento — e para que aqueles que não se interessem pela participação efetiva não se sintam ameaçados por qualquer tipo de concorrência, superposição ou exclusão. A partir deste momento, além de agentes locais, *todas* as lideranças e representantes institucionais devem ser comunicados de *todas* as ações do movimento. Uma exclusão ou esquecimento pode fazer valer o que não é novidade para movimentos sociais: se lideranças e servidores públicos, com os poucos recursos de que dispõem, pouco podem fazer para ajudar, muito conseguem fazer para obstruir processos. Incluídos no movimento *como cidadãos*, geralmente se tornam grandes produtores, agilizadores, elementos que podem se tornar fundamentais para efetividade das ações.

O momento que se segue à catalisação, que marca o início do movimento, é propriamente o de *planeação*. Aqui, o foco do movimento se desloca para a razão, fluindo pelo *discurso da organização*, fazendo valer a constatação de que “[...] a emoção move e a razão só organiza.” (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 99) Neste movimento, mira-se o conjunto de ações organizadas vinculadas a resultados determinados. O conceito sintético de *organização da ação para resultados* é o que define a noção de *plano*, que deve estar colocado de forma simples e compreensível para o entendimento de todos os cidadãos, mesmo daqueles que eventualmente não participaram de sua elaboração. Ao contrário do plano diretor, trata-se, aqui, da possibilidade de um *plano dirigido* pelos cidadãos, desde sua gênese. A *não separação* de gestão e planejamento, assim como de teoria e prática, consolidada na proposta de *planeação*, por sua semelhança com o que ocorre no senso comum e em processos organizativos locais, pode ser facilmente traduzida na fórmula simples de *se fazer enquanto pensa (no que se faz) e pensar enquanto faz (o que se pensa)*.

O processo deste plano dirigido é colocado *de trás para frente*, em relação ao caminho do planejamento moderno, uma vez que inicia por *aquilo que mais se quer*. O foco se desloca do *conhecimento do passado* e dos *problemas*, que seriam levantados no *diagnóstico*, para um *futuro* que pede *soluções urgentes*, para o *caminho mais curto, simples e barato*, pela *lei do menor esforço*, na direção dos *resultados combinados* (com os quais se articula um *compromisso ético* de cada cidadão). Para se atingir o resultado pergunta-se, primeiramente, por recursos já disponíveis: conhecimentos, organizações, estrutura, recursos financeiros e, principalmente, *cidadãos animados*. Na questão específica do conhecimento, não se propõe um *diagnóstico* que tente conhecer muito, mas ao contrário, a pergunta é pelo *conhecimento mínimo*, demandado para alcançar o resultado de forma mais rápida e fácil. As ações que puderem ser organizadas com os recursos existentes começam imediatamente, com *acompanhamento* — não *controle*, que “[...] sinaliza mando,

domínio de uns sobre os outros” (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 89) — por todos os interessados.

Nos casos em que os resultados combinados exigem recursos ainda não disponíveis, a resolução destes nós (ou *gargalos*, para se usar a linguagem dos modelos estratégicos do planejamento moderno) passa também a ser prioritária, sem que se paralise as outras ações imediatas da agenda. A elaboração de projetos para captação de recursos financeiros ou busca de novos conhecimentos e informações não disponíveis passaria a se utilizar da *constelação de métodos* criados pela ciência moderna, disponíveis para apropriação pelos processos inclusivos de planejamento e pesquisa-ação participativa. A partir do primeiro giro da roda, após a catalisação, não há mais justificativas para que qualquer processo não seja efetivamente inclusivo e democrático. Neste momento, outro importante resultado esperado é que, ao longo dos planos e ações efetivadas, os agentes locais estejam continuamente se capacitando, ou se auto-educando, para os processos de gestão pública compartilhada. Desta forma, o papel do *produtor social*, para o qual o perfil do *especialista moderno em planejamento* se encaixaria muito bem, se aproxima muitas vezes daquele de um professor, um guia que apresenta fontes, instrumentos e conteúdos para os novos planejadores e governantes autodidatas.

Também em paralelo ao movimento que se inicia, deve-se colocar em alta conta as ações de *comunicação social*, tais como o registro, comemoração e divulgação de ações e resultados alcançados, visando dar máxima visibilidade para o movimento de cidadania, sem que isto signifique autopromoção, tanto individual como coletiva. O principal conteúdo da mensagem a ser veiculada são a viabilidade e a possibilidade de se chegar a resultados com simplicidade, algo que se encontraria ao alcance de todos, que já teria dado certo em um lugar que *não é especial*, realizado por *pessoas comuns*, mas de um jeito diferente, simples, barato e eficaz. Atenção especial deve ser dada ao *significado das palavras e ações comunicativas* (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 93-94), principalmente à forma como são

percebidas pelos diversos cidadãos. Evita-se, por exemplo, o uso do imperativo, sinal claro de autoridade, mando, tentativa de indução, comum em campanhas políticas e publicitárias (*venha, faça, participe, vote...*), assim como verbos que impliquem em um desnível entre os interlocutores (*conscientizar, capacitar, sensibilizar, responsabilizar...*) ou que denotem posse, controle ou indução (*convocar, convidar, intimidar...*). O uso dos *verbos no infinitivo* garantem, ao contrário, a expressão do livre arbítrio, a manifestação confortável da vontade de cada um, para que a característica voluntária da participação se manifeste mesmo através da atuação profissional: *age quem quer e quem quer pode governar*. Quem não quer, por outro lado, não merece ser incomodado apenas por expressar, através de sua ausência, a sua *vontade soberana*.

O foco deste movimento de comunicação se dirige tanto para o público interno (para reforço de ânimo coletivo e auto-estima, além de atração de novos agentes) quanto para públicos externos (visando ampliação do movimento, reforço do empoderamento dos agentes locais pelo reconhecimento externo e maiores chances para captação de novos recursos). A máxima circulação de informações (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 100-101) deve ser garantia de transparência em todos os momentos, uma vez que aqui se trata do *interesse público*. Neste sentido, a *publicidade* dos conhecimentos gerados não pode ser confundida com *propaganda*, devendo se evitar o uso de peças gráficas sofisticadas, cuja linguagem esteja longe do universo da maioria dos receptores. Disponíveis nos diversos meios que se façam viáveis — com preferência, sempre, para a *linguagem informal*, mais próxima da linguagem oral que da escrita —, as informações devem ser repassadas segundo os mesmos princípios da ética acadêmica (mesmo que se evite a sua linguagem técnica), com respeito pleno à autoria através da citação de todas as fontes.

O movimento de comunicação prepara terreno para a questão que parece ser a mais delicada, porque a menos abordada na literatura, talvez por ser menos testada ou com menor índice de sucesso nos métodos de empoderamento, participação,

mobilização social e outras formas de construção de democracia estudadas. A singularidade e limitação das inúmeras experiências bem sucedidas em escala local, que denota a dificuldade de reedição em outros lugares, é apontada por John Friedmann (1992, p. 158) na primeira de suas dez conclusões: “[...] não basta ser pequeno e local.”³⁷ As escalas dos problemas geralmente são muito maiores que a escala das ações e dos lugares, o que exigiria uma estratégia de ampliação e multiplicação de resultados que parece ainda não existir. Alguns autores chegam mesmo a apontar a impossibilidade de replicação do sucesso de experiências de caráter local, que não seriam *generalizáveis* pela impossibilidade de reedição do carisma e do ânimo, bem como do investimento financeiro e ideológico requeridos dos primeiros experimentos, tal como argumenta Devaki Jain³⁸ (citado por FRIEDMANN, 1992, p. 141).

Como fugir da síndrome da *gota no oceano*, ou da imagem usual do beija-flor apagando o incêndio?³⁹ Encontrar uma resposta para esta questão talvez seja o maior desafio para que os movimentos de cidadania se imponham como caminho viável de transformação em escala maior do que a local. No caso de experimentos em países de escala continental, com uma mega diversidade cultural e biológica como a do Brasil, a questão ganha tamanha complexidade que é plausível supor a impossibilidade de movimentos de cidadania efetivos em escala nacional. Se a escala local é certamente insuficiente e a nacional presumivelmente impossível, a regional surge como o universo mais oportuno para os experimentos de gestão pública compartilhada. O desafio da reedição, no entanto, está longe de ser resolvido.

A conquista da escala ampliada, não pelo caminho da luta e da vitória política (sempre reversível) para ocupação do Estado, mas por *contaminação*, até o nível de

³⁷ “To be small and local is not enough.”

³⁸ JAIN, 1989, p. 76. (Sem referências bibliográficas completas em FRIEDMANN, 1992).

³⁹ “Um beija-flor se colocava em risco de vida numa floresta ao enfrentar um incêndio. Com gotas d’água no bico e nas penas, ele aspergia as labaredas, num vaivém, do fogo ao riacho, que já lhe exauria as energias. E, já exausto, ainda teve de ouvir o atrevimento de um mico que passava pelo local: ‘Que que é isso beija-flor, você não vê que o fogo só está aumentando?’ Ao que o beija-flor respondeu quase sem fôlego: ‘O que está ao meu alcance eu estou fazendo’.” (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 119)

uma *infestação generalizada*, de uma *pandemia democrática*, parece ser um caminho teórico e prático ainda não explorado. O aprofundamento de processos de empoderamento em determinado lugar e sua expansão ou transbordamento para outro lugar, em processo de replicação espontânea, surgem como possibilidades não suficientemente testadas (se é que já o foram algum dia). As possibilidades tecnológicas contemporâneas podem contribuir, de forma inédita na história humana, para experimentos deste tipo. A idéia de *marketing virótico*, noção expandida do chamado *boca-a-boca*, que se potencializa até em escala planetária através da Internet, poderia, por exemplo, vir a ser um dos modelos estudados para aplicação em mobilização social.

Talvez as novas ciências do empoderamento tenham ainda muito que aprender, também nos campos da biologia e da informática, com os mecanismos de procriação e transmissão de vírus, bactérias e outras formas de vida capazes da auto-reprodução, transmissão e infestação para conquista definitiva de novos territórios, da mesma forma que os mecanismos de contaminação informática, que os *hackers* poderiam ensinar. Outra pista pode surgir quando se volta para a história do beija-flor, com a intenção de encontrar, para ela, um outro final.

Essa historinha provoca suspiros como símbolo de heroísmo e altruísmo, [...] como referência de ação social e de consciência ecológica. Pessoas que aceitam essa história como símbolo [...] talvez não percebam que esse jeito de pensar é que nos leva aos resultados sociais e ambientais expressos na quantidade e na qualidade das Águas nos rios, na superpopulação do sistema penitenciário e em tantas mazelas que nos infelicitam. *Beija flor não apaga incêndio*: nem um, nem mil, nem milhões. [...] *Beija flor foi criado para ser polinizador* [...]. Uma forma de terminar essa história com coerência, consistência e conseqüência é o beija-flor fazer, realmente, o que está ao seu alcance: ser um articulador [...]. (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 119-120)

4. DA PRÁTICA: GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA NO RIO CARÁIVA

4.1. Para revelação de um consenso: a oportunidade da água

Dos temas mais presentes no debate sobre a questão ambiental (biodiversidade, mudanças climáticas, energia, transgênicos etc.), nenhum parece ter o mesmo potencial mobilizador que o da água. Por estar presente em todos os seres vivos, ou por representar com clareza idéias de transparência, fluxo e ciclos, a água é símbolo da vida em diversos contextos culturais e religiosos. Sua escassez ou excesso, nas secas, enchentes e deslizamentos, configuram os fenômenos naturais mais críticos no Brasil. Da mesma forma, a maior parte dos problemas de saúde pública no País continua associada à qualidade da água, à indisponibilidade de serviços adequados de saneamento básico. A facilidade de explicação e assimilação contribui para que o ciclo da água seja um dos fenômenos naturais mais compreensíveis para cidadãos de todas as idades, incluindo os de baixa escolaridade.

A *compreensividade* potencial da água, nos dois sentidos do termo, possibilita abordagens de amplo espectro temático, capazes de equacionar simultaneamente alguns dos problemas mais críticos para o planejamento e gestão territorial: erosão e perda de solos, assoreamento, abastecimento urbano e industrial, dessedentamento humano e animal, poluição hídrica, captação e tratamento de efluentes, gestão de resíduos sólidos, controle de zoonoses, impermeabilização do solo, enchentes, deslizamentos, geração de energia, recuperação de cobertura florestal, proteção da biodiversidade, irrigação, sustentabilidade agro-silvo-pastoril, transporte fluvial, turismo, lazer e, em uma visão mais generosa, saúde, educação, geração e distribuição de riquezas. Este potencial permite que a água se configure como porta de entrada para uma abordagem sistêmica inovadora, assumindo o papel de síntese e eixo simbólico em uma outra compreensividade, passível de aplicação ao planejamento e à gestão territorial, *replanteada*, como quer Ermínia Maricato (2000, p. 188), de forma compreensível para todo e qualquer cidadão.

Se é possível enxergar, nesta abordagem, uma oportunidade única de catalisar amplo consenso para a sustentabilidade socioambiental, os autores do discurso dominante sobre o ambiente, no entanto, parecem estar pouco atentos ao caráter compreensivo e potencial mobilizador da água, preferindo encaminhar ameaças alarmistas de escassez, contribuindo para a imobilização do cidadão e da sociedade diante de um problema cuja resolução estaria, supostamente, muito além de suas capacidades. A abordagem de Lester Brown (2003), por exemplo, parece ter claro objetivo de disseminar o medo, com resultados potencialmente desastrosos, a não ser que a intenção seja, mesmo, a de controle e dominação do outro. O autor não leva em conta conhecimentos básicos sobre o ciclo da água: nas suas palavras, ela parece estar se extinguindo no planeta, porque é *insustentavelmente* “[...] consumida [pelo] [...] crescimento populacional acelerado, [pela] [...] industrialização” e pela irrigação (BROWN, 2003, p. 37). Mas para onde estaria indo toda esta água *desperdiçada* em alimentos e grãos, na irrigação e na indústria?

Também Leonardo Morelli (2003, p. 20) tenta o caminho do medo, mas opta por uma *teoria da conspiração*, na qual os *estrategistas do domínio global* estariam financiando, inclusive, a implementação da legislação brasileira sobre águas, com seu “[...] espírito falsamente participativo, [...] tudo orquestrado pelo FMI, via Banco Mundial”. Tais *estrategistas* estariam *permitindo* o envolvimento das comunidades, *ainda que superficial*, para preservação das reservas de água “[...] para negociação com as futuras gerações” (MORELLI, 2003, p. 20) (mesmo que estejamos todos mortos até lá), motivo das “[...] ambiguidades das legislações e práticas governamentais submissas aos interesses econômicos”. (MORELLI, 2003, p. 20)

Já Aldo Rebouças (2003, p. 38) desliza ao tratar por *desperdícios da água* atitudes tais como “[...] tomar banhos muito prolongados, varrer calçadas, pátios e lavar carros com jatos de mangueiras, usar bacias sanitárias que necessitam de 18 a 20 litros por descarga [...]”. Ora, se pudéssemos compreendê-los, os habitantes dos rios certamente nos agradeceriam por atitudes generosas como estas, que diluem a

sujeira que despejamos diariamente nas águas e melhoram as condições ambientais para todas as formas de vida a jusante. O autor ainda escorrega junto com a FAO que “[...] estima que cerca de 60% da água que é fornecida aos projetos de irrigação no mundo se perdem (sic) por evaporação ou percolação.” (REBOUÇAS, 2003, p. 38). Também aqui cabe a mesma pergunta: esta água *se perderia* exatamente para onde? Vale a ressalva de que o autor disponibiliza a correta informação de que a água doce que evapora e cai de volta sobre os rios é 7 vezes maior que a demanda humana mundial, permitindo a colocação dos problemas e soluções nos seus devidos lugares: na distribuição e concentração da população pela superfície da terra, no acesso das pessoas a águas pluviais e superficiais, na constatação de que as chuvas continuarão, limpas, a cair sobre nossos tetos. Deste ponto de vista, é plausível a afirmação: não existiria propriamente uma *questão das águas* no planeta, mas uma *questão das terras* — além, é claro, da *questão dos recursos e das riquezas*, todas referentes à distribuição e utilização pelas comunidades humanas.

Uma intenção de mobilizar a sociedade não pode afirmar, com honestidade, que existe qualquer problema insolúvel em relação à quantidade e à qualidade das águas do planeta. O que se pode afirmar é que a atual relação humana com as águas pode colocar nossa espécie em risco, não de extinção, mas de se submeter a distâncias, custos e conflitos cada vez maiores para alcançá-las, o que, certamente, não é pouco. Mais importante, no entanto, seria ressaltar que uma mudança coletiva de visão e atitude pode ser capaz de reverter este quadro, através da adoção de idéias e ações muito simples, nas bacias em que vivemos: repor florestas, reverter a impermeabilização do solo, parar de sujar águas próximas ou captá-las das chuvas antes que se sujem, pois o próprio ciclo da água contribuiria com a autodepuração ao longo do tempo. Esta é uma informação que merece ser colocada de forma que as pessoas possam entender como verdade simples e cristalina, mesmo que se apele para imagens de pouca *densidade científica*.

A água do planeta terra não está diminuindo nem uma molécula e nem vai diminuir no reservatório total dos oceanos, das geleiras, dos rios, dos subsolos e da atmosfera: ela só está ficando mais longe dos que não cuidam de nascentes, de águas de chuvas e de áreas de recargas. Ela só foge de quem não zela por sua qualidade, como um cachorro corre de quem o maltrata. (ROMANO FILHO; SARTINI; FERREIRA, 2002, p. 36)

O poder de síntese do discurso sobre a água se reforça com a implementação da Lei das Águas (BRASIL, 1997), que se revela como grande oportunidade para experiências de gestão pública compartilhada, possibilitando, ainda, a transcendência da escala do lugar para a escala regional. Se já se questiona a efetividade de soluções locais para as questões ambientais, a incoerência da delimitação política territorial de estados e municípios em relação às lógicas do meio físico (águas, geologia, biomas etc.) em nada contribui para a racionalidade do planejamento e da gestão dos territórios. Torna-se clara a necessidade de instrumentos de planejamento e gestão em escala regional, o que nos leva, primeiramente, ao problema de definir os limites do local e do regional:

[...] se o local não remete a qualquer circunscrição ou realidade social reconhecíveis, como operar conceitualmente com tal noção? A resposta [...] ressuscita a velha noção de *região de planejamento*, que deu por encerrada a discussão sobre o conceito de região com a sábia e pragmática conclusão de que "*região é o espaço escolhido pelos planejadores para intervir.*" (VAINER, 2001, p. 143)

Se Carlos Vainer (2001) se dá conta da esperteza inócua dos especialistas, não chega a apresentar soluções, apesar de demandar, oportunamente, a atuação simultânea em diversas *escalas de poder*, numa *perspectiva transescalar* integradora de princípios e instrumentos do planejamento urbano e regional, focados na questão ambiental. A Lei das Águas, no entanto, quando define a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, resolve a questão de delimitação da escala regional com clareza insuspeita, criando a primeira instância brasileira de governo cujo território possui fronteiras políticas coincidentes com limites geográficos *naturais*. Ao designar um comitê quadripartite para a gestão deste território, com representação do poder público limitada a 50%, a Lei abre espaço para participação direta de "[...] usuários

das águas de sua área de atuação” (BRASIL, 1997, p. 10) e de cidadãos organizados em “[...] entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia” (BRASIL, 1997, p. 10), potencial elo de ligação com movimentos de cidadania que venham a ser criados. Este comitê já nasce, portanto, como um fórum privilegiado, capaz de consolidar as *estratégias transescalares* demandadas por Carlos Vainer (2001).

As organizações da sociedade civil, locais ou regionais, muitas já envolvidas em experiências de gestão ambiental compartilhada em curso no País, parecem também não ter percebido o potencial que o sistema de gestão previsto na Lei das Águas coloca à disposição do movimento ambientalista. É possível que um novo modo de atuação esteja sendo demandado, em que o discurso da água possa cumprir um papel estratégico, ao integrar interesses dos cidadãos que atuam pela proteção da biodiversidade, pela mitigação de impactos sobre o clima, pela sustentabilidade da produção e justa distribuição de riquezas, com ações que contemplem interesses consensuais de proprietários rurais, populações urbanas, iniciativa privada e representantes do poder público.

O atendimento desta demanda norteou a experiência que se apresenta neste capítulo, iniciada a partir da identificação de uma *vontade de ação* de moradores do povoado de Caraíva, próximo ao Monte Pascoal, no município de Porto Seguro, Bahia. Logo nas primeiras conversas sobre a possibilidade de reversão dos impactos verificados sobre as águas do rio Caraíva, em meados da década de 1990, revelou-se uma intenção consensual imediata entre os cidadãos do lugar: atuar para a proteção efetiva das águas do rio e de seus afluentes, através da reposição de matas em suas margens e cabeceiras. A forma de atuação coletiva deveria ser decidida após contatos e conversas com *todos os fazendeiros da bacia*, sendo esta, portanto, a primeira ação consensual a ser colocada em prática pelos cidadãos da vila. O que se relata a seguir são as primeiras conseqüências desta decisão e o resultado parcial de uma experiência de mobilização social para gestão pública compartilhada da bacia do rio Caraíva, ainda

em andamento, que tende a desembocar na criação de um comitê gestor deste território pelos cidadãos que nele habitam. No estágio em que se encontra, talvez não possa ser adequadamente considerado como um *estudo de caso*. Presta-se, no entanto, para ilustrar alguns dos conceitos, princípios e métodos apresentados nos capítulos anteriores, que também serviram como referências para a atuação de habitantes da bacia, atualmente integrados a uma rede mais ampla de cidadãos e organizações que atuam pela proteção da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia.

4.2. O lugar original



FIGURA 1: Vista geral do povoado de Caraíva



FIGURA 2: Caraíva, vista pelo rio

A foz do rio Caraíva abriga, desde meados do século XVI, um povoado com o mesmo nome, conhecido até o século XIX como *Cramimoã* (ou *Memoã*). Sua população é composta, principalmente, por descendentes dos índios Pataxó, que ali

habitam desde antes do chamado *descobrimento do Brasil*. Esta afirmação, contestada por autores (como ALVIM, 2000, p. 79-89) que se baseiam no fato de que os primeiros contatos dos portugueses se deram com os Tupiniquim, encontra defesa nos que alegam não terem sido estes os únicos habitantes da região em tempos pré-cabralinos.

Sabe-se hoje que os Tupi avançaram, vindos do sul, pela costa leste e nordeste do Brasil, dela desalojando diversas outras etnias, em geral dadas como afiliadas ao tronco Macro-Jê (Urban, 1992)⁴⁰, apenas no máximo alguns poucos séculos antes da intrusão européia (Métraux, 1933)⁴¹ e que, apesar de terem consolidado seu domínio sobre o litoral, incursões belicosas dos povos do interior eram ainda freqüentes no limiar do século XVI, o que nos ajuda a compreender os desdobramentos do processo de colonização nos três séculos seguintes. (SAMPAIO, 2000. p. 2-3)

Há indícios de que estas incursões tenham prosseguido mais tarde, fazendo das vizinhanças do Monte Pascoal, paradoxalmente, uma das menos ocupadas por portugueses nos séculos seguintes, terras consideradas *ermas* até fins do século 20.

O isolamento relativo de Caraíva, somado à ausência de culturas agrícolas tradicionais na região (como o cacau), são indícios de que se trata de território majoritariamente habitado por povos indígenas até meados do século XX, o que explicaria, também, a presença marcante da floresta atlântica até a década de 1960. Com José Augusto Sampaio talvez concordasse Teófilo Otoni, que, em 1858, registrou:

Da história pouco achei que aprender. Qualquer principiante de geografia nos dirá: Que Pedro Álvares Cabral achou em Porto Seguro os tupiniquins [...] os quais aceitando francamente a civilização portuguesa, e aliando-se em casamentos com os europeus, fizeram prosperar [...] a Capitania de Porto Seguro [...]. Que poucos anos durou a prosperidade [...] porque os aimorés, abatirás e pataxós descendo das serras que habitavam exterminaram portugueses e tupiniquins a tal ponto que em 1587 só restava um engenho em toda a Capitania, continuando por dois séculos em completa decadência, pois que ainda no reinado de D. José, diz Fernando Diniz, constar a velha capitania de duas aldeias [...]. Que por estes tempos [...] aí

⁴⁰ URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁴¹ MÉTRAUX, Alfred. Les migrations historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la société des americanistes*, N.S. XIX, Paris, 1933.

encontraram por toda a parte desde o rio Doce até o de Belmonte, botocudos, que os historiadores foram sem exame declarando que eram descendentes dos aimorés sem se darem ao incômodo de explicar que fim tinham levado os abatirás, pataxós, papanaus, machacalis, e outros cujos nomes figuravam no tempo da descoberta como habitantes daquela redondeza. (OTONI, 2002, p. 40)

É plausível pensar, pela conformação de seu desenho urbano, que Caraíva tenha sido construída como um posto avançado do colégio jesuíta de Porto Seguro, para catequização dos índios, provavelmente na mesma década da fundação desta cidade, o que faria do local o segundo núcleo urbano mais antigo da região.

Inicialmente chamada de Vila de Cramimoã, Caraíva foi provavelmente fundada por colonos portugueses após a chegada de Pero de Campo Tourinho, o primeiro donatário da Capitania de Porto Seguro, que desembarcou na colônia em 1535. [...] Mais tarde, alguns relatos deixados por viajantes forneceram pistas de como o local era no início do século XIX. Um desses [...] foi feito pelo naturalista alemão príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, que descreveu assim a sua chegada a Caraíva, em 1816: "O sol já se punha quando alcançamos o vilarejo índio de Cramimoã, que foi construído, por ordem do ouvidor, num morro à margem do rio, servindo mais como destacamento militar, com o nome de Quartel da Cunha [...] não foi pequeno o espanto dos índios ante tão desusada e tardia visita de uma tropa carregada a esse lugar solitário [...]". (ARANTES, 2001, p. 107)

Nota-se que o sentimento de isolamento do lugar não é recente. Em poucas décadas do século XX, esta realidade foi modificada por um breve surto de desenvolvimento econômico, baseado no beneficiamento de produtos da mata, principalmente madeira e piaçava. Segundo relatos de moradores mais antigos, também registrados por Antônio Arantes (2001), a construção de um *estaleiro de serras* possibilitou que a vila, pela primeira vez, experimentasse a sensação de integração com o mundo externo, sensação logo interrompida por um trágico acidente.

Moradores [...] se lembram de canoas que desciam o Rio Caraíva abarrotadas de mercadorias [...]. A vila chegou à década de 1940 com bom comércio e infra-estrutura estabelecida. Havia ferreiro, mecânico, padaria, armazém, cartório, juiz de paz, estaleiro, telégrafo e abundância de alimentos [...]. Todos os meses, barcos saíam de Salvador e Aracaju e atracavam no porto para carregar tábuas produzidas na serraria. No estaleiro, construía-se barcos para 8 ou 12 passageiros. Conta-se que em 1934 foi feito o lançamento do navio "Monte Pascoal", com capacidade para transportar 8 mil sacas de cacau

[...]. Mas uma tragédia marcaria a história de Caraíva. Ao meio-dia de 26.07.1948 a caldeira da serraria explodiu, matando seu maquinista e arremessando peças de ferro a grande distância. (ARANTES, 2001, p. 109-110)

Após a explosão da caldeira, os proprietários da serraria abandonaram todas as suas propriedades e nunca retornaram. O declínio da economia provocou forte migração e a vila foi definhando, vendo desaparecer o cartório, a linha do telégrafo, os armazéns e casarões, símbolos da breve pujança. A maior parte dos que permaneceram foram os descendentes dos índios que ali residiam, que retornaram às mesmas poucas atividades extrativistas de antes.

Atento a tudo, o príncipe não esqueceu de observar o dia-a-dia dos moradores: "Vivem eles de suas plantações, da pesca no rio e no mar, tirando da floresta estopa e embira, que vendem em Porto Seguro. Sendo raras e extremamente caras, na costa, a pólvora e as balas, fazem, em parte, nas caçadas, uso dos arcos e das flechas, que vão buscar aos pataxós, nas florestas vizinhas, trocando por facas. [...] Se bem tenham sido aí colocados pelo ouvidor com o fim expresso de ajudar os viajantes a passar o rio, [...] vivem sobretudo nas suas roças situadas nos arredores. São fortes e robustos, mas tão indolentes que, com mau tempo, preferem ficar sem viveres nas cabanas que enfrentar qualquer dificuldade no trabalho". (ARANTES, 2001, p. 108-109)

A descrição dos costumes do século XIX pouco difere do que podia ser relatado sobre Caraíva até 1974, quando a vila foi tombada como patrimônio nacional e a maior parte da população, cerca de 400 habitantes, então, sobrevivia exclusivamente do extrativismo marinho e florestal. A transformação de Caraíva em destino turístico, a partir da década de 1980, rompeu o isolamento pela segunda vez e promoveu significativa mudança na economia local, com grandes impactos na paisagem e nos costumes. A população, que hoje alcança cerca de 800 pessoas (aproximadamente 20% não nativos), vive principalmente de pequenos negócios imobiliários e serviços de turismo — restaurantes e pousadas.

Ainda hoje é significativa a atividade da pesca artesanal, mas a forte herança indígena se esconde por trás dos costumes adquiridos pelo contato com a cultura luso-brasileira e a economia capitalista. É possível enxergar Caraíva como um *lugar de índios* que decidiram viver como *não índios*, herança que remonta ao primeiro contato

com os jesuítas, dando origem a uma cultura brasileira local singular. O povoado se situa em uma pequena ponta de terra, a seis quilômetros da aldeia de Barra Velha, no Território Indígena Pataxó, onde vive grande parte de parentes dos moradores de Caraíva. A passagem do *vilarejo índio de Cramimoã* para a *vila de pescadores de Caraíva* esconde a identidade original do povoado, mas não impede o afloramento do grande conhecimento sobre o ambiente, águas e matas do lugar, heranças da cultura Pataxó.

O atual território da reserva indígena, tendo o rio Caraíva como seu limite norte, pertenceu aos domínios originais do Parque Nacional de Monte Pascoal, demarcado em 1961, após outro trágico evento, em 1951, em que os moradores de Barra Velha, então chamada Bom Jardim, foram massacrados e expulsos de suas terras pela Polícia Militar da Bahia (SAMPAIO, 2000, p. 7). Numa estranha inversão de valores, os índios Pataxó por muito tempo foram (e para alguns ambientalistas, ainda são) considerados *invasores* do Parque Nacional e predadores de suas matas, algo que, estranhamente, não se afirma em relação aos madeireiros e pecuaristas da região.

Se o impacto do turismo mudou a configuração da economia regional e da sociedade local, o maior impacto sobre o ambiente e a cultura, no entanto, teria se iniciado bem antes, com a abertura e posterior asfaltamento da BR 101, no início da década de 1970, além da implementação, com incentivos fiscais do governo federal, do *pólo madeireiro de Itabela*, que atraiu para a região diversas famílias de madeireiros e serrarias vindas do Espírito Santo. A partir desta época, teve início o devastador processo de retirada intensiva da floresta, com a concomitante instalação de carvoeiras e implantação de pastagens para pecuária extensiva. Também a cultura do mamão ganha amplo espaço em uma economia fortemente caracterizada pelo extrativismo, principalmente da piaçava e da madeira, esta, por muito tempo, beneficiada nos estaleiros de Caraíva.

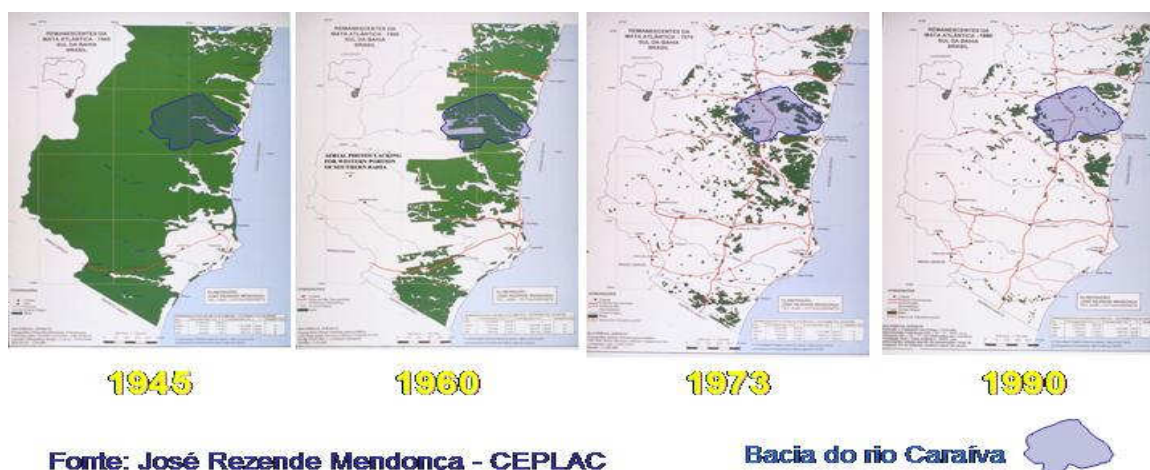


FIGURA 3: Desmatamento no extremo sul da Bahia. (Cedida pelo Instituto BioAtlântica).

A bacia do rio Caraíva, neste contexto, passa a ser uma das maiores fornecedoras de madeira para as serrarias e tem sua paisagem radicalmente transformada, ao longo de três décadas, devido não apenas à retirada seletiva da madeira, mas, também, aos grandes incêndios florestais para posterior implantação de pastagens e de culturas (de café e de mamão) — fato que acontece na região até hoje.

Na década de 1990, quase toda a exuberante floresta atlântica havia sido retirada e o processo de desmatamento, obviamente, já não se dava na mesma velocidade. Neste momento, surge, na bacia, a atividade que se torna o mais forte determinante do ambiente socioeconômico regional, a eucaliptocultura. Se os plantios de eucalipto na bacia seguem um padrão que não se configura como problema ambiental tão grave como em outros territórios, o mesmo não se pode afirmar sobre os impactos sociais da sua chegada. Mesmo que o saldo de postos de trabalho seja positivo, o desemprego de trabalhadores rurais das antigas propriedades é um grande passivo ainda não solucionado.

Ao final da década de 1990, a vila de Caraíva já havia assistido, também, a profundas transformações no ambiente político e organizacional. Duas associações surgiram, com interesses diversos e concorrentes: a primeira, a Associação Pró Eco-

turismo de Caraíva (PROECO), reunia os principais proprietários de pousadas e restaurantes no local (na maior parte não nativos, mas incluindo, também, alguns poucos empreendedores nascidos na vila), e a Associação dos Nativos do Povoado de Caraíva (ANAC) (que também incluía alguns dos *de fora*), fundada posteriormente, articulava os interesses da maior parte da população tradicional. Essa configuração expressava (e ainda expressa), com bastante clareza, a principal cisão da nova sociedade local, entre os nativos e *os de fora*, um espelho fiel da divisão de classes do povoado. Certamente, trata-se de organizações rivais, que disputavam (e ainda disputam) espaço na política local, geralmente discordando nos principais temas da pauta para organização e desenvolvimento socioeconômico local: administração do distrito, serviço de coleta de lixo, instalação futura de energia elétrica, melhorias nas estradas de acesso, nível de ruído das atividades e as disputas comerciais entre os respectivos empreendimentos.

Antes mesmo da chegada do eucalipto, começava a se tornar patente, para os moradores da foz do rio Caraíva, a diminuição de volume e o assoreamento de corpos d'água, principalmente nos afluentes do rio principal. Também começava a ser observada maior mortandade de peixes e caranguejos, além de relatos de *morte de nascentes* e deslizamentos de encostas nas fazendas da região. Surgem, neste momento, em Caraíva, as primeiras conversas sobre reposição de matas nas cabeceiras dos rios e os primeiros questionamentos das atividades econômicas desenvolvidas na bacia, com destaque para uma forte desconfiança em relação às grandes plantações de eucalipto, inicialmente identificadas, pela população, como as principais causadoras dos problemas verificados. Desde o início, portanto, se configurava, claramente, uma dupla vontade de ação e de conhecimento, direcionadas para identificação e erradicação das causas, além de reversão dos impactos observados sobre as águas na foz do rio.

4.3. Território, lugares e organizações

Do ponto de vista político-administrativo, o território estudado se localiza na Região de Planejamento do Extremo Sul do estado da Bahia. Do ponto de vista ambiental, *stricto sensu*, se encontra no domínio original do bioma Mata Atlântica, mais precisamente, no *Corredor Central da Mata Atlântica*.



FIGURA 4: Domínio original da Mata Atlântica (BRASIL, 1993): mosaico de formações florestais. Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica (Disponível em: <www.sosmatatlantica.org.br/?secao=atlas>.).

O domínio da Mata Atlântica abriga, ao mesmo tempo, uma das maiores biodiversidades do planeta e aproximadamente 75% da população brasileira. Não é de se admirar que seja um dos biomas mais ameaçados no mundo, tendo perdido, nos últimos cinco séculos, mais de 90% de sua cobertura original, ou 1,2 milhão de km² de florestas. Os menos de 8% restantes se encontram com alto grau de dispersão e fragmentação, colocando em alto risco a mega-diversidade ainda existente.

A questão se agrava quando se tem ciência do muito que ainda não se conhece em relação a este bioma, e quando se constata que a história da sociedade brasileira, em muito construída com os recursos retirados das florestas, continua em marcha sobre o que ainda resta das mesmas. A pequena parte do grande mosaico de vegetação original que sobreviveu ainda possui uma riqueza biológica e grau de endemismo incomuns em outras partes do planeta.



FIGURA 5: Corredor Central da Mata Atlântica.
Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica
(Disponível em: <www.sosmatatlantica.org.br/?secao=atlas>.)

Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica (SOS MA), restariam apenas 7% da cobertura original do domínio no Brasil. O Corredor Central da Mata Atlântica inclui a maior parte do estado do Espírito Santo e a porção sul do estado da Bahia. Sua cobertura florestal original é superior à média do domínio da Mata Atlântica, chegando, atualmente, a 12% de uma área superior a 8,6 milhões de hectares.

No Corredor Central, foram registrados recentemente os dois recordes mundiais de diversidade florestal (espécies de plantas arbóreas por hectare) na região serrana do Espírito Santo (476 espécies arbóreas/ha) e no Parque Estadual da Serra do Conduru, no sul da Bahia (454 espécies por/ha).⁴² A dinâmica de uso do solo nesta região é determinada, principalmente, pelas culturas do café, cacau e eucalipto, além da pecuária.

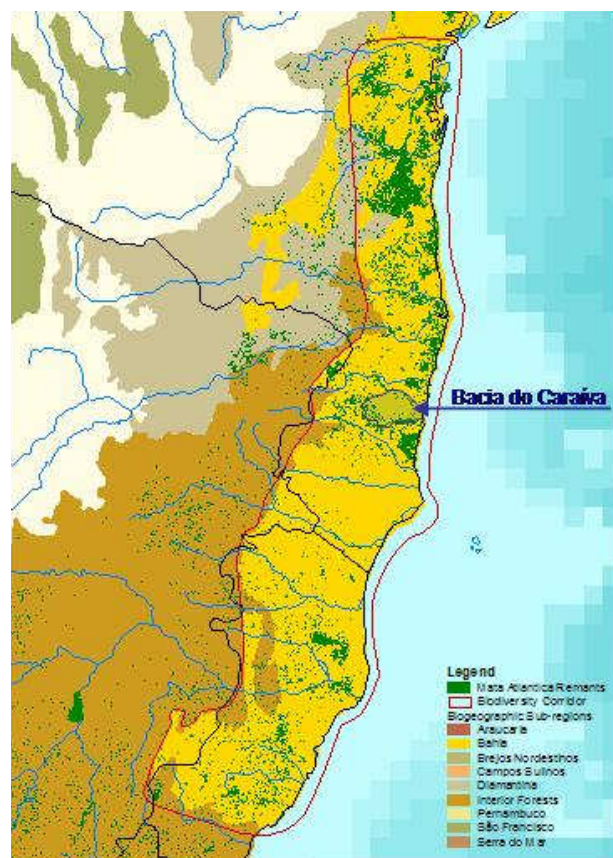


FIGURA 6: Bacia do Caraíva no Corredor Central.
Fonte: CEPF, 2001, p. 8.

⁴² Disponível em: <www.conservation.org.br>.

Em função da mega-diversidade e do alto grau de endemismo, o Corredor Central é considerado uma das mais importantes áreas para proteção ambiental no planeta, o que justifica seu reconhecimento como *sítio do patrimônio mundial e reserva da biosfera*, pela UNESCO. A bacia do rio Caraíba ocupa posição estratégica no Corredor Central, entre fragmentos significativos de Mata Atlântica protegidos em unidades de conservação.

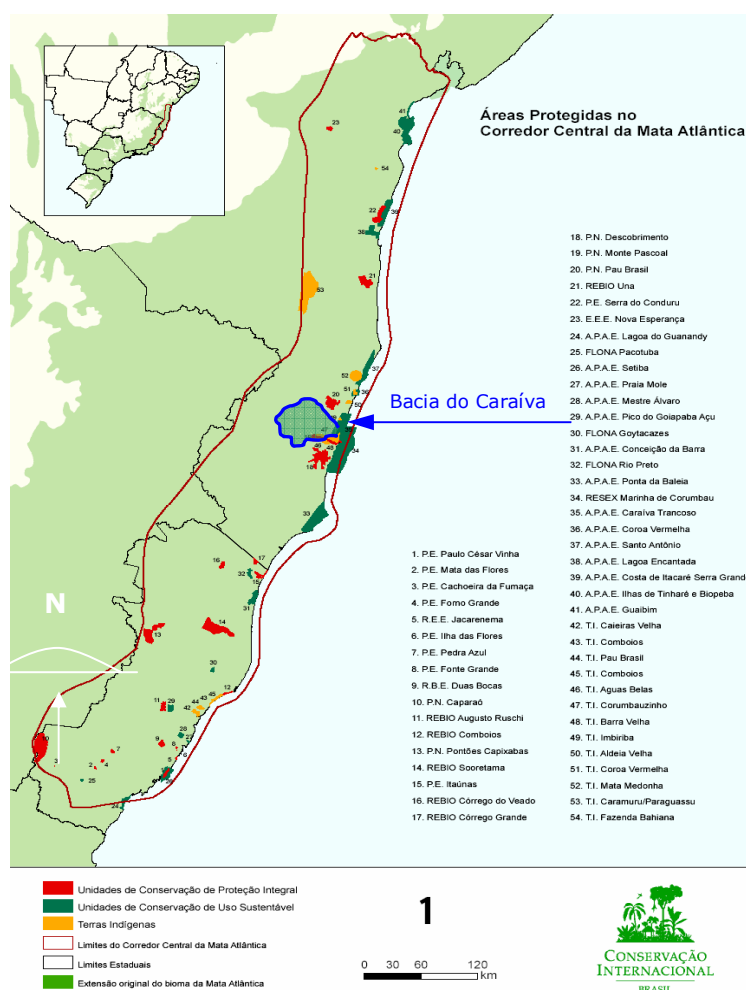


FIGURA 7: Áreas protegidas no Corredor Central da Mata Atlântica.
 Fonte: Conservação Internacional Brasil
 (Disponível em: <www.conservation.org.br/arquivos/UCs%20CCMA.pdf>).

A importância estratégica da bacia do Caraíva se confirma pela concentração de áreas protegidas e unidades de conservação no seu entorno. O território da bacia abarca, diretamente, parte do Parque Nacional de Monte Pascoal, da Área de Proteção Ambiental (APA) Caraíva Trancoso (estadual), da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) Corumbau (federal) e do Território Indígena Pataxó de Barra Velha, além de parte da zona de amortecimento dos Parques Nacionais do Pau Brasil e Descobrimento.

A bacia do rio Caraíva se localiza entre as coordenadas 16° 35' S e 16° 55' S e 39° 07' W e 39° 37' W. A área de drenagem da bacia tem cerca de 1.310 km², com de 55 km de extensão máxima no sentido oeste-leste (da cabeceira a foz) e largura máxima de 34 km, no sentido norte-sul, em sua porção central. Trata-se de uma bacia de âmbito estadual, com todo seu território inserido no estado da Bahia. A paisagem é determinada por rochas sedimentares do grupo Barreiras, com formação dominante de tabuleiros entrecortados por vales com encostas íngremes (lá chamados de *boqueirões*), encaixados nas cabeceiras, e vales em "U" nos trechos médios dos rios, com várzeas mais amplas formadas por sedimentos aluviais. À paisagem dominante se soma a presença de sedimentos costeiros que formam zonas de terreno arenoso e vegetação diferenciada, como as restingas no litoral e *muçunungas*⁴³ no interior.

A dinâmica do uso do solo na bacia é fortemente determinada pela pecuária extensiva e, secundariamente, pelas monoculturas de café e do mamão, sendo, ainda, observada a presença de culturas de maracujá, cacau e seringa. Nos últimos anos, no entanto, a atividade que mais cresce é a silvicultura voltada para produção de celulose, com forte impacto na economia e paisagem da bacia. A abundância de chuvas associada ao clima quente da região gera uma produtividade florestal difícil de ser atingida em outras partes do planeta, o que possibilita, também, a altíssima

⁴³ O termo *muçununga*, que pode se referir geralmente a terrenos alagadiços e muito ácidos, é usado, na região, para terrenos nas chapadas, arenosos, secos, com vegetação rasteira e arbustiva.

capacidade de regeneração natural das matas nativas na região. ⁴⁴ O crescimento recorde do eucalipto no extremo sul da Bahia (5 a 7 anos para corte, contra 20 anos na Austrália e 50 anos na Escandinávia) propicia a tendência da eucaliptocultura substituir, já nas próximas décadas, a pecuária como atividade predominante na bacia. A recente instalação da maior fábrica de celulose do Brasil, no município vizinho de Eunápolis, é um forte indício a favor desta tendência.

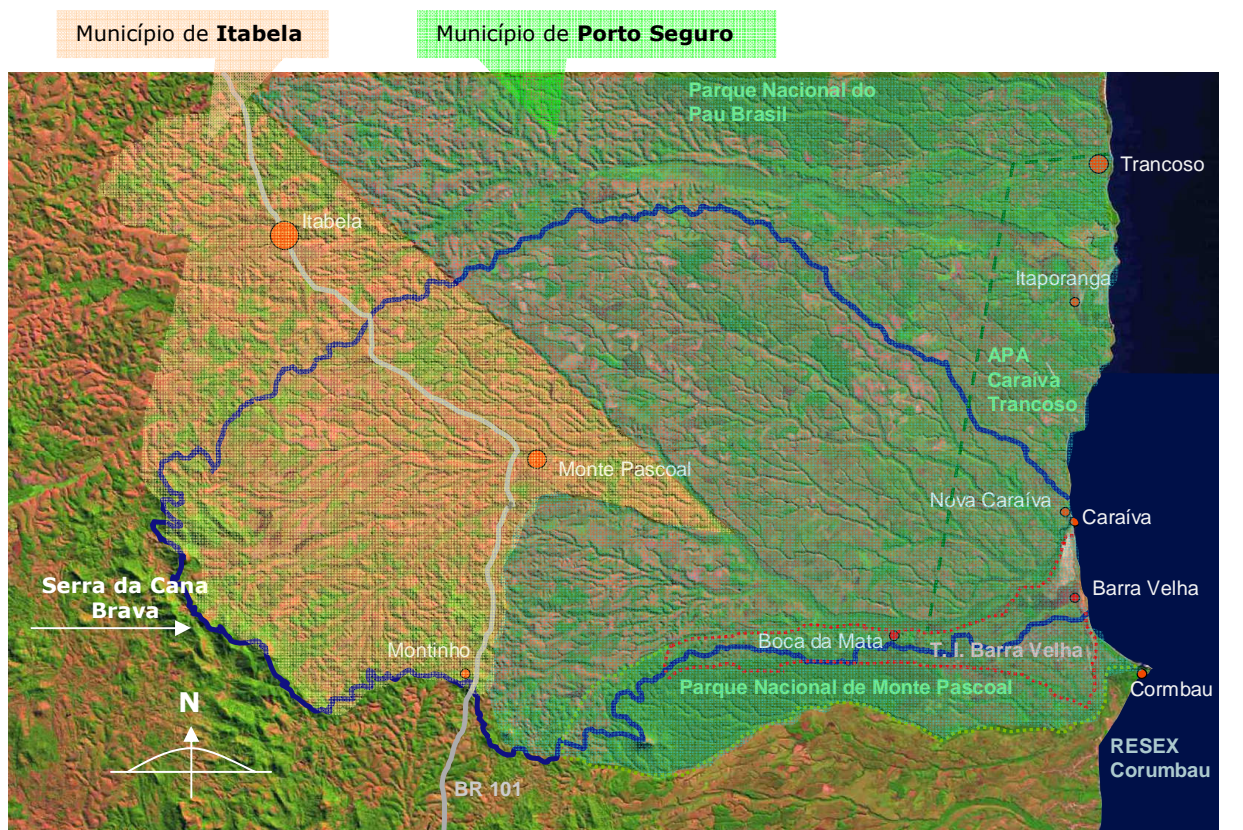


FIGURA 8 - Mapa da bacia do rio Caraíva (Elaborado pelo autor sobre imagem cedida pela Associação Flora Brasil).

0 10 30 km

⁴⁴ De acordo com o Centro de Recursos Ambientais da Bahia – CRA, “[...] a precipitação média anual encontra-se em torno de 1.400 mm/ano, variando desde níveis próximos a 1.000 mm, em sua porção mais ocidental, até níveis superiores a 1.600 mm próximo às cidades de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. [...] A temperatura média máxima encontra-se em torno de 25,5° C, entre os meses de janeiro e fevereiro, enquanto que a média mínima é 21,5° C, nos meses de junho a agosto. A evapotranspiração real é máxima no litoral sul da área, [...] com valores médios anuais superiores a 1.250 mm. [...] O déficit hídrico é em geral baixo, com padrão crescente no sentido leste-oeste [...]. Seguindo em direção ao litoral, este déficit diminui tendendo a desaparecer [...], chegando a valores mínimos nas proximidades de Porto Seguro.” (BAHIA, 2001, p. 375)

A bacia drena porções dos municípios de Porto Seguro e Itabela, mas nenhuma sede municipal se encontra dentro de seus limites, apenas distritos e aldeias indígenas. O maior núcleo urbano é Monte Pascoal, distrito de Itabela, com cerca de 6.000 habitantes, a 2 km da BR 101. Outros núcleos urbanos presentes na bacia são: Montinho (1.200 hab., distrito de Itabela, também junto à BR 101), Caraíva e Nova Caraíva (1.400 hab., integradas como um distrito de Porto Seguro, na foz do Rio Caraíva), além das aldeias indígenas de Barra Velha (cerca de 2.400 habitantes), Boca da Mata (cerca de 1.100 habitantes) e outras aldeias menores. O território da bacia claramente não se configura como prioridade para as duas administrações municipais, o que faz com que a presença do poder público local seja insignificante, principalmente no caso de Porto Seguro.

Neste município, o número de eleitores não tem sido suficiente para garantir a presença de representantes locais no legislativo municipal, o que torna freqüente a explicitação de um *sentimento de abandono* no discurso local. Os distritos de Porto Seguro pouco recebem a visita de representantes do executivo ou vereadores, não possuem sistemas públicos de tratamento de água ou esgoto, tampouco redes públicas de telefonia (ou energia elétrica, no caso de Caraíva e Barra Velha). As estradas de acesso são precárias, mantidas em grande parte pelos próprios proprietários rurais; a saúde e a educação básica sofrem da falta crônica de recursos (financeiros e humanos), não existindo alternativa local para ensino médio. Vale ressaltar que os poucos resultados positivos alcançados em educação e saúde pública se devem, antes, ao valor e iniciativa de agentes locais do que propriamente à ação do poder público municipal ou estadual. A dinâmica histórica da configuração territorial, determinada até meados do século XX pela presença da *mata fechada* e posterior constituição de áreas protegidas (fortes barreiras à acessibilidade dos povoados e aldeias), contribui ainda mais para a sensação de isolamento dos lugares. Por outro lado, a ausência histórica da administração municipal termina por revelar uma forte vocação local e competência coletiva para a autogestão, com bons

resultados já verificados, por exemplo, no sistema de limpeza urbana e atendimento ao turismo.

Já em Monte Pascoal, com maior eleitorado, consegue-se representação no legislativo de Itabela, o que torna a administração municipal mais presente na bacia. No entanto, essa participação não garante, nem mesmo, condições mínimas de saneamento, para citar apenas um aspecto pertinente a este estudo. Neste distrito, bem como no de Montinho, existem serviços públicos de tratamento e distribuição de água potável, energia elétrica e telefonia. Os maiores problemas, em ambos os distritos, se verificam, no entanto, na ausência de sistemas de tratamento de esgoto e disposição adequada de resíduos sólidos. A cidade de Monte Pascoal se localiza na margem direita do rio Caraíva e a vila de Montinho nas cabeceiras do córrego do Cemitério, afluente do Caraíva, limite noroeste do Parque Nacional de Monte Pascoal. Nos dois distritos, verifica-se lançamento direto de parte do esgoto sanitário nos cursos d'água, apesar da maioria da população fazer uso de fossas negras. Os resíduos sólidos são dispostos sem tratamento ou proteção em depósitos sem controle — os lixões. O *lixão* de Monte Pascoal se encontra em um platô ao lado de um bairro residencial populoso, bem acima de uma nascente, antes utilizada para abastecimento da população. Em Montinho, o lixão se localiza na várzea do Córrego do Cemitério, rio que é parte de um patrimônio da humanidade.

Se a presença do poder público municipal na bacia é pouco significativa, a concentração de áreas protegidas traz a forte presença da administração pública federal, com destaque para instituições de proteção ambiental e patrimonial — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) —, além da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Eunápolis – BA (CEFET BA). O IBAMA possui escritório regional em Eunápolis e é responsável pelas unidades de conservação federais do território: Parques Nacionais de Monte Pascoal, Pau Brasil,

Descobrimiento e RESEX Corumbau. É a principal instância de fiscalização ambiental na região, muitas vezes em conflito com interesses privados locais. Se a imagem do IBAMA traz para o órgão uma forte conotação policial e de embate com interesses de proprietários e moradores, os gestores das unidades de conservação têm primado pela busca de oportunidades de participação dos habitantes locais em seus processos de gestão, através de Conselhos Participativos.

O Conselho Gestor da RESEX Corumbau talvez seja a iniciativa de maior significado para a população costeira da bacia, responsável pelo fortalecimento político das associações de moradores. Outra experiência que merece destaque é a gestão integrada do Parque Nacional de Monte Pascoal, com ampla participação da comunidade indígena, através de um convênio entre IBAMA e FUNAI que colocou fim a uma disputa territorial que se estendia por décadas. Mais recente é a iniciativa da criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, que parece apontar para o mesmo caminho de integração efetiva da população circundante na gestão das unidades de conservação. A presença do poder público federal se complementa por meio do Sub-comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia, de caráter consultivo, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Com a participação de organizações públicas, privadas e do terceiro setor, o sub-comitê teve atuação limitada desde sua implementação, o que se tenta reverter hoje com a mobilização para o debate sobre a ampliação das áreas das unidades de conservação federais na região.

Também o Governo do estado da Bahia tem presença marcante na bacia através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (SEMARH), que, por sua vez, se divide em órgãos executivos, dois dos quais com atuação significativa: a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) e Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação (SFC). A experiência mais significativa dos órgãos estaduais na região se faz, também, através da recente instalação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Caraíva Trancoso,

de caráter consultivo, mas que possui, na prática, um papel deliberativo, na medida em que suas decisões têm sido integralmente acatadas em instâncias superiores. É possível que esta prática local, instituída por decisão do funcionário da SFC que cumpre o papel de Gestor, sirva de modelo para o que se planeja em relação ao sistema de gestão de unidades de conservação estaduais, uma vez que é aguardada publicação de decreto dando caráter deliberativo a todos os conselhos gestores de unidades de conservação estaduais. Caso isto se verifique, se colocará nas mãos dos habitantes da APA, em paridade com representantes do poder público estadual e municipal presentes no Conselho, o poder de decisão sobre a instalação de empreendimentos turísticos e hoteleiros em uma porção de litoral incluída entre as mais valorizadas do país.

Poucas organizações ambientalistas locais, além das associações de moradores em cada núcleo urbano, se faziam presentes diretamente na bacia, antes do início da experiência relatada neste estudo. A Associação Flora Brasil, organização ambientalista com sede na cidade vizinha de Itamaraju, executava, no Território Indígena de Barra Velha, um programa de segurança alimentar, que previa a implementação de viveiros comunitários para suprimento de alimentos, sementes para artesanato e espécies nativas. O Grupo Ambiental Natureza Bela, de Itabela, por outro lado, atuava no sentido de implementar um Parque Municipal em área administrada pela CEPLAC e nutria intenções de convênio com a Prefeitura Municipal para implementação de um viveiro de mudas nativas.

No nível regional do Corredor Central, a iniciativa, em curso, mais importante do terceiro setor foi a criação, no ano de 2000, da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, reunindo esforços da Fundação SOS Mata Atlântica e da Conservação Internacional (CI) em programas de incentivo à conservação e proteção ambiental em reservas privadas, proteção de espécies ameaçadas e fortalecimento institucional, com recursos do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF, sigla em Inglês do *Critical Ecosystems Partnership Fund*). Deste último programa participaram tanto a

Flora Brasil como o Natureza Bela em seus projetos na região. A Conservação International também participou intensivamente do processo de consolidação da RESEX Corumbau, em conjunto com o IBAMA e a APPA (Associação Pradense de Proteção Ambiental).

O ambiente institucional regional se complementa com a presença significativa de organizações da iniciativa privada, com destaque, neste último caso, para as empresas produtoras de celulose. A quase totalidade das florestas de eucalipto na bacia do Caraíva pertence à Veracel Celulose, empresa multinacional de capital misto (brasileiro e sueco), com plantios em suas próprias terras ou através de programas de fomento, nos quais os proprietários cedem suas terras para plantio de eucaliptos com garantia de compra e manutenção pela própria empresa. Os plantios sob responsabilidade da Veracel, interessada em processos de certificação florestal para vendas no exterior, têm se caracterizado por certo cuidado na ocupação exclusiva dos tabuleiros, guardando distância dos corpos d'água da região.

Se, no início de sua atividade, esta empresa chegava a arrendar os *boqueirões* (encostas íngremes dos vales) de suas propriedades, permitindo o uso como pastagens para o gado *expulso* pelo eucalipto, ao longo do tempo, perceberam as vantagens dos plantios de eucaliptos nas proximidades de matas nativas (por conta do controle biológico de pragas e interrupção dos processos de erosão do solo). Atualmente, todas as encostas e fundos de vale das propriedades da Veracel são destinados à regeneração natural ou replantio de florestas nativas, em experimentos de restauração planejados pelo Instituto BioAtlântica (I BIO). Além da Veracel, apenas uma propriedade da bacia cedia terras para programa de fomento da Aracruz Celulose, empresa de capital nacional sediada no Espírito Santo, sendo ainda verificada a existência de plantios privados, e mesmo de viveiros particulares, que exportam mudas clonadas de eucalipto para outros estados do Brasil.

4.4. Catalisação do movimento

A experiência de mobilização social na bacia do rio Caraíva nasceu do encontro entre *preocupações* e *vontades* de cidadãos de diferentes lugares, a partir da iniciativa de alguns habitantes da Vila de Caraíva que mantinham laços de amizade com especialistas em planejamento de Belo Horizonte, fundadores do Instituto Cidade (ver nota 26). Estes, visitantes que se tornaram proprietários de imóvel na vila no início dos anos de 1980, assistiram, em suas viagens, aos últimos grandes desmatamentos e incêndios florestais nas propriedades rurais da bacia, participando, desde então, das primeiras conversas informais com moradores a respeito dos impactos da retirada de florestas sobre as águas, o ambiente e o futuro do lugar.

Havia uma clara consciência compartilhada por todos, tanto pelos nativos quanto pelos *de fora*, de que o rio Caraíva era o principal patrimônio daquela coletividade, cujo futuro cultural, social e econômico estaria sempre vinculado à boa qualidade das águas daquele que ainda era o rio mais limpo do extremo sul da Bahia⁴⁵. Logo nestas primeiras conversas, a reposição de matas nas cabeceiras e beiras de rio aparecia como uma vontade consensual de ação e já demandava a iniciativa de agentes locais para visita e contatos com os proprietários rurais da bacia. No final dos anos de 1990, as conversas sobre intenções de recuperação das florestas da bacia avançaram, incluindo *pessoas chave* de duas organizações locais, e começaram a ultrapassar os limites da vila e do município. Junto com esta *vontade comum*, surgiam, ainda, as primeiras dúvidas: será que os proprietários das fazendas também se interessariam pelo replantio de florestas nativas? De onde poderiam vir os recursos para o financiamento do processo de recuperação de florestas? A primeira decisão informal tomada pelos interlocutores foi a de se iniciar um movimento de

⁴⁵ Ver BAHIA, 2001, p. 388.

cidadania para a proteção das águas do rio Caraíba, para o qual os planejadores de Belo Horizonte tentariam captar os recursos financeiros necessários.

Uma carta de intenções, reunindo as primeiras vontades locais de proteção das águas e recuperação de nascentes com as de mobilização social para gestão pública compartilhada e formação do comitê de bacia, foi elaborada por agentes do Instituto Cidade e apresentada, informalmente, a moradores de Caraíba, que assumiram seus termos como base para o início de conversas ampliadas. Tal documento foi apresentado, também, para órgãos públicos com atuação na bacia — SRH, SFC, Parque Nacional de Monte Pascoal (IBAMA), Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Porto Seguro e Itabela —, sempre com a presença e participação de habitantes de Caraíba. Representantes da PROECO, apesar de sempre chamados à participação, quase nunca se faziam presentes, o que, na época, foi considerado como evidência de desinteresse. Entretanto, na verdade, esta ausência se revelou como um sinal de perda da vitalidade e poder de influência local.

À medida que as conversas avançavam, uma significativa mudança política e organizacional no *lugar original* também estava em andamento, com conseqüências definitivas para o trabalho que se iniciava. Se até aquele momento os representantes da PROECO vinham obtendo muito mais sucesso na efetivação de seus interesses, e o faziam alijando a maior parte da população nativa de decisões sobre o futuro da vila, um fato marcante inverteu drasticamente o arranjo político local: a implementação efetiva e a consolidação da RESEX Corumbau. Em um projeto com este objetivo, gerido pela Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA), com parceria da Conservação Internacional Brasil (CI), IBAMA e financiamento do Fundo Nacional de Meio Ambiente, agentes nativos de Caraíba tiveram os primeiros contatos com conteúdos *científicos* e informações sobre meio ambiente e organização social — antes, disponíveis apenas para os *de fora* —, além de vivenciarem um processo de transferência de poder do Governo Federal para agentes locais, nunca antes imaginado, muito menos experimentado. O empoderamento efetivo dos nativos que

se seguiu, através da participação dos mesmos no Conselho Gestor da RESEX, de caráter deliberativo, teve impacto imediato na correlação de forças, provocando uma expressiva reconfiguração do poder político de Caraíva.

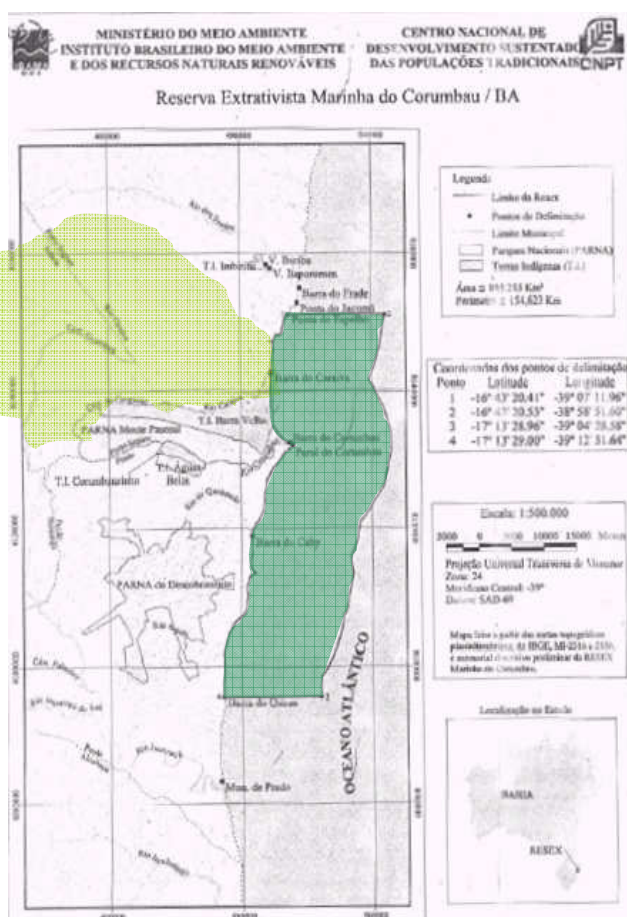


FIGURA 9: Território da RESEX Corumbau.
(Bacia do rio Caraíva)

Fonte: Intervenções do autor sobre mapa cedido pelo IBAMA ⁴⁶

O Conselho Gestor da RESEX passa a ser responsável pelas decisões sobre pesca e turismo no âmbito da reserva extrativista, apoiado por agentes federais do IBAMA, quebrando décadas de dominação econômica e impondo reserva de mercado para pescadores, navegadores e operadores de turismo nativos no território marítimo da RESEX. A proibição da pesca intensiva por barcos *de fora* trouxe, em poucos anos, uma fartura de peixes no mar, há muito não vista. Trouxe, também, o poder para as mãos dos nativos, pela primeira vez no papel de protagonistas, não apenas na política local, mas na gestão de uma unidade de conservação federal.

As conversas com as instituições do poder público, por outro lado, terminaram por revelar novas *peças chave*, bem como outras vontades significativas. Um

⁴⁶ Memorial descritivo preliminar da RESEX marinha do Corumbau [2000?].

servidor público estadual, biólogo do SFC, também representante do Grupo Ambiental Natureza Bela e presidente do Sindicato Patronal Rural de Itabela, apresentou várias intenções e idéias que complementavam as vontades dos agentes de Caraíva e Belo Horizonte. Duas delas foram assumidas como prioridade pelo grupo de agentes que se formava: a elaboração do censo ambiental das propriedades rurais na região, com levantamento do uso do solo e da adequação à legislação ambiental, e a implantação de um viveiro para produzir e distribuir mudas de espécies nativas a proprietários rurais da região.

Após os primeiros contatos, ficou estabelecido que as três organizações, cujos agentes assumiam a frente do movimento (Associação dos Nativos de Caraíva, Natureza Bela e Instituto Cidade), elaborariam, juntas, uma proposta que integrasse as intenções de cada grupo, em busca de financiamento para um projeto com gestão tripartite. A estas vontades viria a se juntar, no ano 2002, as intenções de financiadores internacionais, que se reuniram em um fundo para proteção da biodiversidade em *hotspots* do planeta.

O conceito de *hotspot* foi levado a público, pela primeira vez, em 1988, pelo ecologista britânico Norman Myers, em artigo intitulado *Threatened Biotas: Hotspots in Tropical Forests*, publicado na revista britânica *The Environmentalist*. O conceito, no entanto, teria sido formulado anos antes e empregado em mapas elaborados pelo Grupo de Estudos da Biodiversidade, da organização *The Nature Conservancy International Program*, apresentados em Crystal City, Virginia, em 1985. Nas décadas posteriores, principalmente através da atuação da organização *Conservation International*, o conceito se consolidou como um norte estratégico para atuação de organizações ambientalistas em todo o mundo.

A idéia é que, considerando sua extensão superficial, alguns pontos do planeta concentram um alto número de espécies dos mais diversos grupos, gerando percentuais de espécies por unidade de área muito elevadas. [...] Índices interessantes [...] que permitem apreciar a riqueza biológica em números relativos e comparar diversos ambientes para melhor dirigir o esforço dos ambientalistas particularmente em termos de custo benefício do investimento para salvaguardar porções

ou a totalidade destes ambientes [...] a *Conservation International* [...] tem divulgado de forma impressionante esta idéia básica para um grande público: mais de um terço da biodiversidade planetária se encontra concentrado em apenas 1,4% da superfície do mundo e, daí, selecionaram vinte e cinco áreas, as mais ricas, como "hotspots".⁴⁷ (GÓMES, 2000, [s.p.])

Em torno da idéia da concentração estratégica de investimentos, constituiu-se, nos primeiros anos desta década, o CEPF, fundo internacional para proteção de *hotspots*, constituído pela *Conservation International*, *Global Environment Facility*, Governo do Japão, Fundação *MacArthur* e Banco Mundial. A meta fundamental deste fundo seria o envolvimento crescente de organizações ditas *não governamentais*, grupos comunitários e outras organizações da sociedade civil nos esforços de conservação dos *pontos quentes* da biodiversidade no planeta, entre os quais o Corredor Central da Mata Atlântica.

Não há dúvida de que a proteção da biodiversidade deve ser considerada, por qualquer ângulo que se veja, como uma das principais prioridades de atuação que se impõem para a humanidade neste século. Como observado por George Martine (1993, p. 23-24), em qualquer "[...] hierarquia de problemas ambientais [...], [fenômenos que] implicam danos irreversíveis e irreparáveis para a humanidade, pelo menos dentro dos padrões da tecnologia conhecida ou previsível", devem se situar no topo da lista. O caminho da racionalidade única, no entanto, nunca será o mais curto para a mobilização da sociedade: outras racionalidades e prioridades se interpõem quando se trata da atuação conjunta de agentes de diferentes universos culturais. Torna-se necessário um esforço anterior de escuta, confiança e compreensão, que se iniciaria pela revelação de algum consenso ampliado, sobre o qual se erigiria a arquitetura completa de um movimento de cidadania.

⁴⁷ "La idea es que, considerando su extensión superficial, algunos puntos del planeta concentran un alto número de especies de los más diversos grupos, generando razones especie/unidad de área muy elevadas. [...] Indices interesantes [...] que permite apreciar la riqueza biológica en cifras relativas y comparar diversos ambientes para mejor dirigir el esfuerzo de los ambientalistas particularmente en términos de costo/beneficio en la inversión por salvaguardar porciones o totalidad de esos ambientes [...] a Conservation International [...] han plasmado en un impresionante volumen esta idea básica para un gran público: más de un tercio de la biodiversidad planetaria se encuentra concentrada en tan solo 1.4% de la superficie del mundo y de esa, han seleccionado veinticinco áreas, las más ricas, como 'hotspots'". Disponível em: <www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7744200000400028&lng=pt&nrm=iso&tlng=e>.

Entre as diversas estratégias do CEPF para conservação da biodiversidade, uma se adequava particularmente à costura das vontades já iniciada: a implantação de *corredores de biodiversidade*, ou *corredores ecológicos*. O conceito de corredor postula a integração de um conjunto de unidades de conservação e propriedades de uso pouco intensivo, para maior garantia de proteção de espécies e do equilíbrio de ecossistemas ameaçados. Parte do princípio que o desmatamento causou a fragmentação dos *habitats*, em ilhas de vegetação cercada por atividades econômicas intensivas que interrompem a movimentação das espécies, colocando-as em risco mesmo nos casos em que habitam fragmentos protegidos. A recuperação da conectividade entre estes fragmentos, através de reposição de florestas nativas ou indução da regeneração natural, permitiria o restabelecimento do fluxo genético, essencial para a sobrevivência, no longo prazo, das espécies ameaçadas. A dificuldade estaria no fato de que esta conectividade deveria ser restabelecida, na maior parte das vezes, através das propriedades particulares daqueles que, provavelmente, foram também responsáveis pela fragmentação — questão para a qual não parecem estar suficientemente atentos os formuladores da estratégia.

A implementação de um corredor de biodiversidade requer planejamento regional. O primeiro passo para implementar um corredor se resume em identificar as áreas prioritárias para conservação. Com esse objetivo, são realizados workshops regionais, eventos que reúnem vários especialistas nas regiões a serem conservadas. O segundo passo é envolver no projeto de conservação diversos setores da sociedade e do governo, como proprietários rurais, agências governamentais, universidades, empresas privadas e comunidades tradicionais.⁴⁸

Proposição moderna: aqueles que deveriam ser os principais agentes da implementação dos corredores — habitantes e proprietários dos territórios fragmentados — seriam *envolvidos no segundo passo*, junto com os *diversos setores da sociedade e do governo*, pelos detentores do conhecimento, os *especialistas nas regiões a serem conservadas*. Para inverter uma situação que aponta perigosamente

⁴⁸ Disponível em: <www.conservation.org.br/como/index.php?id=10>.

para o fracasso — caso aqueles que deveriam ser os principais atores se sintam meramente *convidados* para uma festa acadêmica, na qual podem não se sentir à vontade —, seria necessária outra estratégia que fizesse com que estes, ao contrário, *se sentissem em casa*, porque incluídos como protagonistas desde o primeiro momento, de forma natural e respeitosa. Não se trata, aqui, de se inventar uma versão adocicada para uma história inexorável, mas, antes, de se criar um espaço, um tempo e um *jeito de conversar* que permitam a dúvida por parte do ouvinte, que possibilitem o tempo de amadurecimento da decisão, de inclusão de seus interesses particulares, que garantam, mesmo, a liberdade da negação, sem que isto signifique qualquer tipo de constrangimento. Nada mais propício para a *compreensividade* do discurso da água.

A proteção das águas, presente desde as primeiras conversas, serviu de eixo para a elaboração de proposta ao CEPF, denominada *Recuperação da Mata Atlântica e Proteção das Águas na Bacia do Rio Caraíva*. A participação de um presidente de Sindicato Rural e de membros da Associação dos Nativos de Caraíva, desde os primeiros momentos, era fundamental para que se demonstrasse aos atores regionais e financiadores externos a *existência anterior de um consenso*, de uma *vontade comum* e de uma *consciência*, suficientemente fortes, entre moradores e proprietários a respeito da proteção das *suas águas*, que ultrapassariam as expectativas mais otimistas dos *especialistas nas regiões a serem conservadas*. As idéias iniciais eram simples o suficiente para se fazerem compreender por todos os envolvidos: *conversar com todos os proprietários rurais* e identificar os mais interessados em disponibilizar, por vontade própria, parte de suas terras para reposição de florestas nativas em cabeceiras e beiras de rio. A conversa começaria pela proteção de nascentes e riachos, passando pela revitalização das terras e valorização das propriedades, para finalizar com a conexão de fragmentos existentes e corredores.

Para o alcance destes objetivos, seria necessária, primeiramente, a ampliação da mobilização social na bacia, com inclusão de outros cidadãos como protagonistas,

bem como o conhecimento da situação ambiental das propriedades rurais da bacia. Também seriam estudados processos de regeneração natural e induzida de florestas, modelos de recuperação de matas nativas, implementação de viveiros, coleta de sementes, geração, distribuição, plantio e manutenção de mudas, além de formas de registro dos dados produzidos e conhecimentos adquiridos. Para implementação destas ações, haveria necessidade de se disponibilizar conteúdos e informações sobre mobilização social, pesquisa participativa, recuperação ambiental e planejamento regional, com a utilização de sistemas de informação georeferenciados. Esta seria a configuração de um *alicerce* para continuidade e permanência da recuperação ambiental neste território, o que demandava, ainda, uma outra organização, que assumisse a gestão do processo no futuro.

Cidadãos do poder público federal e estadual contribuíram significativamente para a existência do projeto desde seu início. Representantes da SEMARH (SFC e a SRH) e do IBAMA (Parque Nacional de Monte Pascoal) participaram da elaboração com sugestões e contatos para que se compatibilizassem as ações propostas com as intenções do poder público. Destaca-se, também, o importante trabalho efetivado pelos profissionais responsáveis pela implementação da RESEX Corumbau, que permitiu um salto na mobilização social, a partir de um patamar já consolidado. Organizações ambientalistas (como a Flora Brasil e o I BIO) e da iniciativa privada (Orbis, DAM, SETE e Quebra Pote) também contribuíram ao longo do projeto com dados, imagens e conhecimentos.

A idéia do comitê de bacia, prevista na Lei das Águas, foi colocada como objetivo, desde o início, pelos agentes do Instituto Cidade, e parecia se mostrar adequada para abrigar um consórcio das organizações públicas, privadas e do terceiro setor com atuação na bacia. O diálogo com a SRH, no entanto, revelou a intenção do Governo da Bahia de integrar, em um mesmo comitê, várias bacias de uma região. O grupo gestor que se formasse na bacia do Caraíva poderia, neste modelo, vir a ser a célula inicial do futuro Comitê das bacias do extremo sul da Bahia, responsável pela

consolidação e continuidade do processo de recuperação ambiental da região. Com base nas diretrizes definidas em conjunto com as organizações locais, agentes do Instituto Cidade assumiram a tarefa de redação da carta consulta inicial e, após a aprovação por parte dos financiadores, da proposta detalhada, que atenderia à *direção estratégica* n. 1 do CEPF — "Estimular as iniciativas de manejo da paisagem no Corredor Central da Mata Atlântica".

Como *meta de longo prazo*, tal qual definida pelo CEPF — resultados esperados ao final de uma década, a partir da interação com outros agentes fora do projeto —, ficou estabelecida a "Sustentabilidade de processos de recuperação da Mata Atlântica e proteção das águas nas bacias hidrográficas da Costa do Descobrimento, sul da Bahia". Como *objetivo geral* (resultado a ser alcançado ao final do prazo do projeto, de dois anos), determinou-se a efetivação de "processo permanente de recuperação ambiental, proteção de águas e da biodiversidade na Costa do Descobrimento, através de experiência piloto de gestão coletiva da bacia do Rio Caraíva". O *alicerce* deste processo (ou *base social de apoio*) seria a existência de um forte movimento de cidadania, de uma rede de organizações consorciadas para atuação integrada e de um grupo de agentes locais tecnicamente capazes de atuar no planejamento e gestão do território.

Tal base seria construída através de seis *produtos*, instrumentos de gestão do projeto, operados por agentes locais ao final do processo:

1. *Sistema de mobilização social permanente: movimento de cidadania* integrando ações de habitantes, proprietários, poder público e iniciativa privada em interesses consensuais;
2. *Sistema de planejamento e gestão territorial*: conhecimento da bacia, de instrumentos de planejamento e sistema de informações georeferenciado, por agentes locais;

3. *Programa de educação ambiental*: conteúdos para adultos sobre cidadania, mobilização social, associativismo, biodiversidade, plantio de florestas nativas e gestão de águas;
4. *Sistema de produção e distribuição de mudas de espécies nativas*: viveiros estruturados em Itabela e no território indígena Pataxó, apoiados por caminhão para transporte das mudas;
5. *Sistema de plantio e manutenção de florestas nativas*: criação de *cooperativa de reflorestadores* para serviços profissionais de plantio e manutenção de matas nativas, complementados por mutirões de plantio e doação de mudas para proprietários rurais; registro das áreas plantadas (fotografia e gps) disponibilizados no site;
6. *Comissão gestora da bacia do rio Caraíva*: encontros anuais de cidadãos para constituição da comissão gestora da bacia; agenda de atuação integrada com poder público para implementação do Comitê de Bacias do Extremo Sul da Bahia.

Desde o início, as organizações locais, cujos membros participaram da elaboração do projeto, constituiriam um conselho gestor tripartite, compartilhando os recursos e as responsabilidades em relação aos resultados coletivamente definidos. Não havia, até este ponto do projeto, qualquer demanda por recursos financeiros advindos do poder público (o que pode ter contribuído bastante para a positividade dos diálogos). O projeto se iniciaria com recursos únicos do CEPF, das organizações gestoras e das comunidades locais⁴⁹, considerados como *recursos públicos*.

⁴⁹ Ao montante demandado ao financiador (US\$ 194.000) se somariam contrapartidas das organizações proponentes: terrenos para implementação dos viveiros, apoio operacional (escritórios e equipamentos) das três organizações, em Belo Horizonte, Caraíva e Itabela, hospedagem para agentes externos e educadores visitantes, recursos próprios dos proprietários rurais para plantios em suas fazendas, mutirões para plantios, serviços de consultoria para estudos e projetos de saneamento, e geração de novos projetos, recursos avaliados em cerca de 20% do valor total da proposta.

4.5. Encontro de saberes, encontros de cidadania – *planeação*

O sistema de planejamento e gestão territorial operado por agentes locais se apoiava na integração e complementação de saberes existentes. O conhecimento local sobre o ambiente era profundo, mas fragmentado: muitos que haviam vivido em roças dentro da mata possuíam grande conhecimento sobre lugares, rios, proprietários, árvores, animais, cadeia alimentar etc. Não pareciam saber, no entanto, sobre ciclo da água, bacia hidrográfica, biodiversidade, corredores ecológicos, regeneração das florestas e restauração florestal, pelo menos de forma que pudessem ser explicitados nas primeiras conversas. Como era de se esperar, estes conceitos eram prontamente reconhecidos, logo que apresentados, e passavam a integrar o vocabulário comum nas conversas locais.

A primeira atividade do projeto foi o *reconhecimento* da bacia, tendo os rios como referência. Agentes locais e consultores percorreram todas as estradas para identificação de impactos e caracterização da paisagem de cada sub-bacia. A memória dos moradores foi fundamental para que se corrigissem erros de nomes de rios e de localidades, tal como se apresentavam nos mapas do IBGE, base para vários trabalhos acadêmicos sobre a região.



FIGURAS 10 e 11: Ajustes na base cartográfica para reconhecimento da bacia. Novembro, 2004.

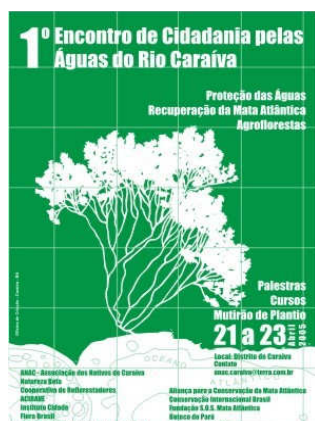
O resultado mais significativo para os agentes locais talvez tenha sido a revelação de outra lógica de percepção do território, da bacia hidrográfica como unidade essencial de conhecimento, o que organizava a compreensão, já existente, de que a fonte de impactos causadores da mortandade de peixes poderia estar a quilômetros de distância no interior.

A idéia de cuidar da bacia passou naturalmente a guiar conversas e ações do movimento, sem que para isto houvesse maior esforço. Outros conhecimentos, trazidos *de fora*, eram facilmente assimilados, principalmente quando reforçavam experiências vividas e saberes locais. Foi o caso, por exemplo, dos modelos de recuperação florestal, que previam a divisão das espécies nativas em *pioneiras*, *secundárias* e *clímax*, de acordo com os estágios de sucessão. Com facilidade, passou-se a adotar tal classificação nas observações no campo, na coleta de sementes e nos plantios que promoveram no primeiro ano. Por outro lado, não surgiram contribuições que chegassem a transformar ou acrescentar novos conhecimentos sobre aqueles trazidos pela ciência na questão do reflorestamento. O grande valor do saber local viria a se revelar, com clareza, no segundo momento do projeto: na busca de apoio dos produtores para a reposição de florestas em suas fazendas.

A segunda prioridade de ação decidida foi a promoção de encontros. As primeiras conversas com fazendeiros aconteceram após o verão de 2005, quando agentes de Caraíva saíram pelas estradas chamando fazendeiros e moradores dos outros núcleos urbanos para o *Primeiro Encontro de Cidadania pelas Águas do Rio Caraíva*, na semana comemorativa do descobrimento do Brasil, após o *Dia do Índio*. Pela primeira vez, se reuniram moradores e proprietários da bacia com organizações ambientalistas, setor público e empresas para apresentações de conteúdos e trabalhos em curso na região.⁵⁰

⁵⁰ A maior parte da produção, incluindo elaboração do material gráfico, transporte, alimentação e hospedagem, foi feita por agentes de Caraíva e Itabela. A programação incluiu apresentações e conversas com representantes de organizações ambientalistas (Instituto BioAtlântica, Flora Brasil, Natureza Bela e Instituto Cidade), do setor público (administrações do Parque Nacional de Monte Pascoal e da RESEX Corumbau), lideranças indígenas e agentes locais, sobre a situação ambiental do extremo sul da Bahia,

O entusiasmo pelo sucesso do Encontro — que contou com a participação de cerca de 160 pessoas, mais de 12 organizações do terceiro setor e todas as instituições públicas com atuação na bacia (à exceção das prefeituras) e terminou com um mutirão que reuniu 80 pessoas para plantio das primeiras 2.000 mudas do projeto — não escondeu a falta de, pelo menos, um resultado desejado: foi pequena a presença de proprietários rurais, para os quais boa parte dos conteúdos das conversas se dirigia.



FIGURAS 12, 13, 14 e 15: Primeiro encontro de cidadania, primeiro mutirão de plantio. Abril, 2005.

corredores ecológicos, mosaicos de uso e ocupação do solo, gestão pública compartilhada, associativismo, proteção das águas, restauração de florestas nativas em terras privadas, sistemas agro-florestais e legislação ambiental aplicada às propriedades rurais.

Havia a expectativa de que a maior parte dos cerca de 120 proprietários visitados — que haviam demonstrado grande interesse pela conversa de proteção das águas — estaria presente para conhecer as condições oferecidas pelo projeto para recuperação ambiental em suas propriedades. Se a data não poderia ser melhor, do ponto de vista simbólico, demonstrou ser imprópria por coincidir com a época de colheita do café em muitas das propriedades. Os presentes, no entanto, além de participarem significativamente dos debates, puderam demonstrar o potencial para reedição espontânea do discurso, ao assumirem, voluntariamente, o papel de ampliação das conversas no campo sobre reposição de florestas sem competição com as culturas agrícolas. Também os moradores de Monte Pascoal (muitos deles coletores de café), que haviam participado de um encontro preparatório em janeiro, mas não puderam ir a Caraíva, sugeriram e organizaram um mini-encontro, em agosto do mesmo ano, quando promoveram o maior mutirão de plantio do projeto, com mais de 100 participantes.



FIGURAS 16 e 17: Encontro preparatório em Monte Pascoal. Janeiro, 2005.



FIGURAS 18 e 19: 2º Encontro de Cidadania e mutirão em Monte Pascoal. Agosto, 2005.

Uma segunda rodada de conversas com proprietários rurais se fazia necessária. Desta vez, as visitas seriam determinadas por um plano que definisse áreas prioritárias para a reposição de florestas e organizasse a *vontade de pesquisa*, em um *roteiro de conversa* para registro das informações colhidas. Neste momento, um projeto acadêmico mais amplo também se desenhava, partindo da intenção de gestão compartilhada do território. Além deste trabalho, sugeriram outras propostas de estudo, como intenções de convênio com o CEFET de Eunápolis, para estágios profissionalizantes, e desenvolvimento de novos projetos complementares. A primeira iniciativa que se efetivou foi a monografia de Flávia Teixeira Chaves (2005), orientada por Marcelo Ávila Chaves, para o Curso de Especialização em Geoprocessamento do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), que estudou o uso do solo e critérios para desenho de conexões florestais nas sub-bacias do Jambreiro e Capoeira, afluentes do Caraíva. O potencial do encontro, ampliado de conhecimentos, se revelou em tempo menor que o esperado.

O maior conhecimento da bacia gerou alternativas para o desenho do mini-corredor de biodiversidade entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil, uma prioridade inicial do projeto. As alternativas levavam em conta a presença de fragmentos significativos existentes e a facilidade de negociação com os fazendeiros. Na prática, a escolha se daria entre o *menor caminho*, o *caminho das cabeceiras* e o *caminho dos rios*.



FIGURA 20 - **Alternativas para corredor**
 (Mapa elaborado pelo autor sobre imagem cedida
 pela Associação Flora Brasil)

0 10 30 km

A maior presença de agentes de Caraíva determinou a escolha consensual do *caminho dos rios*, priorizando as sub-bacias do Jambreiro, Capoeira e o baixo vale do Caraíva para de atuação imediata. Os dois ribeirões são os primeiros afluentes para quem sobe o rio e também os que abrigam maior número de proprietários residentes na vila. Por outro lado, esta também seria a melhor solução pela lógica das águas, das terras e dos interesses; o caminho do *menor esforço*, uma vez que os plantios poderiam ser feitos ao longo dos rios, nos *boqueirões*, havendo menor necessidade de reposição de florestas nos tabuleiros, onde haveria maior interferência com as atividades agropecuárias.

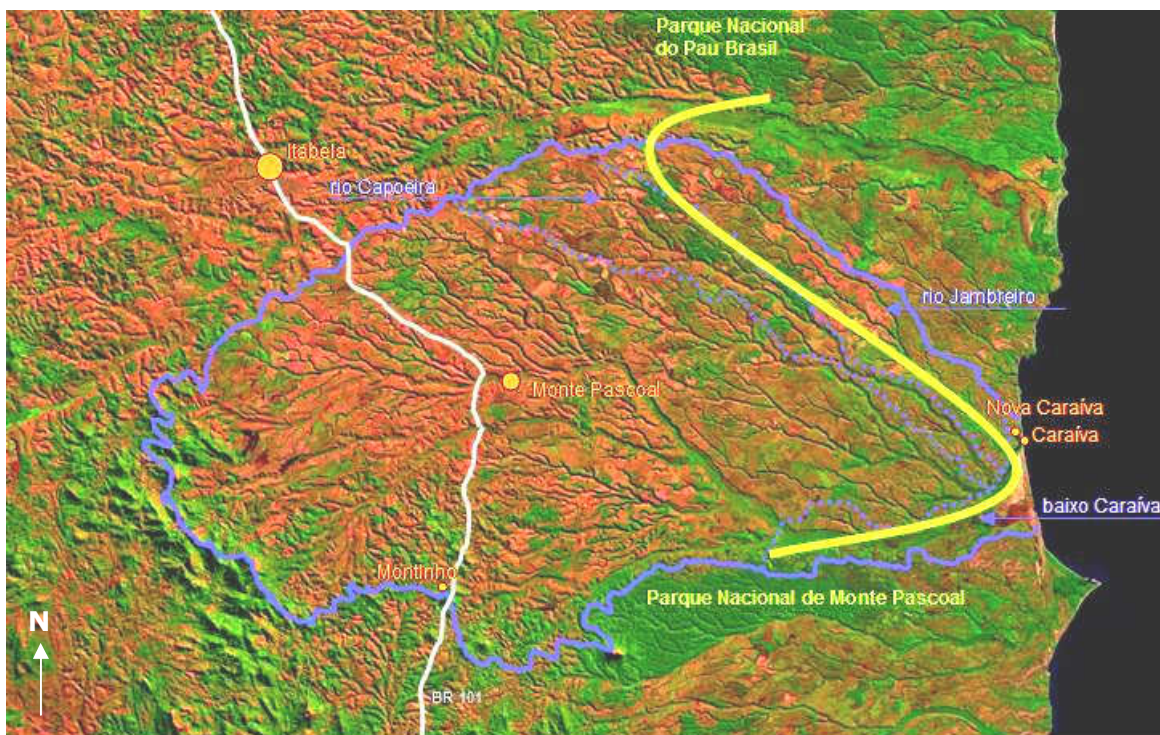
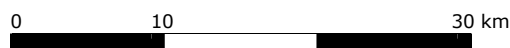


FIGURA 21: **Caminho prioritário do corredor**
 (Mapa elaborado pelo autor sobre imagem cedida pela Associação Flora Brasil)



A partir deste, momento os esforços e recursos se concentrariam nas propriedades deste caminho, sem, no entanto, desestimular ações em lugares cujos proprietários demonstrassem maior interesse. Foi combinado que a pesquisa nas sub-bacias do Jambreiro e Capoeira seria feita por agentes de Caraíva, que conheciam bem os proprietários desta região, enquanto os agentes de Itabela pesquisariam a alta bacia do Caraíva, a oeste da BR 101. A pesquisa não seria aplicada na margem direita do baixo Caraíva, uma vez que se tratava do Território Indígena, onde já havia ficado claro o grande interesse dos Pataxó pela reposição de matas em suas terras. Tal fato, que já era percebido pela ansiedade que demonstravam em relação ao atraso na implementação dos viveiros pelo projeto da Flora Brasil, seria confirmado após o primeiro mutirão⁵¹: logo após o evento, para o qual a Veracel havia doado 5.000

⁵¹ A palavra mutirão também tem origem indígena, do tupi *Motirõ*: ajuda, reunião para fins de colheita ou construção (Disponível em: <www.escolavesper.com.br/paginaindio/pagindio/dicionariotupi.htm>.).

mudas de espécies nativas, os Pataxó requisitaram as 3.000 mudas não utilizadas e efetuaram o plantio em suas terras nas duas semanas seguintes.

A escolha do caminho prioritário para o mini-corredor definia, simultaneamente, o universo da pesquisa de campo desta pesquisa: propriedades e proprietários rurais das sub-bacias do Jambreiro, Capoeira, a serem entrevistados pelos agentes de Caraíva, descartando as propriedades e proprietários rurais da alta bacia do Caraíva, por estarem fora desta rota. Os agentes de Caraíva listaram, de memória, cerca de 80 proprietários do seu universo de pesquisa, mas não havia o mesmo conhecimento em relação ao território a ser pesquisado pelos agentes de Itabela. A questão que todos queriam ver respondida é se haveria interesse e apoio efetivo por parte dos proprietários rurais, na forma de cessão de terras e recursos, para os processos de reposição de matas em suas propriedades.

O resultado final desejado seria uma aferição quantitativa e o mapeamento das intenções de apoio, de forma que servisse de base para o planejamento detalhado das estratégias de reposição de florestas e desenho das conexões dos fragmentos no mini-corredor. A elaboração do *roteiro de conversa* incluiu todos os interesses dos agentes locais (ver ANEXO 1). Entretanto, neste estudo, são abordados apenas os dados referentes à questão principal — apoio e participação dos proprietários no caminho prioritário do corredor (sub-bacias do Jambreiro e Capoeira) —, que interessam tanto para o desenho do mini-corredor como para o argumento da dissertação.

A primeira aplicação das entrevistas revelou problemas que, naturalmente, não ocorriam no curso das conversas informais: nem todos os agentes locais preenchiem todos os campos do roteiro, concentrando apenas no que mais lhes interessava. O outro objetivo pragmático (e de grande interesse) das visitas foi atingido: captação de terras e acordos para o cercamento de áreas (obviamente sem utilização de *estacas verdes* recém tiradas das matas), naquelas propriedades que lidavam com pecuária, visando início imediato da reposição de florestas com as mudas nativas produzidas em Itabela. Para tanto, foi definida, como critério de prioridade, a efetiva participação do

proprietário com recursos próprios, seja através do cercamento para proteção dos novos plantios, seja com mão-de-obra própria, transporte, combustível, ou mesmo a cessão de uma rês para o churrasco, nos dias de mutirão.

Os recursos organizacionais locais — a histórica competência para organização de mutirões e festas, a capacidade de mobilização social pelo caminho da informalidade organizada, a superação de desafios sem a dependência do Estado — responsáveis por boa parte dos resultados parciais já no início do projeto, porém, trouxeram, em contrapartida, uma série de impactos negativos para o movimento. No momento de retorno para preenchimento das lacunas da pesquisa, começaram a surgir os primeiros problemas da política local, que viriam causar impacto significativo no andamento da pesquisa: as eleições para diretoria da ANAC — a Associação dos Nativos de Caraíva.

Tanto o trabalho de pesquisa quanto os plantios que se iniciavam nas fazendas passaram a ser remunerados com diárias de trabalho. A ANAC passou a gerenciar recursos financeiros de monta, ampliando ainda mais seu poder e influência na comunidade local. Às vésperas da eleição, muitos moradores de Caraíva e de localidades vizinhas se filiaram à entidade, provocando temores de que se tratasse de um *golpe* dos opositores na política local para a *tomada* da ANAC, segundo diziam. O contra-ataque, por parte da situação, veio pelo caminho da radicalização *stricto sensu*: a partir daquele momento, só poderiam ser considerados sócios da ANAC aqueles que efetivamente tivessem *nascido em Caraíva*. A decisão se configurava como uma expulsão para uma série de membros da Associação, inclusive da diretoria, entre eles agentes que atuavam desde o início do projeto. Passada a eleição, com vitória esmagadora da situação (demonstrando que os temores, se não eram infundados, estavam sobre-valorizados), o processo de reconciliação foi muito mais lento que o de ruptura, além de deixar seqüelas: o número de agentes, bem como o ânimo para o trabalho voluntário, diminuiu consideravelmente.

Não era este, no entanto, o único problema a afetar o ânimo de agentes locais. A precariedade da infra-estrutura de comunicação local agravava a falta de experiência anterior, por parte das organizações responsáveis, para gestão coletiva de um projeto de tamanha envergadura. Além disso, crescia o risco de frustração das expectativas de sustentação econômica através das atividades do projeto, em virtude da forte apreciação cambial do Real em relação ao *Dólar* americano, processo que se iniciou junto com o projeto e se aprofundou em 2005, causando quebra de cerca de 30% no orçamento do projeto. O imprevisto aperto financeiro exigia cortes, afetava o ânimo geral e chegava, mesmo, a ameaçar o alcance de alguns dos resultados inicialmente previstos.

A escassez de recursos implicava novas negociações para maior aporte de recursos próprios dos fazendeiros e o reencontro com estes significaria, portanto, uma recombinação dos termos iniciais, com risco de frustração de expectativas anteriores. A este se somava outro fato fora do controle dos agentes do projeto: alguns proprietários rurais não vinham mantendo a palavra na hora de aportar recursos próprios — cercas, mão-de-obra etc. — para o plantio em suas propriedades, provocando a demanda pela formalização dos acordos verbais, um *termo de compromisso* firmado entre as partes (ver ANEXO 2).

O reinício das conversas com os fazendeiros se deu alguns meses depois da eleição da ANAC, e os proprietários rurais continuaram a se mostrar receptivos, mesmo com a renegociação dos termos. O nível de apoio demonstrou ser bem mais sólido do que se previa, mas totalmente dependente de aspectos que parecem ter sido fundamentais: o conhecimento anterior do entrevistador pelo entrevistado, além, provavelmente, da informalidade do contato e simplicidade da proposta. Os indícios a favor da primeira causa surgiram de algo que também não estava planejado.

A SRH estava elaborando, na mesma época, um censo sobre uso da água nas propriedades rurais de Itabela, exatamente no mesmo território dos pesquisadores de Itabela. Estes negociaram um acordo informal de cooperação para redução de custos,

em que os agentes do projeto iriam com o carro do Governo da Bahia e os dois trabalhos seriam elaborados ao mesmo tempo. As primeiras entrevistas, neste local, foram feitas por membros do Grupo Natureza Bela, desconhecidos pelos fazendeiros, que demonstraram um nível de apoio e interesse baixíssimo, muito diferente do padrão verificado nas sub-bacias do Jambreiro e Capoeira. A posterior inclusão na equipe de um agente local do Natureza Bela, também proprietário na região e bastante conhecido pelos vizinhos, inverteu os resultados dos últimos questionários. Enquanto isso, os agentes de Caraíva, escolhidos por serem bem conhecidos na região, continuavam a colher resultados animadores.

Para este trabalho, a única questão do *roteiro de conversa* considerada tratava do "interesse do proprietário em participar do projeto" através da cessão de terras para reposição de florestas nativas, com três opções de resposta: *muito interesse*, *pouco interesse* e *nenhum interesse*. Alguns fazendeiros, contatados na primeira rodada de visitas, quando suas sedes eram registradas em GPS, não foram encontrados no momento da pesquisa, sendo registrados como *não pesquisados*. Após esta etapa, houve o retorno dos agentes de Caraíva, para uma terceira visita, focando apenas os proprietários com *muito interesse* em participar do projeto, para os quais era apresentado o *termo de compromisso*, em que era assumida, formalmente, a intenção de cessão de terras para reflorestamento. Já os proprietários rurais fora do caminho prioritário seriam atendidos pelo projeto apenas com doação de mudas para plantio com recursos próprios ou em mutirões de plantio.⁵²

Apenas os resultados da pesquisa de campo realizada pelos agentes de Caraíva foram lançados sobre os mapas produzidos na monografia de Flávia Chaves (2005), que também limitou sua investigação às sub-bacias do Jambreiro e Capoeira. Além de servir de base para lançamento do resultado da pesquisa de campo, a monografia propiciou a análise de uso do solo das sub-bacias, com ênfase na estimativa de áreas

⁵² Os resultados de seus questionários serão lançados e poderão ser acompanhados no site do projeto, em construção, já disponível para acesso (Disponível em: <www.riocaraiva.org.br>.).

degradadas dos *boqueirões* a serem restaurados. Também possibilitou a identificação das florestas de eucalipto nas sub-bacias prioritárias, o que permitiu uma estimativa da área dos *boqueirões* degradados no interior das propriedades com plantio de eucaliptos. Esta informação passa a ter grande valor estratégico, na medida em que a Veracel tem compromisso com o Banco Mundial de restaurar 400 ha de florestas nativas por ano, até 2008 (informação verbal)⁵³, o que representa uma demanda estável, passível de ser atendida pelos reflorestadores profissionalizados através da cooperativa de trabalho recém fundada,⁵⁴ configurando a viabilidade inicial de sua existência.

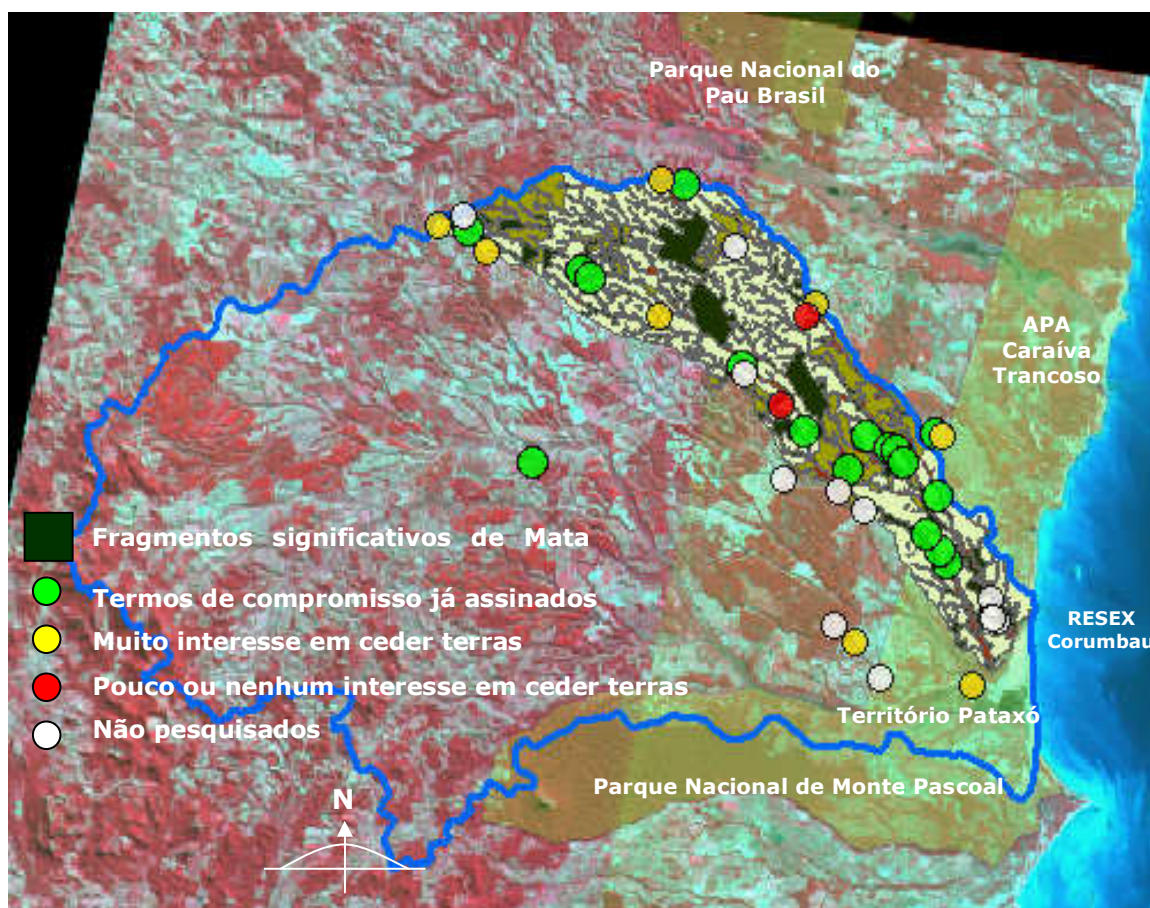


FIGURA 22: Intenções de participação no projeto (Mapa elaborado junto com Flavia Chaves sobre imagem cedida pela co-autora. Ver CHAVES, 2005).

0 10 30km

⁵³ Informação repassada pelos técnicos da empresa a agentes do projeto.

⁵⁴ A Cooperativa de trabalho dos reflorestadores de mata atlântica do extremo sul da Bahia (COOPLANTAR) foi fundada em 4 de junho de 2006 e negocia com a Veracel um contrato piloto (com valor estimado em R\$ 240.000) para reposição de 100 ha de mata atlântica em propriedades da empresa, ainda no ano de 2006.

O resultado da pesquisa justifica certa surpresa, pela alta incidência de respostas positivas. Os problemas ambientais em boa parte das propriedades (pastagens degradadas, deslizamentos de encostas, perda de solo, assoreamento dos corpos d'água e conseqüente desvalorização das terras) e a sua comparação com terras vizinhas, onde o gado foi substituído pelo eucalipto (*boqueirões* em avançado estágio de regeneração florestal, recuperação de solo e águas), oferecem uma explicação plausível: os proprietários sentiam *na pele* os efeitos da devastação passada e a inviabilidade de qualquer tipo de cultura nas encostas íngremes (onde também o eucalipto não vem sendo plantado), propiciando um sentimento, muitas vezes declarado, de que o projeto *já tinha chegado tarde*. Por outro lado, ficava claro que a capacidade de atendimento do projeto, em seus primeiros anos, era muitíssimo inferior à demanda que se revelava, determinando o próximo desafio para os agentes do movimento: a ampliação de escala da oferta — desafio comum também em políticas públicas a cargo do Estado.

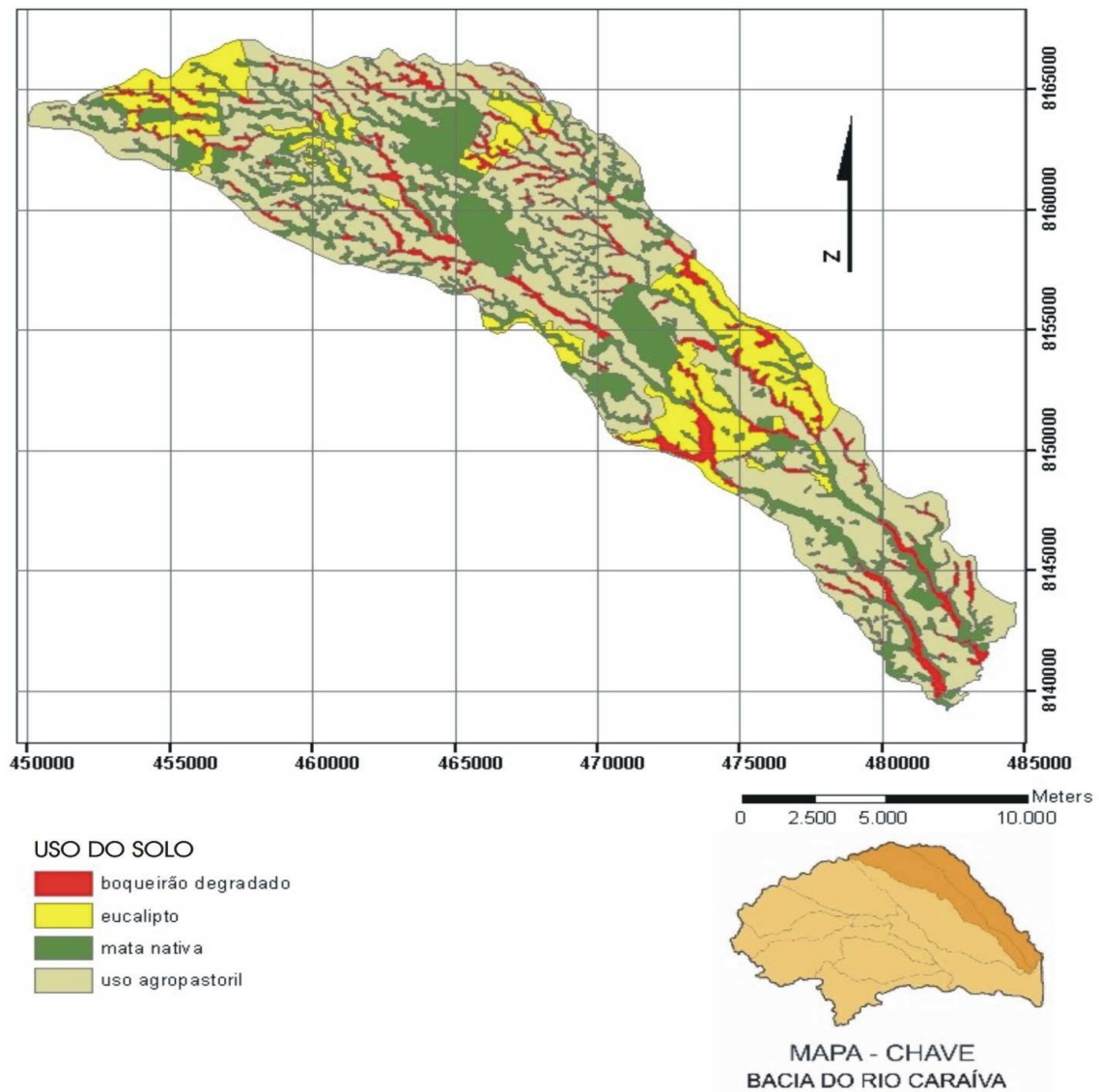


FIGURA 23: Uso do solo nas sub-bacias do Jambreiro e Capoeira.
 Fonte: CHAVES, 2005, p. 36.

A ampliação de escala permite a verificação do estado ambiental das sub-bacias do Jambreiro e Capoeira, que somam, juntas, 25.853 ha de área, com foco no maior interesse do projeto: *boqueirões degradados*. As matas remanescentes hoje ocupariam 6.044 ha, ou 23,4 % deste território, enquanto os *boqueirões* disponíveis para recuperação somariam 2.066 ha, cerca de 8% do total. A integração dos conhecimentos produzidos e a continuidade do movimento permitem uma visão otimista que antevê, ao final de duas décadas, a presença de um terço da cobertura florestal original na paisagem deste território.

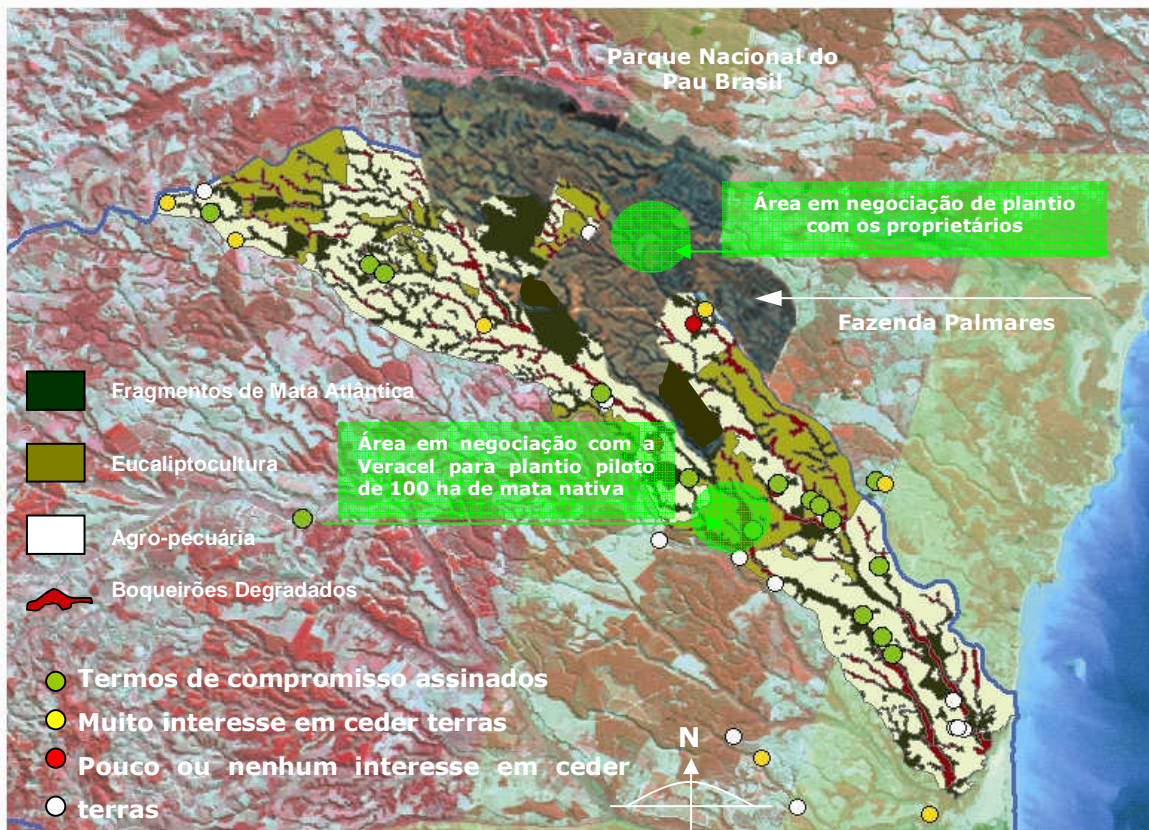


FIGURA 24 - Início da efetivação do corredor (Mapa elaborado junto com Flavia Chaves sobre imagem cedida pela co-autora e Fazenda Palmares. Ver CHAVES, 2005).

A superposição dos dados levantados na pesquisa de campo dos agentes locais sobre o mapa de uso do solo produzido por Flávia Chaves (2005) permite visualizar que a integração dos conhecimentos – condições ambientais e intenções de apoio nas sub-bacias – pode possibilitar maior segurança e melhores chances de sucesso para o desenho do mini-corredor no seu detalhamento. A existência de grandes propriedades nestas sub-bacias, a começar pelas da Veracel, possibilita, ainda, a concentração das negociações com poucos proprietários, encurtando o caminho da implementação inicial do mini-corredor.

Um deles, dono da Fazenda Palmares (de 10.500 ha), cedeu, gratuitamente, a imagem de sua fazenda, além de permitir o registro em GPS de áreas prioritárias para conexão de fragmentos existentes em sua propriedade. Trata-se da propriedade que

se encontra exatamente defronte ao Parque Nacional do Pau Brasil, lugar, ao mesmo tempo, estratégico e crítico para a efetivação da conexão florestal com o Parque Nacional de Monte Pascoal, por se situar exatamente no divisor de águas entre a bacia do rio Caraíba e sua vizinha maior ao norte, a bacia do rio dos Frades.

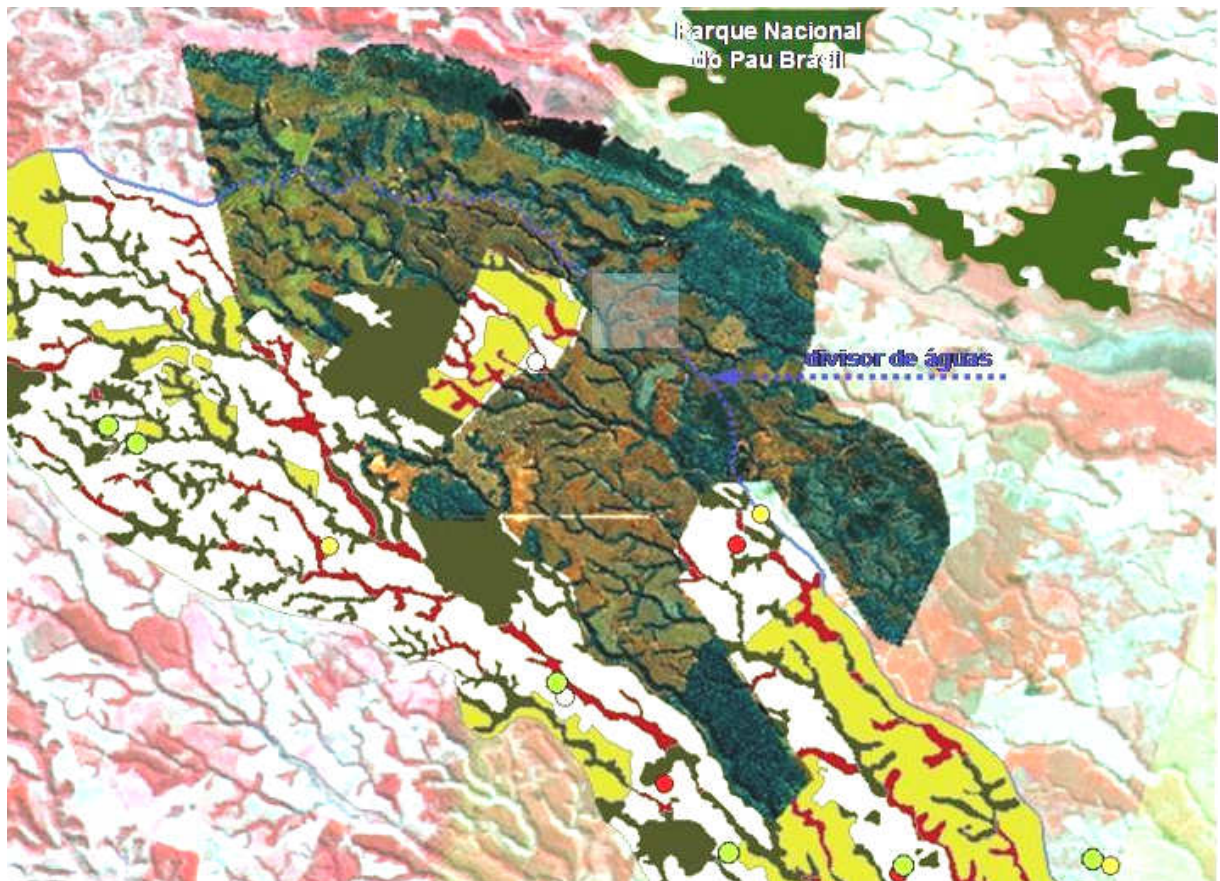


FIGURA 25: Ponto crítico na Fazenda Palmares: transposição do divisor de águas. (Mapa elaborado junto com Flávia Chaves sobre imagem cedida pela co-autora e Fazenda Palmares. Ver CHAVES, 2005).



Sua concordância com plantios na chapada, em pastos hoje produtivos, significa a transposição do ponto mais difícil para implementação do corredor, primeiro por não se tratar de reposição de florestas em *boqueirão* improdutivo, depois pela coincidência entre o divisor de águas e uma barreira configurada pela estrada de terra que liga Caraíva a Itabela.



FIGURAS 26, 27 e 28 – Conexões florestais no divisor de águas.
(Elaboradas pelo autor sobre imagem cedida pela Fazenda Palmares).

0 1 km

4.6. Resultados parciais e continuidade

Se as primeiras conversas que levaram ao experimento de gestão pública compartilhada na bacia do rio Caraíva se deram em meados da década de 1990, os resultados alcançados pelo movimento, apresentados a seguir, se referem principalmente ao período que se inicia em outubro de 2004 — início efetivo do projeto financiado pelo CEPF — findando em junho de 2006, antes ainda do final do financiamento. Tratam-se, portanto, de resultados parciais de um projeto inicial, cuja implementação se encerra ao final de agosto de 2006. Existem razões para se acreditar, no entanto, que não seria de outra forma se este estudo fosse feito nos próximos anos: em qualquer momento os resultados aferidos seriam considerados parciais, uma vez que a intenção de continuidade, a ambição das metas e a construção de viabilidade dos próximos passos apontam para uma longa jornada de governo nas próximas décadas, sem que haja, no entanto, um *mandato* por tempo definido, tal como na democracia representativa.

Não se afirma, com isso, que a continuidade do movimento já esteja garantida, ao contrário: sua sustentação — captação de novos recursos, expansão e aprofundamento do movimento de cidadania, consolidação da rede de organizações para atuação integrada no extremo sul da Bahia, instituição do comitê de bacia e prosseguimento do processo de autocapacitação para planejamento e gestão territorial — continua colocada como o próximo grande desafio para os cidadãos do rio Caraíva, apesar das evidências de que o processo não será interrompido ao final da primeira *alavancagem*. De qualquer forma, os *indicadores de desempenho* do projeto⁵⁵, apresentados a seguir, resultados acumulados dos primeiros vinte e um meses de

⁵⁵ Os *indicadores de desempenho* foram definidos e apresentados no início do projeto, em acordo com o método de *marco lógico* (*Logical Framework*, ou *Matriz de Planejamento de Projetos* — modelo de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos utilizado por agências internacionais de financiamento, tais como Banco Mundial e BID), também usado pelo CEPF, que acompanha os projetos por ele financiado através de relatórios trimestrais e vistas *in loco*.

atuação em gestão pública, fornecem um conjunto de dados suficiente para uma avaliação parcial do curso desta que foi a primeira experiência articulada de governo da bacia do rio Caraíba, a cargo de seus cidadãos.

TABELA 1

Indicadores do objetivo geral: *processo permanente de recuperação ambiental*

Indicadores de desempenho (planejados para 24 meses, realizados após 21 meses)	planejado	realizado
1. Agentes locais envolvidos na implementação do sistema de conhecimento	16	18
2. Propriedades rurais disponíveis para atividades de recuperação ambiental	40	46
3. Moradores proativos na organização de mutirões de plantio	60	123
4. Produtores rurais protagonistas em atividades de recuperação ambiental	10	8
5. Comissão gestora da bacia do rio Caraíba implementada	-	*
6. Conexão florestal dos Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil	-	*
7. Cobertura florestal ampliada na bacia	200 ha	39 ha
8. Grupos voluntários de combates e prevenção de incêndios florestais	4	1
9. Impactos ambientais identificados / projetos de mitigação elaborados	100% / 2	100% / 0
10. Atividades econômicas planejadas p/ substit. de ativ. predatórias	2	0
11. Maioria da população com opinião positiva sobre o projeto	51%	*

Nota: * metas a serem verificadas ao final do projeto.

Se o *objetivo geral* sintetiza uma *vontade comum* de construção do *alicerce* para continuidade da recuperação ambiental na bacia, é possível afirmar que, ao final do prazo do financiamento, o aspecto da *permanência* do processo será melhor realizado que o de *recuperação ambiental* propriamente dita, uma vez que os resultados que se referem à *sustentação social* do movimento (indicadores de 1 a 4) parecem vir em números melhores que aqueles que se referem à *eficácia* do mesmo (indicadores de 7 a 10). Algumas das metas do objetivo geral se revelaram extremamente ambiciosas para o prazo de 24 meses (caso dos indicadores 6, 7, 10 e 11). Outras, talvez, pudessem ser alcançadas caso não houvesse a quebra de orçamento em virtude da apreciação cambial do Real frente ao *Dólar* no período. Os resultados dependentes de outros atores, tal como previsto no indicador 5, têm boas chances de serem alcançados em 2006, embora não ainda dentro do prazo de

financiamento do projeto. Em relação ao indicador 6, é possível que o prazo seja suficiente para o detalhamento do desenho do mini-corredor em toda sua extensão, além de início dos plantios mais significativos ainda neste ano, uma vez que mais da metade dos plantios já efetuados se encontram nas sub-bacias eleitas como prioritárias.

TABELA 2

Indicadores do produto 1: *movimento de cidadania – sistema de mobilização social*

Indicadores de desempenho (planejados para 24 meses, realizados após 21 meses)	planejado	realizado
1. Convênios e contratos em torno do projeto firmados/parcerias consolidadas	3 / 12	4 / 24
2. Proprietários rurais visitados; intenções de apoio obtidas e mapeadas	240; 40	109; 46
3. Infra-estrutura de trabalho local: estações de trabalho implantadas	2	2
4. Web-site desenvolvido (www.riocaraiva.org.br)	operante	em teste
5. Cidadãos treinados para operar os equipamentos e processos de trabalho	2	2
6. Elaborar e distribuir material de divulgação	4.200 peças	900 peças
7. Estações de rádio e jornais locais visitados.	2; 2	0; 0

A positividade dos dados relativos à mobilização social confirmam as boas chances de continuidade sustentada do movimento, tal como afirmado anteriormente, requerendo, no entanto, maior investimento nas atividades de comunicação social. A precária infra-estrutura atual de telefonia nos núcleos urbanos com maior número de agentes engajados no projeto — Caraíva e Nova Caraíva — em nada contribui para a eficácia demandada. É provável que o principal instrumento de comunicação do projeto venha a ser o site em construção, o que demandaria, no entanto, a captação de recursos para financiamento da continuidade de sua manutenção por agentes locais, após o prazo do projeto.

Os resultados qualitativos da *articulação institucional* do movimento, que confirmam os bons resultados quantificados no indicador 1, são detalhados no Apêndice. É importante notar que, apesar dos resultados demonstrarem o sucesso da estratégia de *inclusão e confiança incondicional*, tal como abordada nos capítulos

anteriores, surgiram de início, algumas dificuldades de comunicação e integração com a Flora Brasil e a Veracel, por desconfianças compreensíveis. No primeiro caso, por se tratar de uma organização que se candidata a um papel central no movimento ambientalista regional, talvez temerosa de arriscar seus recursos em um projeto pretensioso, com intenções inusitadas e liderado por organizações, até então, pouco conhecidas na região. No caso da Veracel, maior proprietária de terras na bacia, a provável desconfiança em relação à aguerrida militância ambientalista contra a monocultura do eucalipto impediu que um diálogo estável se estabelecesse, desde o início, adiando por mais de um ano os resultados que podem hoje ser vislumbrados.

TABELA 3

Indicadores do produto 2: *sistema de planejamento e gestão do território*

Indicadores de desempenho (planejados para 24 meses, realizados após 21 meses)	planejado	realizado
1. Processos de trabalho modelados, sistema georeferenciado implantado	totalmente	- georef.
2. agentes locais capacitados para operação do sistema	2 (total)	3 (parcial)
3. Reconhecimento da bacia realizado, modelos de recuperação desenvolvidos	realizados	realizados
4. Cadastro ambiental das propriedades rurais elaborado	240 visitas	109 visitas
5. Plano de gestão coletiva e recuperação ambiental da bacia realizado	-	*
6. Pesquisa de opinião sobre o projeto realizada	-	*

Nota: * metas a serem verificadas ao final do projeto.

O repasse total de instrumentos de planejamento territorial para agentes locais foi outra meta por demais ambiciosa para um prazo de 24 meses. Se é verdade que alguns agentes se capacitaram para registro de dados em campo em GPS, a manipulação, interpretação e disponibilização destes dados em sistemas georeferenciados demanda maior conhecimento especializado e recursos complementares, que surgiram, parcialmente, com a oportunidade da monografia desenvolvida por Flávia Chaves (2005) no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Desta forma, o sistema georeferenciado previsto não foi ainda implantado, mas deverá ser objeto de novo convênio, provavelmente incluindo o

repassa dos instrumentos aos agentes locais por organizações parceiras (Flora Brasil e I BIO), já avançadas em relação aos conhecimentos técnicos dos processos de geoprocessamento e sua aplicação para identificação de fragmentos significativos de mata atlântica no extremo sul baiano.

As metas previstas nos indicadores 5 e 6 tampouco têm grandes chances de efetivação até o final, agora pela questão orçamentária. Em relação ao cadastro a que se refere o indicador 4, houve decisão de interrupção temporária de novos contatos com proprietários rurais, até que haja melhores possibilidades de atendimento das demandas já levantadas. Em agosto de 2006, serão feitas novas visitas aos fazendeiros, visando à organização de um novo encontro de cidadania em Itabela, com temas específicos dirigidos a este público.

TABELA 4

Indicadores do produto 3: *programa de educação ambiental para adultos*

Indicadores de desempenho (planejados para 24 meses, realizados após 21 meses)	planejado	realizado
1. Conteúdos das palestras, cursos e oficinas definidos preparados	totalmente	realizado
2. Infra-estrutura para realização dos cursos e oficinas organizada	totalmente	realizado
3. Palestras introdutórias nos encontros de cidadãos	30 inscritos	160 inscritos
4. Cursos e oficinas ministrados para agentes locais	6 cursos	12 cursos

Os resultados do processo de *autocapacitação* dos agentes superaram, em muito, as metas previstas, que, neste caso, se revelaram até pouco ambiciosas para a demanda que se verificou. Recursos humanos e financeiros complementares, advindos do Sindicato Rural de Itabela e das outras organizações parceiras, também contribuíram para o sucesso deste programa. Como resultado observado (mas não previsto) passa a ser notável a qualidade e efetividade da participação de agentes do projeto nos conselhos gestores das unidades de conservação e reuniões entre organizações ambientalistas na região.

TABELA 5**Indicadores do produto 4: sistema de produção e distribuição de mudas nativas**

Indicadores de desempenho (planejados para 24 meses, realizados após 21 meses)	planejado	realizado
1. Áreas doadoras para coleta de sementes equacionadas	3	5
2. Agentes para coleta de sementes e geração de mudas capacitados	4	6
3. Viveiro de Itabela estruturado, sistema de produção e distribuição organizado	operante	realizado
4. Viveiros de mudas no território indígena implantados	16	2
5. Mudas produzidas e distribuídas	250.000	60.000

Nota-se, aqui, que dificilmente as metas previstas para produção e distribuição de mudas serão alcançadas. Neste caso, não houve, no entanto, ambição exagerada das metas, uma vez que é provável que exista demanda para todas as mudas de árvores nativas produzidas muito superior ao número estipulado como meta. A estratégia de implementação de pequenos viveiros junto a roças no Território Indígena Pataxó não obteve sucesso dentro do prazo do projeto, em função da interrupção dos aportes de recursos federais esperados pela Flora Brasil para implementação dos mesmos.

Algumas doações da Veracel e CEPLAC (cerca de 7.000 mudas) não foram suficientes para suprir o grande *deficit* de mudas nativas na região, cuja oferta tem sido desproporcionalmente inferior à demanda por parte dos proprietários. Para corrigir esta lacuna, o viveiro de Itabela está recebendo investimentos em infraestrutura que duplicarão sua atual capacidade de produção para até 200.000 mudas por ano.

TABELA 6**Indicadores do produto 5: sistema de plantio e manutenção de florestas nativas**

Indicadores de desempenho (planejados para 24 meses, realizados após 21 meses)	planejado	realizado
1. Funcionários e voluntários treinados para plantio e manutenção de mudas	20	30
2. Áreas disponíveis para plantio definidas e mensuradas	40; 12	48; 17
3. Recursos para plantios (transporte, mão de obra, cercas etc.) equacionados	6	6
4. Ações autônomas de plantio por proprietários rurais assistidas e registradas	25 ha	16 ha
5. Plantios realizados por agentes profissionalizados	150 ha	12 ha
6. Mutirões de plantio realizados	6; 25 ha	4; 8ha
7. Manutenção de plantios realizada, resultados avaliados	100%	40 %

Os resultados relativos ao plantio e à manutenção das florestas nativas foram os que sofreram maior impacto pela quebra de orçamento verificada no período, uma vez que tais atividades demandam investimentos de monta – cerca de R\$ 3.100,00 por hectare, na região (informação verbal)⁵⁶ – também subestimados quando da elaboração do projeto. Se o indicador 4 depende, antes, da disponibilidade de mudas para doação e o indicador 6 do ânimo dos agentes envolvidos (afetados pelas disputas políticas internas relatadas neste capítulo), o pior resultado se verificou mesmo no indicador 7, que se refere, exatamente, aos plantios cuja implantação previa trabalho remunerado. O aporte de novos recursos, advindos da negociação em curso com a Veracel, para financiamento do plantio de 100 ha de mata nativa na bacia do Caraíva por agentes cooperados do projeto, abre a possibilidade, no entanto, de aproximação da meta prevista no indicador 5, antes ainda do final deste ano.

⁵⁶ Informação passada por técnicos da Veracel para plantios de matas nativas em suas propriedades na região.

TABELA 7**Indicadores do produto 6: comissão gestora da bacia – encontros de cidadania**

Indicadores de desempenho (planejados para 24 meses, realizados após 21 meses)	planejado	realizado
1. Produção e divulgação dos encontros preparatórios por agentes locais	8 agentes	18 agentes
2. Encontros preparatórios realizados	4	3
3. 1º Encontro de cidadãos da bacia organizado e realizado por agentes locais	2	2
4. Agenda de continuidade e atuação integrada	elaborada	em elab.
5. Comissão gestora da bacia constituída	-	*
6. Sistema de gestão do conhecimento repassado para o comitê de bacia	-	*

Nota: * metas a serem verificadas ao final do projeto.

Verifica-se que as primeiras 4 metas já estão cumpridas ou o serão, com facilidade, após o próximo encontro de cidadania em Itabela. Já as metas colocadas nos indicadores 5 e 6 apresentam condições para serem atingidas até o final de 2006, prazo superior ao estabelecido pelo projeto, dependendo, no entanto, de outros atores públicos e privados. A substituição da idéia original, de formação do comitê de bacia do rio Caraíva, pela criação de uma *comissão gestora* da bacia, integrando as organizações comunitárias e ambientalistas com atuação na região, além de representantes do poder público e iniciativa privada, na mesma proporção determinada pela lei, não parece ser incompatível com a recente proposta da SRH, apresentada para o movimento em contato recente com o Grupo Natureza Bela: a organização de uma *associação de usuários de águas* que integraria o comitê ampliado das bacias do Extremo Sul da Bahia. Esta definição é objeto de uma reunião proposta pela SRH com as organizações gestoras do projeto, agendada para setembro de 2006.

Outros resultados, não projetados inicialmente, foram alcançados através de iniciativas dos agentes do projeto, num saudável processo de multiplicação de benefícios com os mesmos recursos financeiros disponíveis. Talvez, o resultado mais significativo tenha sido a inclusão digital de boa parte da população de Caraíva, em contato pela primeira vez com a informática e a Internet, disponibilizados na sede da Associação dos Nativos, então recém construída em mutirão. De início, foi instalado,

com recursos do projeto, um grupo gerador de energia e antena de satélite para comunicação com a rede em *banda larga*.

Logo nas primeiras semanas, após a montagem da estrutura na sede da ANAC, com duas estações de trabalho novas e mais duas compostas por equipamentos antigos doados, foram oferecidos cursos gratuitos de informática básica para cerca de 60 pessoas da comunidade, que passaram a fazer uso freqüente do serviço da Internet, oferecido aos nativos a preço de custo (energia e manutenção), na sede de sua associação. Nas *temporadas* do turismo, os mesmos serviços eram oferecidos aos visitantes, gerando recursos complementares para manutenção da estrutura. Professores e alunos da rede pública também ganharam direito de utilização da estrutura montada, sem custos, para as atividades regulares da escola. Esta abertura certamente contribuiu para o elevado índice de apoio que o projeto alcançou em Caraíva. Também é notável o impacto positivo, em uma economia muito pequena e fortemente dependente da sazonalidade do turismo, do aporte de cerca de R\$ 70.000 por ano, fora da *temporada*, para remuneração de agentes locais (*nativos* em sua maioria), envolvidos nas diversas atividades do projeto — coleta de sementes, plantio e manutenção de florestas, pesquisas de campo, mobilização social, administração e operação do escritório, planejamento e gestão do projeto.

Outro resultado, relacionado ao anterior, embora originado de uma demanda previsível, não havia sido inicialmente planejado: a criação de uma cooperativa de trabalho, que tornassem regulares as relações de prestação continuada de serviços frente à legislação trabalhista e previdenciária, sem os riscos e ônus advindos da contratação permanente de trabalhadores *autônomos*⁵⁷. A Cooperativa de Reflorestadores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (COOPLANTAR) só veio a ser efetivamente criada quase ao final do projeto, em virtude da dúvida sobre a viabilidade de sua continuidade após o prazo do financiamento inicial. A explicitação, por parte da Veracel, tanto de seu compromisso com o Banco Mundial (reposição de

⁵⁷ Expressão aqui utilizada no sentido que lhe confere a legislação trabalhista.

400 ha de florestas nativas por ano) quanto do interesse em projetos de mitigação de eventuais impactos socioambientais de suas atividades, funcionou como *gatilho* para a mobilização dos agentes locais para a fundação da cooperativa, que contou, para isto, com o importante apoio das organizações parceiras.



FIGURA 29: Fundadores, primeira diretoria e conselho fiscal da COOPLANTAR, em junho de 2006.

Uma avaliação preliminar das condições de continuidade dos processos de recuperação ambiental permite, aqui também, uma visão bastante otimista. No mesmo momento em que se articulava a fundação da cooperativa, o Grupo Ambiental Natureza Bela articulava com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) o apoio financeiro para a consolidação de mini-corredores ecológicos nas bacias do Caraíva, Mucugê e rio dos Mangues, estes últimos mais próximos da sede do município de Porto Seguro, para atendimento de condicionantes ambientais exigidas

ainda no processo de privatização da empresa. Os recursos financeiros oferecidos para o segundo semestre de 2006 são próximos ao que foi perdido em virtude da apreciação cambial no financiamento do CEPF. Também já se negocia a extensão e ampliação deste convênio para o ano de 2007. Outro sinal importante foi o surgimento de uma outra estrutura, lentamente construída a partir da demanda pela integração das diferentes formas de atuação das organizações ambientalistas na região.

No final do primeiro semestre de 2006, foi proposto e criado um consórcio interinstitucional para atuação integrada em projetos de proteção das águas e biodiversidade no *miolo* do Corredor Central. Um território ainda indeterminado, mas que, certamente, abarca os fragmentos protegidos de Mata Atlântica do Sítio do Patrimônio Mundial Natural reconhecido pela UNESCO no extremo sul da Bahia. Este consórcio, que reúne inicialmente Associação dos Nativos de Caraíva, Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva (ASCBENC), Grupo Natureza Bela, Instituto Cidade, Instituto BioAtlântica, Flora Brasil e a Associação dos Proprietários de RPPN da Bahia (PRESERVA), nasceu com vocação e potencial para assumir o papel demandado pelo governo do estado para integrar o sistema participativo de gestão das bacias do extremo sul da Bahia.

A consolidação e eventual ampliação deste consórcio talvez venha a ser um dos passos mais importantes para a sustentação política e para o aprofundamento de um amplo movimento de cidadania para a gestão pública compartilhada em toda a região. Seja qual for o formato institucional desta organização, ela pode vir a cumprir o papel de *instância representativa* complementar às formas diretas praticadas no movimento de cidadania, colocando em prática, de forma plena, o modo de governo democrático preconizado na constituição brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que se trate aqui de resultados parciais de um projeto inicial, estas considerações finais se propõem à avaliação crítica da eficácia teórica e prática (ou *prática*) dos princípios, meios e fins, tanto do experimento de planejamento e gestão pública compartilhada quanto das reflexões que configuram o estudo em que se insere. Daí ser útil a formulação de perguntas que servirão de guia para a avaliação, mesmo que em muitas delas não se encontrem as condições adequadas para respostas definitivas. De trás para frente: em relação ao experimento, os resultados alcançados foram significativos, isto é, o modo proposto de planejamento e gestão praticados se revelaram eficazes?

Para advogar uma resposta positiva, começamos por verificar que há uma variação significativa na razão entre os resultados alcançados e os previstos. Em sua maioria, os resultados que ultrapassaram as metas inicialmente propostas são verificados nos indicadores relativos à *estrutura de governo*, à base social e cultural que se pretende consolidar para a perenização dos processos de recuperação ambiental na bacia: a geração de um amplo e inclusivo movimento de cidadania, a disponibilização de conhecimentos e informações para cidadãos locais *empoderados* como agentes de governo e o urdimento de uma rede de organizações para a sustentação política deste movimento. É também possível verificar que os resultados correspondentes à efetiva recuperação de ambientes degradados, tanto em relação à produção de mudas quanto à área efetivamente recuperada, se expressam através dos piores indicadores do projeto.

É interessante realizar um paralelo com a experiência recente da gestão pública, a cargo do Estado, na qual se verifica, também, que um forte contingenciamento financeiro, imposto pelo histórico de acumulação de dívidas, se manifesta com maior força na falta de recursos para investimentos nos *fins* (infra-estrutura, segurança pública, incremento de qualidade em educação, saúde, saneamento etc.), dada a dificuldade de redução de custos dos *meios* (custeio, pessoal, despesas vinculadas etc.), o que também é uma realidade neste projeto.

Em defesa da primeira experiência de governo da maioria dos cidadãos do rio Caraíva pode-se argumentar, apesar da pretensão desmesurada de algumas metas, que a valorização do Real no período foi uma surpresa não apenas para os formuladores do projeto, que usaram, em suas projeções, números oficiais do Banco Central. A significativa quebra de orçamento, no entanto, não explica tudo: os números poderiam ser outros, caso houvesse, no prazo contratado, o devido aporte de recursos federais para os viveiros comunitários a serem implementados pela Flora Brasil no Território Pataxó. Por outro lado, o plantio, manutenção e cercamento de matas nativas se revelaram bem mais custosos do que o planejado, denotando alguma falha na previsão dos valores inicialmente projetados.

Tal como o poder público, que busca novos recursos para investimentos na iniciativa privada — como nas chamadas parcerias público-privadas (PPP) —, as organizações gestoras já negociam recursos complementares com as maiores empresas entre as que atuam na região, Veracel e COELBA, para sustentação inicial, após o primeiro período financiado. Aqui, também, o princípio de complementaridade em relação ao Estado, no que tange ao financiamento das atividades, já poderia ser inicialmente verificado: nos primeiros dois anos do experimento não há nenhuma previsão de aporte de recursos de cofres públicos — que certamente serão bem vindos, caso surjam.

Apesar dos fracos resultados na recuperação ambiental, o tempo joga a favor da hipótese otimista, que conta com um terço da bacia reocupado pela vegetação original em duas décadas. Primeiro, porque a taxa de regeneração natural das matas nativas acompanha a taxa de crescimento das florestas plantadas no extremo sul da Bahia, uma das mais altas do planeta. Depois, porque a tendência de expansão da silvicultura sobre a agropecuária (atividade que mais impede a regeneração, devido a pisoteio e queimadas) parece ser inexorável. Soma-se a este o fato de que as empresas de celulose, cumpridoras da lei ambiental, no mínimo por exigências de

mercado, não têm conseguido reservar mais que 50% de suas propriedades na bacia para plantio do eucalipto (informação verbal).⁵⁸

Para além dos resultados quantificáveis, o experimento demanda, ainda, uma avaliação qualitativa de seus fundamentos. O equilíbrio entre as idéias de autonomia, complementaridade e interdependência entre os diversos agentes e as demais instâncias de poder presentes na região pode ser um dos critérios de validade para uma experiência efetiva de gestão pública compartilhada. Verifica-se um nível satisfatório de *equilíbrio interno* dos três termos, entre os principais agentes do projeto, com razoável autonomia na atuação, distribuição de responsabilidades e complementaridade não competitiva entre as organizações gestoras e parceiras do terceiro setor. Também se verifica um nível crescente de interação entre estes e a iniciativa privada presente na bacia, testemunhados pelos recentes convênios do Grupo Natureza Bela com a COELBA e o contrato de plantio de florestas nativas celebrado entre a COOPLANTAR e a Veracel.

O mesmo não pode ser ainda afirmado em relação às instituições do poder público, mas não pela ausência dos mesmos ou oposição dos agentes. Apesar das boas relações e intenções de apoio mútuo, ainda não se efetivaram, na mesma amplitude dos acordos com a iniciativa privada, propostas de continuidade ou ampliação das atividades em escala proporcional ao potencial de cooperação. A expressiva participação de agentes do projeto nos conselhos gestores de unidades de conservação — APA Caraíva Trancoso, RESEX Corumbau e Parque Nacional do Pau Brasil — ainda não se realizou como projeto de atuação conjunta para recuperação ambiental, o que se espera que possa acontecer a partir da elaboração dos *planos de manejo* destas três unidades, todos previstos para o ano de 2006. A maior chance de colaboração efetiva no horizonte se configura na proposta de cooperação da SRH com as organizações gestoras e parceiras do projeto para criação do Comitê de Bacias do Extremo Sul, a se verificar ainda neste ano.

⁵⁸ Informe passado por técnicos florestais da Veracel.

Outro critério de aferição qualitativa do processo de governo pode vir através da verificação da forma de atuação do movimento: se ela pode ser caracterizada como uma *rede*, em que o princípio da horizontalidade e a disponibilidade plena de informações para todos os integrantes estão sendo aplicados, no lugar das práticas modernas de centralização de poder, informação e conhecimentos.

Os princípios da atuação em rede têm se configurado como um norte para o movimento desde seu início e, na medida do possível, sempre são colocados em prática pelos cidadãos e organizações envolvidas no projeto. A tradição paternalista, no entanto, ainda é forte nas organizações comunitárias locais, o que, muitas vezes, se transforma em demanda por liderança explícita ou dependência em relação ao dirigente da instituição. O embate político durante as eleições da ANAC, relatado no capítulo 4, demonstrou a permanência e força da idéia de centralização do poder decisório, além dos possíveis efeitos da disputa representativa em uma das organizações que compunha o tripé gestor do projeto, com perda de *ânimo voluntário* de agentes importantes até então.

A dificuldade de repasse de alguns instrumentos — controles financeiros, geoprocessamento, elaboração de mapas e propostas para captação de novos recursos, por exemplo — se apresentou como obstáculo à horizontalidade plena, gerando, ainda, alguma dependência em situações específicas de gestão e negociação. Outro aspecto que trouxe dificuldade específica é a falta de um sistema de telefonia eficiente nos núcleos urbanos da bacia, assim como de um meio de informação que sirva de canal para a visibilidade das ações e resultados, uma vez que o veículo que poderia cumprir este papel, o *site* do projeto, ainda se encontra em construção. A transparência desejada na administração financeira, por exemplo, talvez tenha sido a maior prejudicada pelo adiamento da operação do *site*, algo que não pode deixar de ser corrigido no futuro.

Apesar da sobrevivência / resistência de características típicas da heteronomia, é visível o avanço na direção de outra mentalidade — ausência de hierarquia rígida, de

formalização das relações, de centralização das decisões, de sonegação de conhecimentos. As informações circulam claramente no limite máximo permitido pelos meios disponíveis, a cooperação entre os agentes supera, em muito, as situações de competição naturalmente existentes e os *especialistas* ou *representantes* não se impõem como *autoridades* em nenhuma atividade do projeto. A expansão e o enraizamento deste *espírito* de rede na região poderão ser efetivamente verificados daqui para frente, a partir da atuação tanto do movimento quanto do consórcio interinstitucional recém criado.

Se na proposta de gestão pública compartilhada o próprio princípio da complementaridade — atuar onde o Estado não tem conseguido — inviabiliza uma avaliação comparativa em situações semelhantes, acreditamos existir elementos suficientes para justificar uma resposta positiva ao primeiro questionamento desta avaliação: apesar da existência de indicadores aquém do esperado em alguns dos fins propostos e, frente às contingências orçamentárias enfrentadas, os resultados dos primeiros 21 meses podem ser considerados significativos, podendo-se afirmar que o modo de governo proposto, pelo menos em seu estágio inicial, pode ser considerado eficaz. Passar-se-ia, portanto, para a avaliação da *constelação de métodos*: seriam os princípios e meios utilizados eficazes para o fim que se propunha — a revelação da autonomia —, tanto quanto fiéis ao princípio fundador — o cidadão como sujeito de governo?

Não há como negar a existência de um processo de *empoderamento* revelador do *poder cidadão* para atuação em situações de consenso. A proposta de não esperar pelo *outro governo* — pelos representantes políticos no poder público —, mas de exercer o direito constitucional de governar diretamente, tomando a frente das ações, de forma cooperativa (ou não competitiva) nos espaços em que o Estado não conseguia ocupar, teve aceitação imediata, desde as primeiras conversas. O princípio da *autofundação*, sintetizado na afirmação simples de que *nós é que somos O Governo*, logo se transformou em *ação intencional*, comprometida com *resultados*

imediatos, alcançados com impressionante velocidade.⁵⁹ No primeiro momento em que os cidadãos de Caraíva e Itabela se viram de posse dos recursos financeiros e materiais (estações de trabalho, viveiro de mudas, caminhão, ferramentas etc.) para dar suporte à efetivação de suas vontades comuns, puderam demonstrar que já dispunham dos conhecimentos mínimos necessários para a *autoria* de um plano de atuação conjunta e, logo após os primeiros plantios de mata nativa, protagonizados por *cidadãos comuns* na região, se firmaram como *autoridades* em recuperação ambiental — isto é, provaram que já estavam *prontos para governar*.

A *confiança incondicional no outro* também confirmou seu potencial de indução de uma rede poderosa de cooperação entre cidadãos de diversos lugares e instituições, com pouco ou nenhum conhecimento mútuo anterior. O número de organizações e os compromissos por elas cumpridos, detalhados no apêndice desta dissertação, podem ser, em boa parte, creditados à prática do princípio de *confiar para merecer confiança*, bem como da *complementaridade não competitiva*. Não se quer dizer aqui que não ocorreram (ou ocorrem) desconfianças, bem como disputas e rupturas, como no caso já citado da eleição da ANAC. Pode-se afirmar, no entanto, que o saldo positivo, resultante da cooperação entre a maioria dos agentes, ultrapassa, em muito, os eventuais resultados negativos gerados pela competição entre poucos deles.

Em relação ao processo de mobilização social, ao se comparar o histórico inicial do movimento com o proposto na referência metodológica de José Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004), verifica-se uma correspondência de funções desempenhadas para catalisação e desenvolvimento do experimento para os papéis de *produtores* e *reeditores sociais* designados pelos autores. A falta de um agente específico para o papel de *editor*, responsável pela *tradução* (função eventualmente assumida pelo produtor) e *veiculação* dos conteúdos em linguagem apropriada ao universo cultural

⁵⁹ Pode-se dizer que a maior parte dos resultados, inclusive aqueles não previstos ou financiados pelo projeto, foram alcançados nos primeiros oito meses de atuação. Duas razões podem ter contribuído para tanto: entusiasmo inicial e recursos financeiros não contingenciados.

dos *reeditores*, pode ter contribuído fortemente para a ausência de melhores resultados referentes à comunicação social e visibilidade de resultados do projeto.

A intenção de *reedição ampliada*, de extensão e enraizamento do movimento para além da bacia do rio Caraíva, continua no horizonte como o maior desafio para o futuro, e, certamente, não poderá prescindir da presença do *editor*. Por outro lado, foram verificados alguns sinais isolados de *contaminação* espontânea (ainda que não de *propagação* acelerada), de alguns cidadãos de lugares vizinhos, pelos princípios de um *governo cidadão*. Um processo planejado de ampliação do movimento ainda está por ser desenhado, mesmo que não se conheça ainda uma rota segura para o mesmo. Pode ser que o consórcio interinstitucional se preste tanto ao papel de consolidação do alicerce lançado na bacia do Caraíva quanto ao de trampolim para um salto sobre o divisor de águas.

Sobre o processo de pesquisa-ação participativa (PAP) pouco se poderia acrescentar ao que já foi dito em relação à eficácia dos resultados, mas vale uma discussão sobre a *validade* dos mesmos. Não há dúvidas a respeito da interferência dos *pesquisadores*, bem conhecidos pelos *pesquisados*, nos resultados positivos obtidos na questão do apoio ao projeto e disponibilização de terras para reposição de florestas. Pode-se detectar, mesmo, o que parece ter sido um *reforço* deste viés positivo por parte dos *pesquisados*, uma vez que o comentário espontâneo de que o projeto chegara tarde foi ouvido de fontes diferentes. Desta forma, pode-se afirmar que houve, aqui, a detecção de uma *vontade comum ampliada*, intenção coletiva que ultrapassou as fronteiras dos lugares para se transformar em potencial *interesse público* na forma de um consenso sobre *proteção das águas pela reposição de florestas em áreas improdutivas*, os boqueirões degradados.

Do ponto de vista da ciência moderna, seria difícil considerar resultados tão enviesados como válidos. Do ponto de vista de outra forma de conhecimento, que não extirpa a intenção do investigador em nome de uma verdade supostamente pura (como se fosse plausível, neste caso), talvez não fizesse nenhum sentido se falar em

rigor. Mesmo ciente desta eventual impossibilidade, buscou-se um rigor mínimo ao se extirpar dos mapas dados que demonstraram alguma inconsistência⁶⁰ entre os termos de compromisso assinados e os questionários respondidos nas visitas anteriores.

A *validade científica* deste conhecimento, passível de questionamento por uma ciência ainda moderna, certamente não teria o mesmo valor da *validade estratégica* das intenções de apoio levantadas por *investigadores* que são, também, *governantes* do território. Talvez seja possível afirmar que a PAP na bacia do Caraíva tenha validade incontestável como *experimento de governo*, uma vez que colocou, frente a frente, pela primeira vez, cidadãos da bacia, habitantes dos núcleos urbanos e proprietários rurais, para conversarem sobre interesses e vontades comuns, bem como sobre a possibilidade de atuação cooperativa. A esta validade estratégica corresponderia uma validade científica em outro paradigma.

Talvez seja possível afirmar também que, para pesquisadores e pesquisados, continuam valendo muito mais a memória das conversas informais e a palavra empenhada do que a consolidação dos resultados nos documentos produzidos posteriormente por *responsáveis técnicos* ou outros *autores externos*. Documentos estes de pouca importância relativa, um indício de que, neste determinado modo cultural pré-moderno, o que vai para um papel *não assinado pelos envolvidos*, vale menos do que o que se trata pessoalmente, *olho no olho*. Esta descrença ou desconfiança em relação aos volumes encadernados, ao registro do plano na fragilidade do papel,⁶¹ pode ser uma consequência dos contatos anteriores com o sistemas de planejamento moderno, com a excessiva confecção de documentos sem efetiva implementação, ou seja, com a produção de *letra morta* — mais vale aqui a muda no chão.

⁶⁰ As inconsistências foram motivadas, principalmente, pela existência, em uma mesma propriedade, de uma dupla fonte de dados, devido ao fato de vários proprietários não residirem nas suas fazendas, gerenciadas, no caso, por um empregado: se havia dúvida sobre a real intenção do proprietário, o dado não era lançado no mapa.

⁶¹ Ali, também, se ouve uma expressão comum em muitos outros lugares: *isto vai sair do papel?* Uma pergunta que busca saber se a proposta é séria, se merece credibilidade.

Um *plano efetivo* de gestão, do ponto de vista do *cidadão comum*, não necessitaria estar registrado nas formas com as quais o especialista se acostumou. Mais importante seria que *pulsasse vivo* nas combinações, nas palavras empenhadas pelos cidadãos e, principalmente, nas ações e nos resultados reconhecidos por todos os envolvidos. De alguma forma, este seria o espírito da proposta, aqui defendida, da invenção de um jeito de se fazer um *plano vivo*, que encontra sua fonte de vida na constante ação — catalisação, animação, mobilização, investigação, criação, combinação, organização, implementação, alteração, transformação — e reflexão. Esta *planeação*, fruto de um poder que só se manifesta como *verbo*, poderia ser a resposta dada pelo cidadão comum à primeira pergunta que ele próprio teria formulado no início deste estudo: planejar o espaço tem alguma utilidade? Claro. *Óbvio* que sim, desde que seja (ou se transforme em) *ação*.

Às perguntas colocadas em seguida — qual eficácia, por que planos não são cumpridos, por que existem leis que não pegam...? — corresponderiam respostas simples, se não também óbvias, após o enfrentamento da questão da legitimidade: claro que os planos e leis podem ser respeitados, desde que os cidadãos do lugar sejam — se vejam e sejam vistos — como *os autores e as autoridades*.

Na medida em que integra no mesmo sujeito as duas funções de governo, cumprindo em prática o pressuposto do *planeja quem executa, executa quem planeja*, seria lícito, também, que houvesse a justa participação dos cidadãos em todos os créditos, autorais e financeiros. Quanto aos financeiros, o Instituto Cidade, gestor formal do contrato perante os financiadores, se obrigou a cumprir um princípio não escrito, de aplicação da maior parte dos recursos nos lugares da bacia, sendo o maior montante utilizado para contratação de agentes locais. Desta forma, em espaços e tempos críticos (fora da temporada de turismo em Caraíva e Nova Caraíva), irrigou-se a economia local com recursos que, certamente, contribuíram para o bem estar das comunidades em tempos sempre difíceis.

Quanto aos créditos autorais, pode-se considerar a relação de cidadãos ao final do Apêndice como uma lista de assinaturas de co-autores do experimento relatado no capítulo 4, especialmente aqueles que fazem parte das organizações co-gestoras do projeto, presentes desde já na origem. A autoria dos agentes locais fica sempre mais clara em reuniões e conversas na região, quando se dá maior visibilidade aos cidadãos de Caraíva, Nova Caraíva e Itabela, à frente dos agentes de outros lugares. Fora do âmbito regional, nas apresentações em eventos técnicos e acadêmicos, se explicita, naturalmente, a autoria específica de cada trabalho, de tal forma que fique sempre clara a intenção de *pluriprotagonismo*, coerente com o modo de atuação em rede proposto.

A avaliação da eficácia e adequação dos princípios e meios colocados em prática no experimento também parece revelar um saldo positivo. Mesmo um observador isento, caso existisse, poderia encontrar sinais de alguma coisa diferente acontecendo ali. Algo que poderia ser descrito como uma revelação de sujeitos locais atuantes em processos de planejamento e gestão territorial, bem como de ações de interesse público implementadas com autonomia na bacia do rio Caraíva. O surgimento espontâneo de propostas de atuação integrada, por instituições que tomam conhecimento do projeto, bem como a própria formação do consórcio, integrando associações comunitárias com organizações ambientalistas de reconhecida competência e peso político, parecem ser indícios a favor de uma resposta positiva ao segundo questionamento desta avaliação.

Restaria, portanto, uma terceira questão para complementação destas considerações, a avaliação do caminho teórico escolhido: terá sido adequado para o estudo proposto? Primeiramente, deve-se dizer que a intenção de abordagem *prática* — ou, em termos mais *comuns*, de *se fazer pensando e pensar fazendo* — se revelou um desafio bem mais complexo que o esperado.⁶² Pode-se considerar, com justiça,

⁶² Poderia até não ser, se não fosse uma experiência nova na vida da maior parte dos agentes, ou se houvesse prazo maior que o do mestrado, ou mesmo se não houvesse a necessidade de gerenciamento contingenciado dos recursos financeiros no decurso deste prazo, somado à inevitável pressão por resultados

que uma maior extensão de leitura fosse requerida para se alcançar a profundidade teórica inicialmente desejada, o que traz como única vantagem a permanência de vontade e curiosidade crescentes para prosseguimento da investigação em estágios mais avançados da pós-graduação.

A principal opção de rumo desta reflexão surgiu da identificação de uma suposta raiz comum aos diversos modos de planejamento e gestão hoje praticados. Uma forma de heteronomia originária da ciência moderna, determinada por três atitudes: a ruptura e desnivelamento de poder com outras formas de saber, principalmente as do senso comum; a separação e hierarquização dos indivíduos em sujeitos ativos e objetos passivos; a fragmentação corporativa dos conhecimentos em disciplinas *autorizadas*, hermeticamente protegidas pelas linguagens técnicas. A aplicação da *crítica epistemológica da ciência moderna*, em busca de causas do fracasso dos modos modernos de governo, lançaria providencial luz externa sobre um debate que dá pouca atenção à absurda falta de resultados para aqueles a quem estes governos se destinam.

É possível afirmar que tal caminho aponta uma saída viável para o impasse em que parece se encontrar o debate sobre sistemas contemporâneos de planejamento e gestão. O projeto de superação da ciência moderna, pelo caminho da dupla ruptura epistemológica, em que se promoveria um reencontro criativo entre saberes da ciência e do senso comum, demonstrou sua versatilidade ao gerar alternativas de superação não apenas para questões específicas do conhecimento, a que inicialmente parecia se propor.

Além de agregar valor teórico aos meios estudados no capítulo 3, serviu de base para atitudes que já vinham sendo demandadas nos lugares (tais como a tradução de conceitos para expressões *vulgares* e concomitante categorização de algumas destas expressões), além de iluminar, quando não estruturar, algumas das

em um experimento inusitado. Pode-se dizer, mesmo, que também este resultado acadêmico — a própria existência desta dissertação — só foi possível em virtude da aposta na autonomia dos cidadãos e na concepção de trabalho em rede, que possibilitaram continuidade das ações sem maiores demandas por decisões centralizadas nos representantes formais do projeto frente aos financiadores.

práticas de planejamento e gestão do território (tal como no desenho do caminho prioritário do mini-corredor Monte Pascoal–Pau Brasil). Desta forma, pôde ser constatada sua eficácia para a superação da primeira atitude fundadora da heteronomia moderna, surgida exatamente como reflexo político da primeira ruptura epistemológica, já na origem do *método científico*.

A esperança de surgimento de um conhecimento novo, a partir do reencontro de saberes, sem volta à situação anterior, à ruptura original (ou eventual *vingança do senso comum*), possibilitaria o aproveitamento de instrumentos e conhecimentos da ciência (incluindo o planejamento e gestão *científicos*), para *criação* de um *saber comum* (correspondente à *vontade comum* revelada). Permitiria, ainda, a sobrevivência confortável dos especialistas, servindo de lastro para a idéia da rede pluriprotagonista de governo. A complementação dos *topoi* originais da dupla ruptura pelos três novos lugares (o interior dos sujeitos, o lugar de origem e o plano comum), sugeridos para revelação do interesse público a partir de um reencontro seguro e confortável entre agentes que *ainda se estranham*, pode contribuir, tanto para melhor viabilidade do projeto de Boaventura de Sousa Santos quanto para sua realização efetiva em um governo genuinamente *republicano*.

A superação da dualidade sujeito / objeto, na unidade sintética configurada pelo *cidadão do lugar*, surge como rota para reversão da segunda atitude da heteronomia moderna. Os modos modernos poderiam estar impondo ao cidadão uma dupla usurpação de poder, tanto pelo caminho da ciência (a usurpação pelos especialistas, técnicos e cientistas, da *autoria* dos planos) quanto pelo caminho da política (a usurpação pelos profissionais da representação e ocupação do Estado, da *autoridade*, não fossem estes últimos legitimamente *eleitos*). Como novos atores da usurpação moderna, surgiriam os *não governamentais* que, apesar da auto-denominação, vêm se posicionando como especialistas (*não eleitos*) da intermediação entre o Estado e o cidadão.

O cidadão, quando assume o protagonismo como *sujeito* de governo e de conhecimento, se converte também em seu próprio, *objeto* em processos efetivos de autogoverno e autoconhecimento, em/de seus lugares e território. Esta abordagem reunificaria, em um mesmo sujeito, a *autoria* e a *autoridade*, passo adiante em relação à segunda atitude da heteronomia moderna. Ao se aceitar como possível a revelação da *autonomia em processos de compartilhamento da gestão pública*, ou seja, ao se demonstrar a viabilidade e eficácia do cidadão como governante e a possibilidade, não apenas de coexistência, mas de complementaridade cooperativa entre diferentes formas de governo, desvincula-se a *revelação da autonomia* da necessidade de *reversão da heteronomia*, algo que apenas refletiria a complexidade contingente de nossas vidas.⁶³

Ao aceitar, por princípio, a *legitimidade da heteronomia* moderna (uma vez que a autofundação caracterizaria esta *subordinação* como uma escolha coletiva de um dos fundamentos da cultura ocidental) bem como ao se evitar, por pragmatismo, o enorme dispêndio de energia vital necessário para sua reversão pelo enfrentamento, todas as fichas são lançadas em uma busca de formas de atuação nos *interstícios da heteronomia*,⁶⁴ de forma complementar e não competitiva, sem que se gaste tempo e esforço em qualquer processo de enfrentamento — denúncia, resistência, luta —, para se concentrar em uma revelação de *autonomia imediata*, na geração de processos de planejamento e gestão *in loco*, em rigoroso compromisso ético com resultados de interesse público.

A superação da terceira atitude da heteronomia moderna demandaria a utilização plena de abordagens transdisciplinares, tanto por parte do cidadão do lugar

⁶³ Afinal, se podemos ser simultaneamente competitivos e cooperativos, justos e injustos, dependentes, independentes e ainda interdependentes, dependendo dos lugares físicos ou lógicos onde nos encontramos, da forma como neles nos vemos e somos vistos, não se trata de absurdo que nos afirmemos, simultaneamente, autônomos e heterônomos, ativos e passivos, cidadãos e não cidadãos.

⁶⁴ Pode parecer uma proposta limitada, de atuação em espaços *alternativos*, de amplitude restrita. Se, no entanto, considerarmos a ausência ou ineficácia, do poder público e da ciência, para a resolução de questões que poderiam ser consideradas obviamente consensuais — água limpa, saneamento, educação de qualidade, segurança pública e oportunidades de renda para todos, por exemplo — verifica-se que, provavelmente, o espaço dos interstícios no tecido social, na maior parte das nações, é muitíssimo superior ao ocupado por células eficazes da modernidade, mesmo quando esta se estende todos os cantos do ocidente.

original quanto por parte daquele que chega para o encontro. No primeiro caso, provavelmente, não haverá maiores dificuldades: nos lugares são encontrados, vivos, muitos dos saberes pré-modernos, carregados dos hábitos, sentimentos, vontades, crenças e talentos de seus habitantes. Estes saberes do lugar, reconhecidos na forma do conhecimento indisciplinado e imetódico nomeado pela ciência como senso comum, certamente não necessitam de qualquer processo de conversão ou convencimento para que se vejam e sejam vistos como transdisciplinares, o que significaria, também, sua adequação a uma nova forma de autoconhecimento, que inclui os lugares habitados e territórios reconhecidos.

Já o novo sujeito de governo, que chega de fora para o encontro, teria de se cuidar, ou mesmo de se resguardar, para que, na sua bagagem, carregada de conhecimentos disciplinares e metódicos, não venha também o peso das implicações políticas de sua ciência — centralização, desnivelamento, hierarquia, desprezo pela alteridade, vontade de competição e controle —, o que a tornaria um fardo difícil de se carregar em um processo de conhecimento e governo compartilhados. Para tanto, não há como fugir da atitude que supera a tolerância em favor do respeito, atenção e confiança, para que seja possível a produção coletiva de conhecimentos, construção cooperativa de decisões, controle público e compartilhado do território para sua transformação.

Um último dispositivo de grande valor para a superação da heteronomia moderna poderia ser a verificação da existência de consensos revelados, bem como da viabilidade e eficácia de sua aplicação para atuação coletiva pelo interesse público. Se todos os modos modernos de planejamento e gestão se vinculam a uma forma específica de heteronomia, não deve ser coincidência que todas as formas de atuação social surgidas da modernidade, e aceitas no debate da ciência, do mercado e da política, tenham como base o dissenso, o conflito e a competição — que não pode deixar de gerar vencedores e derrotados, opressores e oprimidos. Uma suposta impossibilidade prévia de existência parece impedir a realização de qualquer consenso

potencial, mesmo quando manifesto em opiniões compartilhadas por cidadãos de diferentes classes, credos e culturas, barrado pelos meios modernos de produção de conhecimento e poder — democracia representativa, militância partidária ou não governamental, movimentos sociais combativos, planejamento e gestão científicos, sem falar das antigas alianças espúrias da ciência com a indústria da guerra.

Esta impossibilidade se impõe de tal forma que, na ausência de formas justas para se lidar com o consenso, a modernidade, com seu condão invertido, tudo acaba transformando em fracasso. Mesmo onde o *consensual* se manifesta como *obviedade*, os modos modernos tratam de colocar a disputa pelos meios acima da concretização dos fins e do respeito aos princípios. Desta forma, o interesse público e a autonomia passam a se submeter à disputa paralisante e ao debate inócuo sobre as formas, planos e projetos, fazendo crer à maioria dos cidadãos que o *interesse público* poderia não passar de uma máscara para a vontade do mais forte e a autonomia não seria mais que um sonho utópico.

A superação do paradigma moderno, que mereça ser reconhecida como tal, não pode prescindir da idéia de *liberdade* ou, no campo da política, de *autogoverno*: vontade de poder sobre si próprio transfigurada em *atitude, ação* que possibilita uma *cidadania ativa*. Um novo *pensamento libertário*, portanto, se impõe como necessidade, talvez como única alternativa para guiar esta superação lastreada pela idéia de *autonomia*. Esta, por sua vez, parece encontrar chão firme e seguro na revelação de um consenso compartilhado nos lugares e ampliado no território. Talvez seja plausível afirmar a *impossibilidade da autonomia*, tanto quanto a do legítimo interesse público, *fora da idéia de consenso*, o que o tornaria pedra angular da única *res pública* possível.

Se pelo menos um objetivo deste estudo pudesse ser cumprido, e se estivesse nas mãos do autor escolhê-lo, este seria a apresentação de evidências da *efetividade do consenso para revelação da autonomia do cidadão*, em um âmbito que ultrapasse as fronteiras do seu lugar. Caso se verificasse, seria possível estar diante de tal

projeto concreto de investigação correspondente ao novo paradigma delineado por Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 92). Não se deve, no entanto, imaginar que isto já tenha acontecido, ou mesmo que esteja próximo de acontecer, na bacia do rio Caraíva: muita água ainda tem que rolar por baixo das primeiras pontes, ainda há pouco lançadas. A *confluência de sentidos* que ali se verificou, no entanto, mantém acesa a esperança de que, no mesmo lugar em que a modernidade desembarcou, uma outra história brasileira possa ser escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALVIM, Paulo de Tarso. Reservas da Mata Atlântica, costa do descobrimento. In: *Patrimônio mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO / Caixa Econômica Federal, 2000. p. 79-89.

ARANTES, Antônio Augusto. *Museu aberto do descobrimento: guia cultural*. Campinas: Andrade e Arantes LTDA, 2001.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. [Seleção de textos de José A. M. Pessanha]. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

BAHIA. CRA – Centro de Recursos Ambientais. *Avaliação da qualidade das águas: Bacia Hidrográfica do Extremo Sul*, 2001. Disponível em: <www.seia.ba.gov.br/SGDIA/transarq/arquivos/Bacia%20Hidrográfica/AVALIAÇÃO%20DA%20QUALIDADE%20DAS%20ÁGUAS%20-%202001/ARQUIVO/extremo_sul2001.pdf>.

BAVA, Sílvio Caccia. Democracia e participação. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 33-40. (Publicações Polis, 47). Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_144.pdf>.

BORDA, Orlando Fals; RAHMAN, M. Anisur. *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action-research*. New York: Apex, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 jan. 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BROWN, Lester. Um deserto cheio de gente. *Cadernos Diplô - Dossiê água: a disputa pelo ouro azul*, São Paulo, p. 36-37, 2003. Disponível em: <www.diplo.com.br>.

CELIBERTI, Lilian. Atores, práticas e discursos da participação. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 51-58. (Publicações Polis, 47). Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_144.pdf>.

CEPF. *Perfil do ecossistema: mata atlântica, hotspot de biodiversidade*. [s.l.]: CEPF, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 23-30. (Publicações Polis, 47). Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_144.pdf>.

CHAVES, Flávia Teixeira. *Uso do geoprocessamento para o planejamento de corredores de biodiversidade na bacia hidrográfica do rio Caraíva em um modelo de gestão compartilhada*. 2005. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Gestão urbana e controle social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do Orçamento Participativo de Belo Horizonte. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP / ANPUR, 2003. p. 113-129.

FRIEDMANN, John. *Empowerment: the politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell, 1992.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 15-50.

GÓMEZ P., Luis D. Reseña de libros. *Revista de Biología Tropical*, San José, v. 48, n. 4., 2000, p. 1.021-1.025. Disponível em: <www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7744200000400028&lngpt&nrm=iso&tlng=es>.

HALL, Budd L. From margins to center? The development and purpose of participatory research. *The american sociologist*, p. 15-28, 1992

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

JONES, Bernie. *Neighborhood planning: a guide for citizens and planners*. Chicago: American Planning Association, 1990. p. 6-8, 11-27 e 33-34. [Tradução não autorizada de Lucia Capanema Álvares].

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1-2., p. 113-130, jan./dez. 1997.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARTINE, George (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

MORELLI, Leonardo. Água: nas mãos de quem? *Cadernos Diplô - Dossiê água: a disputa pelo ouro azul*, São Paulo, p. 19-21, 2003. Disponível em: <www.diplo.com.br>.

OTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. [Regina Horta Duarte (Org.)]. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PARK, Peter. The discovery of Participatory Research as a new scientific paradigm: personal and intellectual accounts. *Sociology – the journal of the British Sociological Association*, West Midlands: BSA Publications, n. 1., v. 26, Feb. 1992.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

REBOUÇAS, Aldo. O paradoxo brasileiro. *Cadernos Diplô - Dossiê água: a disputa pelo ouro azul*, São Paulo, p. 38-41, 2003. Disponível em: <www.diplo.com.br>.

ROMANO FILHO, Demóstenes; SARTINI, Patrícia; FERREIRA, Margarida M. *Gente cuidando das águas: meia dúzia de toques e uma dúzia de idéias para um jeito diferente de ver, sentir e cuidar de água*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., Brasília. Fórum de Pesquisa 3: *Conflitos socioambientais e unidades de conservação*. Brasília: [s.n], jul. 2000.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Participação popular. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 47-50. (Publicações Polis, 47). Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_144.pdf>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TABARELLI, Marcelo; PINTO, Luiz Paulo; SILVA, José Maria C.; HIROTA, Márcia M.; BEDÊ, Lúcio C. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1,, jul. 2005.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TORO, José Bernardo A.; WERNECK, Nísia M. D. F. *Mobilização social, um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 140-151.

WHYTE, William Foot. *Participatory action research*. Newbury Park: Sage Publications, 1991.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Obras escolhidas I: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BRASIL. DECRETO n. 750, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração de Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTORIADIS, Cornelius. *Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COSTA, Geraldo M.; CANÇADO, Vanessa L. A dimensão política das políticas setoriais urbanas: o caso do saneamento básico. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (Org.). *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte, IAB/MG, 2002. p. 315-327.

CHAUÍ, Marilena. Uma razão social: entrevista a Robinson Borges. *Valor Econômico*, São Paulo, ano 7, n. 293., 5 maio 2006. Caderno EU&.

DEWEY, John. *John Dewey on education: selected writings*. New York: Random House, 1964.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Cristina. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LIMA, Flávia Pires Nogueira. Recursos hídricos e conflitos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1.135-1.145.

MYERS, Norman. Threatened biotas: "hot spots" in tropical forests. *The Environmentalist*, n. 8, p. 178-208, 1988.

SITES CONSULTADOS

www.ana.gov.br/Institucional/Legislacao/leis/lei9433.pdf

www.biodiversityhotspots.org/xp/Hotspots/hotspotsScience

www.conservation.org.br/como/index.php?id=10

www.conservation.org.br/publicacoes/megadiversidade/18_Tabarelli_et_al.pdf

www.corredores.org.br

www.escolavesper.com.br/paginaindio/pagindio/dicionariotupi.htm

www.polis.org.br/obras/arquivo_144.pdf

www.riocaraiva.org.br

www.sosmatatlantica.org.br/?secao=atlas

www.ufba.br/~paulopen/logtex.html

www.portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=370

APÊNDICE

CIDADÃOS E ORGANIZAÇÕES

Os resultados referentes à *articulação institucional* até agora alcançados podem ser melhor descritos qualitativamente, a partir dos compromissos e funções que cada organização assumiu no decorrer deste primeiro projeto financiado pelo CEPF, numa configuração inicial do que pode vir a ser a rede de gestão compartilhada da bacia do rio Caraíva.

ORGANIZAÇÕES CO-GESTORAS DO PROJETO

ANAC - ASSOCIAÇÃO DE NATIVOS DE CARAÍVA: lidera as atividades do projeto na porção da bacia pertencente ao município de Porto Seguro. Tem sido a organização com maior número de agentes (voluntários e profissionais) envolvidos no projeto, com as seguintes funções: gerenciamento de trabalhadores contratados para administração local, pesquisa de campo; coleta de sementes, plantio, manutenção, cercamento, transportes e comunicação; operação do sistema de mobilização social: expansão do movimento para área rural e outros núcleos urbanos — Nova Caraíva, Monte Pascoal e Barra Velha; organização dos Encontros de Cidadãos pelas águas do rio Caraíva; inclusão digital: cursos de computação para moradores de Caraíva, acesso gratuito à Internet para professores e alunos da escola; operação do sistema de comunicação (criação e manutenção do site, serviços de acesso à Internet para moradores e visitantes); planejamento territorial: acompanhamento de campo para elaboração do diagnóstico, definição das áreas prioritárias para recuperação e desenho de corredores; elaboração do cadastro ambiental e negociações com fazendeiros para cessão de terras; organização de mutirões de plantio em conjunto com associações

comunitárias de Nova Caraíva e Monte Pascoal; integração de ações com os Comitês Gestores da RESEX Corumbau, da APA Caraíva Trancoso e do Parque Nacional do Pau Brasil; infra-estrutura de apoio (hospedagem e alimentação) para agentes externos do projeto em Caraíva; criação da COOPLANTAR.

GRUPO AMBIENTAL NATUREZA BELA: lidera atividades do projeto na porção da bacia do município de Itabela e a articulação com organizações públicas, privadas e ambientalistas da região e do estado, com a seguinte atuação: ampliação da rede de organizações do movimento, constituição de grupo para elaboração de novos projetos; gerenciamento do viveiro de mudas de espécies nativas em Itabela; operação do sistema de educação ambiental; cursos sobre associativismo, cooperativismo, apicultura, plantio de florestas nativas e legislação ambiental; operação do sistema de comunicação pela Internet em Itabela; operação do sistema de mobilização social: expansão do movimento para área rural e núcleos urbanos de Monte Pascoal e Montinho; participação na organização dos Encontros de Cidadãos pelas Águas do rio Caraíva; elaboração do cadastro ambiental das propriedades rurais e negociações com fazendeiros para cessão de terras; organização de mutirões de plantio em conjunto com associações comunitárias de Caraíva e Monte Pascoal; integração de ações com os Comitês Gestores da APA Caraíva Trancoso, Parque Nacional do Pau Brasil e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; planejamento territorial: desenho de corredores; acompanhamento técnico dos plantios e manutenção de florestas nativas; administração de recursos financeiros; articulação de consórcio inter-institucional para atuação integrada no extremo sul da Bahia; criação da COOPLANTAR.

INSTITUTO CIDADE: lidera as atividades do projeto fora da região, responsável pela gestão do contrato, relatórios e contato com financiadores, cumprindo ainda as seguintes funções: capacitação de agentes locais para operação dos sistemas de conhecimento, planejamento e mobilização social: elaboração e gerenciamento de

novos projetos, treinamento para pesquisa-ação participativa, cursos básicos de computação, operação de gps e fotografia digital, mapeamento e geo-processamento; planejamento regional: participação na definição de áreas prioritárias e desenho de corredores; acompanhamento e registro de todas as atividades do projeto; articulação institucional regional e externa para ampliação e consolidação da rede de organizações, articulação de consórcio inter-institucional para atuação integrada no extremo sul da Bahia; criação da COOPLANTAR.

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR

ALIANÇA PARA CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA — CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL e FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA: apoio e integração institucional, articulação com financiadores, acompanhamento e avaliação do projeto, promoção de intercâmbio entre projetos, divulgação das experiências e resultados.

I BIO - INSTITUTO BIOATLÂNTICA: integração das ações de planejamento regional, elaboração conjunta de projetos, apoio financeiro aos trabalhos de campo para levantamento de uso e ocupação do solo e desenho de corredores, articulação com organizações do terceiro setor e empresas eucaliptocultoras, palestras sobre preservação e proteção ambiental em áreas privadas, oportunidades para projetos florestais para o *Protocolo do Kyoto: sequestro de carbono e mecanismos de desenvolvimento limpo*; articulação de consórcio inter-institucional para atuação integrada no extremo sul da Bahia; criação da COOPLANTAR; capacitação dos cooperados em restauração de florestas nativas; responsabilidade técnica dos plantios da Cooperativa.

ASSOCIAÇÃO FLORA BRASIL: articulação com a comunidade indígena para implementação de viveiros de mudas e plantios de sistemas agro-florestais no território indígena de Barra Velha, com recursos da FAO e do projeto; fornecimento de imagens e mapas para elaboração da base cartográfica; integração de projetos para desenho de mini-corredores de conexão dos parques nacionais do Descobrimento, Monte Pascoal e Pau Brasil; palestras sobre meio ambiente e unidades de conservação na região, sistemas agro-florestais e banco de sementes; articulação de consórcio inter-institucional para atuação integrada no extremo sul da Bahia; criação da COOPLANTAR.

SINDICATO PATRONAL RURAL DE ITABELA: trabalho conjunto com o GRUPO AMBIENTAL NATUREZA BELA, para elaboração do cadastro ambiental das propriedades rurais, promoção e financiamento de cursos para agentes locais; criação da COOPLANTAR.

ASCBENC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE NOVA CARAÍVA: organização de mutirões e plantios profissionais em conjunto com as associações de Caraíva e Monte Pascoal; criação da COOPLANTAR.

COOPLANTAR - COOPERATIVA DE REFLORESTADORES DA MATA ATLÂNTICA DO EXTREMO SUL BAIANO: negociação para plantio e manutenção de florestas nativas em áreas da Veracel e outras propriedades rurais da bacia.

PROECO - ASSOCIAÇÃO PRÓ ECO-TURISMO DE CARAÍVA: cessão de espaço para organização de reuniões e participação no sistema de comunicação social: redação de *releases* e articulação com órgãos de imprensa regional.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MONTE PASCOAL: organização de mutirões e plantios profissionais em conjunto com associações de Caraíva e Nova Caraíva; organização do Encontro de Cidadãos pelas Águas do rio Caraíva em Monte Pascoal.

ACIBAVE - ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA DE BARRA VELHA: organização de mutirões de plantio em conjunto com associações comunitárias de Caraíva e Nova Caraíva; organização de plantios profissionais no território indígena Pataxó de Barra Velha;

PRESERVA - ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE RPPN DA BAHIA: participação na criação da COOPLANTAR; cooperação para realização conjunta de encontro de proprietários rurais em Itabela; articulação de consórcio inter-institucional para atuação integrada no extremo sul da Bahia; criação da COOPLANTAR.

INSTITUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DA BAHIA, através de seus órgãos de gestão seoriais:

SFC — SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO / APA CARÁIVA TRANCOSO: inclusão de agentes locais no Conselho Gestor da APA; elaboração conjunta de projetos para atuação integrada;

SRH — SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS: apoio com transporte e combustível para elaboração do cadastro ambiental das propriedades rurais; cooperação para criação do Comitê de Bacias do Extremo Sul da Bahia; apoio institucional para apresentação de projetos de saneamento e proteção das águas junto

ao Fundo Nacional de Meio Ambiente e Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça;

IBAMA — INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, através dos gestores das unidades de conservação federais:

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CORUMBAU: cooperação para comunicação, mobilização social e ampliação futura do projeto; participação no programa de educação ambiental com palestras sobre cooperativismo;

PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL: mobilização das populações indígenas, para viveiros e plantio de mudas no território Pataxó; participação no programa de educação ambiental com palestras sobre impactos do artesanato em madeira;

PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL: cooperação para elaboração de projetos integrados e desenho de mini corredores;

CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA: doação de 2.000 mudas de espécies nativas nos mutirões de plantio;

CEFET BA / Eunápolis — apoio institucional para apresentação de projetos de saneamento e proteção das águas junto a fundos do governo federal;

PREFEITURA DE PORTO SEGURO – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA: cessão de terreno para construção da sede da ANAC (escritório local do projeto); apoio institucional para apresentação de projetos de saneamento junto a fundos do governo federal;

PREFEITURA DE ITABELA - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE: apoio institucional para apresentação de projetos de saneamento junto a fundos do governo federal;

UFMG - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS: dois trabalhos acadêmicos sobre o projeto – esta dissertação e a monografia de especialização de Flávia Chaves (2005); cessão de veículo para pesquisa de campo da dissertação.

ORGANIZAÇÕES DA INICIATIVA PRIVADA

SETE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL: elaboração final de *diagnóstico propositivo rápido*, desenho dos modelos de recuperação, educação ambiental, acompanhamento técnico, avaliação dos plantios e manutenção de florestas nativas;

AGROTERRA: acompanhamento técnico e manutenção dos viveiros implementados no território indígena Pataxó; participação voluntária no programa de educação ambiental, com palestras sobre banco de sementes e sistemas agro-florestais;

VERACEL: disponibilização de áreas em encostas e fundos de vale para recomposição de mata nativa; doação de 5.000 mudas de espécies nativas para os primeiros plantios; contratação da COOPLANTAR para reposição de 100 ha de florestas nativas no caminho prioritário do mini-corredor Monte Pascoal – Pau Brasil (em negociação).

ORBIS CIDADE E MEIO AMBIENTE: elaboração de estudos e projetos de saneamento e para Caraíva e Nova Caraíva;

DAM PROJETOS DE ENGENHARIA: elaboração de estudos e projetos de saneamento e para Monte Pascoal;

CONDOMÍNIO MATA DO QUEBRA POTE: apoio financeiro para elaboração do projeto inicial.

UNISULBAHIA - FACULDADES INTEGRADAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA: cooperação para elaboração de projetos integrados, acompanhamento dos encontros de cidadania por alunos e professores, oferta de estágios profissionalizantes do curso de turismo e elaboração de pesquisa de opinião ao final do projeto (em negociação).

CIDADÃOS DO RIO CARÁIVA

AGENTES DE CARÁIVA

Vilton José Brás Queiróz (Federal), Vilton José Bráz Queiroz (Biriba), David Santos Souza (Marola), Primo da Silva Filho (Chimo), Maria D'Ajuda Batista da Silva, José Geraldo da Silva (Nô), Valdeci Soares dos Santos, José Wagner dos Santos Brás (Gamela), Nelson Moreira dos Santos (Nelsinho), José Raimundo da Silva, Glauca Cristina de Andrade, Luiz Antônio Lopes Mesquita, Daniel Patto Rocha, Aldinei Magno Marinho (Neco), Patricia Miranda Magalhães Bastos, Raildo Santana da Silva, Wilton dos Santos Braz, Domingos Inocência Santos de Oliveira, Maria Angélica Gomes Vieira, Walquinete Soares dos Santos Filho, Ariosvaldo Bráz Sisnandes, Benedito dos Santos Bráz, Morenito dos Santos Silva, Adriano Porto Sisnandes.

AGENTES DE NOVA CARAÍVA

Carlos Alberto Santos, Lino Nobre Soares, Carlos Alberto Bobbio, José Dílson da Silva Dias (Dilsinho), Rosilene Oliveira dos Santos, Andreley Carvalho de Oliveira, Lélío Pinto Teles, Durval Pereira Silva Filho, Nadson dos Santos Magno, Leôncio Damascena Silva, Edvaldo de Almeida Oliveira, Gidevaldo de Almeida Pimenta, Joaldo Souza de Santana, Vagner Souza de Jesus, Erisvaldo da Silva Dias, Domingos Souza Santana, Luciano Barbosa Pereira, Gezinaldo Santana das Mercês, Sivaldo Dias da Silva.

AGENTES DE ITABELA

José Francisco Azevedo Júnior, Cláudio Marques Ambrozini, Jeane Apelfeler, Geiza Bomfim Ferreira, Sidivaldo Pereira Oliveira, Rafael Martins Ribeiro, Juliana Ribeiro Viana, Gilson Galli, Jéferson Bomfim Ferreira, Jakline Oliveira.

AGENTE DE BARRA VELHA

Adalto Vieira, Raoni Bráz Vieira, Anilson Vieira dos Santos, Carlos Alexandre Vieira Bráz, Airi Alves dos Santos, Antônio Bráz do Nascimento, Judecy Bráz Cristiano, Fermou da Conceição Ferreira, Ianan Bráz Vieira, Alex Sandro Souza dos Santos, Tary Ferreira Alves, Amauri Vieira Bráz, Irami Alves dos Santos, Romario Bráz Santana, Sirlan Meireles Brito, Arari Ferreira dos Santos, Uelzo Alves Vieira, Elias Franca da Conceição, Marlis Bráz Ferreira, Juliano Bráz Ferreira, Derenilson Nascimento Santos, Adevaldo Caetano dos Santos, Ianam Ananias do Nascimento, Fabiano Bráz Ferreira.

AGENTES DE BELO HORIZONTE

Paulo Dimas Menezes, Sérgio Andrade, Patrícia Faria, Karina Nicácio, Ana Elisa Brina, Eduardo Andrade, Ivana Reis Lamas, Luiz Paulo Pinto, Juliana Maioli, Izabel Dias, Orlando Vignoli Filho.

AGENTES DE MONTE PASCOAL

Cris, Zanata, Vadinho, Jean, Gil, Valéria dos Santos Vieira, Elanio José Matos,

AGENTES DE ITAMARAJU

Oscar Artaza, Milene Maia, Jean François Timmers, Lanns Alves de Almeida Filho,
Anderson Franciscone Afonso, Philip Reed.

AGENTES DE OUTROS LUGARES

Carlos Alberto Mesquita, Antônio Carlos Medrado. Henrique Berbert, Lucélia Berbert,
Jason Cole, Daniela Lerda, Ani Zamgochian, Plínio Cardoso da Silva Neto, Cláudia
Coelho Ferraz, Wladinéa Neyde Ribeiro de Albuquerque.

ANEXOS

Anexo 1

Questionário do Censo ambiental de propriedades rurais

Cadastro Ambiental de Propriedades Rurais data / / entrevistador:

1. Nome da Fazenda: 2. Localização:	3. Coordenadas (GPS) Latitude UTM: Longitude UTM:
4. Proprietário(s):	5. Gerente:
6. Endereço para correspondência + CEP:	
7. Telefones:	8. e-mail:
9. Tamanho da propriedade: ha alqueires tarefas	10. Área de mata: ha alqueires tarefas
11. Propriedade legalizada?(escritura) sim não obs:	
12. Reserva legal averbada em cartório? sim não	
13. Quantidade de nascentes: 14. Preservadas?	
15. Rios (nome):	16. Extensão de margem (m) 17. mata ciliar? sim não sim não sim não
18. Atividades: Pecuária (tipo):	19. área de pasto: Ha tarefas
20. Culturas (tipo) área: ha tarefas	21. irrigação sim não sim não sim não
22. Eucalipto – área: ha tarefas	
23. Intenções para o futuro? (mudar atividades, venda, arrendamento, legalização, RPPN...)	
24. Interesse do proprietário em participar do projeto: (1) muito interesse (2) pouco interesse (3) sem interesse	
25. Áreas disponível para plantio de matas: ha tarefas	
26. (1) nascentes/cabeceiras (2) Margem de rio (3) Encosta (4) Topo (A) Pasto limpo (B) Pasto sujo (C) Capoeira (D) Área alagada	
27. Necessidades? (financiamento, máquinas, sementes, mudas, cursos...)	
28. Como pode contribuir com o projeto? (idéias, trator/máquinas, combustível, transporte, cercamento, mão de obra, diárias, manutenção das mudas, contribuição financeira...)	

Para avaliação posterior pelos agentes do projeto
Interesse estratégico
29. Oportunidade de conexão entre matas? (1) Sim (2) não
30. Interesse especial para o projeto (1) muito importante (2) importante (3) pouco importante
Observações e comentários

Anexo 2

Termo de Compromisso de Proprietários Rurais

TERMO DE COMPROMISSO E COOPERAÇÃO

Compromisso que entre si celebram o Sr.(a) _____, Proprietário da fazenda _____, a Associação de Nativos de Caraíva, o Grupo Ambiental Natureza Bela, o Instituto Cidade e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação – SEMARH/SBF.

O Sr.(a) _____ CPR nº _____, doravante denominado(a) PROPRIETÁRIO (A), a Associação dos Nativos do Povoado de Caraíva, o Grupo ambiental Natureza Bela e o Instituto Cidade, co-responsáveis pela gestão do projeto de Recuperação da mata atlântica e proteção das águas na bacia do rio Caraíva, doravante denominados CO-GESTORES, neste ato representados respectivamente por seus diretores, Sr. Vilton José Braz Queiroz, Sr. Renato Pessoti Ambrozini e Sr. Paulo Dimas Rocha de Menezes, e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação – SERH/SBF, doravante denominada INTERVENIENTE, representada pelo gestor da APA Caraíva Trancoso, Sr. José Francisco Azevedo Júnior, resolvem celebrar o presente termo de compromisso e cooperação mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DO OBJETIVO

Com o propósito de consolidar processo permanente de recuperação ambiental, proteção das águas e da biodiversidade nas bacias hidrográficas da Costa do Descobrimento, o objeto deste instrumento é a promoção de cooperação entre proprietários rurais, trabalhadores, moradores, organizações públicas e privadas para atuação conjunta na bacia do rio Caraíva e bacias vizinhas, visando ainda à constituição do mini-corredor ecológico entre os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil, através das seguintes atividades:

1. Planejamento de conexões florestais entre fragmentos de mata atlântica existentes na propriedade e entre estas e as de propriedades vizinhas;
2. plantio e manutenção de florestas nativas (ou indução da regeneração natural, quando for o caso) em áreas de preservação permanente e reservas legais da propriedade rural, para proteção de nascentes, rios, lagos e áreas de recarga (áreas de infiltração de chuva que alimentam as nascentes) para adequação das propriedades à legislação ambiental;
3. cercamento de áreas a serem recuperadas, nos casos em que a atividade pecuária coloque em risco os plantios ou a regeneração induzida;
4. proteção dos fragmentos de mata atlântica remanescentes na propriedade através da preservação e participação em combate de incêndios florestais, da inibição de extração predatória de vegetação nativa, da inibição da caça e da comercialização de animais silvestres;

5. desenvolvimento, caso haja interesse do PROPRIETÁRIO, de estudos para implantação de agro-florestas (florestas produtivas), atividades de eco-turismo, criação de RPPNs e novos projetos para ampliação de cobertura florestal na propriedade.

II - DAS ATRIBUIÇÕES

1. Caberá aos CO-GESTORES.

- a. o fornecimento de mudas de espécies nativas, entregues na propriedade rural onde se dará o plantio;
- b. a capacitação, quando necessário, dos trabalhadores locais para cercamento, plantio e manutenção de florestas nativas, seguindo modelos de recuperação previamente desenvolvidos pelos CO-GESTORES;
- c. o acompanhamento e assistência técnica das atividades de plantio e manutenção de florestas nativas, bem como do cercamento, quando necessário;
- d. a aferição e avaliação dos resultados, além da comunicação e publicação dos mesmos através da Internet e relatórios técnicos específicos;
- e. a intermediação entre o PROPRIETÁRIO e os órgãos competentes para eventual registro de conformidade à legislação ambiental.

2. Caberá ao PROPRIETÁRIOS:

- a. a cessão de terras pra reflorestamento com espécies nativas ou indução de regeneração natural *;
- b. o acompanhamento e apoio às equipes de campo dos co-gestores e seus parceiros, quando for o caso;
- c. fornecimento, quando houver, de plantas topográficas, mapas, imagens de satélite e dados da propriedade que se fizerem necessários às atividades de planejamento, implementação e acompanhamento dos plantios.

* A cessão de terras para plantio não implica, em nenhuma hipótese, na cessão de direitos de propriedade, posse ou qualquer outro direito sobre as áreas plantadas.

3. Caberá ao INTERVENIENTE:

- a. acompanhar e dar assistência às ações de cooperação entre os proprietários e co-gestores;
- b. intermediar as ações que se façam necessárias junto ao poder público estadual, federal e municipal;
- c. participar da coordenação e gestão dos projetos de recuperação ambiental na bacia do rio Caraíva e bacias vizinhas que façam parte da APA Caraíva Trancoso.

III - DA VIGÊNCIA:

O presente compromisso é firmado por prazo indeterminado, ficando assegurado o direito de revisão das cláusulas e condições, em qualquer tempo, através de requerimento de qualquer uma das partes às demais. Estando assim compromissadas, firmam o presente instrumento, abaixo notificado, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Porto Seguro, _____ de _____ de 2005.

PROPRIETÁRIO

José Francisco de Azevedo Júnior, pela SEMARH/SBF – APA Caraíva Trancoso.

Vilton José Braz Queiroz, pela Associação dos Nativos do Povoado de Caraíva.

Renato Pessoti Ambrozini, pelo Grupo Ambiental Natureza Bela.

Paulo Dimas Rocha de Menezes, pelo Instituto Cidade.